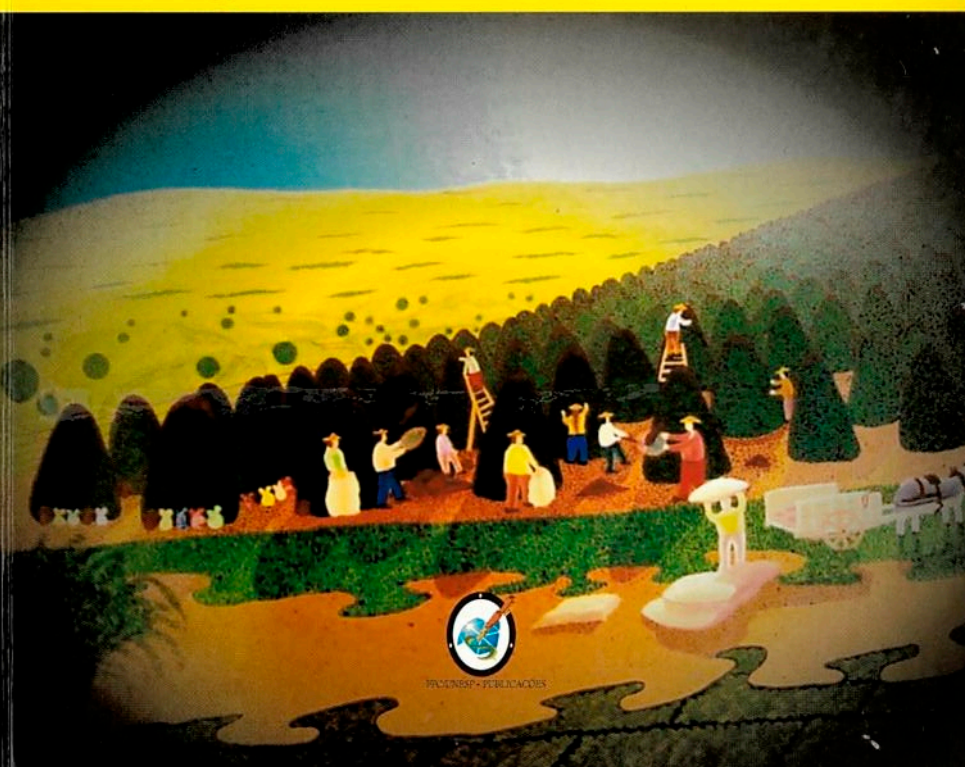


Valdeir Agostinelli Pereira



Terra e Poder

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MARÍLIA



FOCENSEP - PUBLICAÇÕES

TERRA E PODER
FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MARÍLIA

Valdeir Agostinelli Pereira

TERRA E PODER
FORMAÇÃO HISTÓRICA DE MARÍLIA

Marília
2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências

DIRETOR:

Tullo Vigevani

VICE: DIRETORA:

Maria Candida Soares Del Masso

COMISSÃO PERMANENTE DE PUBLICAÇÃO

PRESIDENTE:

Adrian Oscar Dongo Montoya

VICE-PRESIDENTE:

Alexandre Bergamo Idargo

Maria Sylvia Simões Bueno

Eduardo Ismael Murguía Marañón

Francisco Luiz Corsi

Dagoberto Buim Arena

Hugues Costa de França Ribeiro

Carlos Eduardo de Oliveira

Lourenço Chacon Jurado Filho

Paulo Sérgio Teixeira do Prado

CAPA

Edevaldo Santos

FOTO DE CAPA

Dados sobre a pintura:

Autor: Miguel Sampaio de

Souza e Silva

Obra: "O trabalho de José:
a colheita do café"

Categoria: Óleo sobre tela.

Dimensões: 80x100cm

Ano: 2000

ASSESSORIA TÉCNICA

Maria Luzinete Euclides (normalização)

Dados sobre as fotos:

Autor: Marcelo Sampaio

Obra: sem título.

Ano: 2004

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E ARTE FINAL

Edevaldo Donizeti dos Santos

PRODUÇÃO GRÁFICA

Rogério Aparecido Alves

P436t Pereira, Valdeir Agostinelli.
Terra e poder: formação histórica de Marília /
Valdeir Agostinelli Pereira – Marília: Comissão
Permanente de Publicação, 2005.
164p. : il.

ISBN: 85-86738-32-8

DOI: <https://doi.org/10.36311/2005.85-86738-32-8>

I Marília - História. 2. Formação Histórica – Marília.
I Pereira, Valdeir Agostinelli. II. Título.

CDD 981.41

SUMÁRIO

PREFÁCIO	i
APRESENTAÇÃO	1
1 A MARCHA PIONEIRA E O DESBRAVAMENTO DA REGIÃO	5
O AVANÇO PIONEIRO NO VALE DO PARANAPANEMA	6
A OCUPAÇÃO DO VALE DOS RIOS FEIO-AGUAPEI E PEIXE	12
2 A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ALTO CAFEZAL	21
3 OS DIRCEUS DE MARÍLIA	29
O DISTRITO DE PAZ: ALTO CAFEZAL, LÁCIO OU MARÍLIA	30
4 A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA	41
5 A ORGANIZAÇÃO FORMAL DO PODER LOCAL	49
6 ASPECTOS DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA	55
OS EFEITOS DA CRISE DE 1929	59
O PANORAMA SOCIOECONÔMICO EM 1935	60
A COTONICULTURA	64
ASPECTOS URBANOS E DEMOGRÁFICOS	68
7 A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA	75
A CRISE SUCESSÓRIA	77
A REVOLUÇÃO DE 1930, EM MARÍLIA	81
8 OS TENENTES NO PODER	89
9 A GUERRA CIVIL DE 1932	107
“IDE, MARÍLIA, COM SÃO PAULO SALVARÁS O BRASIL”	108
10 O OUTUBRISTA SOLITÁRIO	123
11 DE 1935 AO ADVENTO DO ESTADO NOVO	141
REFERÊNCIAS	159

PREFÁCIO

Todo historiador deve ser, antes e acima de tudo, um caçador de mitos. Objetivo que é melhor desenvolvido quanto mais o historiador não perder de vista à relação entre presente e passado. Pois, a pesquisa histórica busca no passado a compreensão dos motivos, individuais e grupais, e das relações, informais e institucionais, que contribuíram para a construção de mitos e a sua permanência ao longo do tempo, tanto incorporados à memória como objetivados na cultura material de uma coletividade. Enfim, é o trabalho de restituir à história o que foi da história arrancado de maneira interessada e mediante relações entre agentes sociais portadores de forças desiguais. Sem dúvida, tais orientações foram imprimidas à pesquisa histórica realizada pelo professor Valdeir Agostinelli Pereira sobre a formação do município de Marília e cujo resultado pode agora ser conhecido e apreciado pelo leitor neste livro.

Adaptado da dissertação de mestrado defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em História da FCL-Unesp/Assis, este livro é ocupado com análise sobre a formação histórica do município de Marília, com ênfase nas relações entre a base fundiária e a estruturação do poder na localidade durante o período de 1924 a 1937. Pautado em pesquisa elaborada com acuidade, uma vez que calcada na análise e no confronto de diversas fontes documentais e no estudo rigoroso da historiografia sobre o período, notadamente a dedicada à história política e econômica, desvela, de maneira cabal, mitos que são, ainda, hoje mantidos, integral ou parcialmente, por memorialistas e instituições ocupadas com a preservação da memória da localidade, sobremaneira em relação à atuação de Bento de Abreu Sampaio Vidal e sua família, José Pereira, Rodolfo Miranda e alguns grupos

e instituições atuantes no período em que Marília era formada e dava os seus primeiros passos como municipalidade.

Mas, este livro do professor Valdeir é, também, um ótimo exemplo de estudo histórico ocupado com temas regionais, pois a pesquisa da qual resultou e as análises nele contidas foram realizadas focalizando as relações da vida político-econômica local com a paulista e a nacional. Perspectiva que permitiu ao seu autor apresentar e explicar as respostas e adequações que os agentes econômicos e políticos atuantes em Marília deram ao quadro político-econômico reinantes no estado e na federação.

Pela qualidade dos resultados apresentados, este livro é de dupla relevância, pois contribui com o campo historiográfico e com o do ensino e aprendizagem da História. Ao primeiro, traz elementos de compreensão que jogam luzes sobre um capítulo da história econômica nacional, sobretudo a relacionada à cafeicultura e as alternativas da localidade à crise cafeeira, e da história política brasileira, dado que trata de diferenciadas, e pouco conhecidas, práticas políticas empreendidas por membros da oligarquia paulista, as quais, inclusive, transcendem os limites do clássico conceito de coronelismo, como bem é demonstrado pelo professor Valdeir. Ao segundo, fornece um manancial de dados e informações para que professores da disciplina de História atuantes em Marília possam desenvolver suas aulas sobre temas relacionados às primeiras décadas da República tomando como base ou ponto de partida a história local. Caminho que, se adotado, permite ao aluno, ao mesmo tempo, melhor conhecer a história de Marília, se libertar dos mitos locais do passado que persistem hoje e recusar a mitificação de agentes do tempo presente que visam adentrar ao futuro na condição de mito. Eis uma qualidade da pesquisa histórica. Eis o que este livro pode contribuir na formação das novas gerações.

Marília, agosto de 2005

Áureo Busetto

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar a formação histórica do Município de Marília, enfatizando questões relativas à posse e propriedade da terra e suas relações com o estabelecimento e a estruturação do poder local, no período de 1924 a 1937.

Localizada no espigão ocidental da Serra dos Agudos, que serve de divisor das águas dos rios Feio-Aguapei e Peixe, a cidade de Marília acabou conhecida como a “Capital da Alta Paulista”; título que atualmente vem sendo substituído pelo *slogan midiático* “Capital Nacional do Alimento”, devido a sua importante produção industrial neste setor.

O povoamento das terras do Município de Marília, ocorrido a partir da segunda década do século XX, constitui um fenômeno estreitamente ligado à expansão da cafeicultura em solo paulista. Foi durante o período aqui estudado que as terras ainda virgens do referido espigão foram efetivamente incorporadas pela economia de mercado, passando a constituir-se numa *frente pioneira* ou fronteira econômica, ligada à produção de café.

Aos nos propormos a escrever sobre o Município de Marília, dando assim o primeiro passo na elaboração de uma pesquisa acadêmica que tem como objeto específico a sua formação histórica, partimos do pressuposto de que a fundação da cidade sede devia ser compreendida como um fenômeno ligado ao processo de expansão da economia de mercado, que demandava a ocupação extensiva do território brasileiro e que, desde o Período Colonial, vinha implicando na dominação ou extermínio das populações nativas que viviam à margem da sociedade capitalista. Em outras palavras, a nosso ver a história da fundação de Marília

não se desvincula desse antigo processo de dominação, conquista e ocupação de território, que visava sobretudo viabilizar a produção de mercadorias para o mercado externo.

Por outro lado, como durante a República Velha a propriedade da terra era ainda a grande fonte de riqueza e poder, uma vez criado o Município, o controle da vida política local pelos grandes proprietários rurais que constituíam a oligarquia paulista, podia, como tradicionalmente ocorria, ser considerada coisa certa e esperada. Entretanto, a fundação do Município de Marília e a sua estruturação política se deram num contexto de crises econômicas (da cafeicultura e do capitalismo mundial) e de rupturas políticas (Revolução de 1930) que acabaram por redirecionar a economia, desorganizar e por sob controle o poder local.

Assim sendo, ao elaborarmos este estudo sobre a formação histórica de Marília, abrangendo o período de 1924 a 1937 - da fundação da cidade ao advento do Estado Novo -, objetivamos, além de reconstituir o processo de estruturação do poder local, investigar como as lutas decorrentes da crise do regime oligárquico se processaram na localidade, e determinar as mudanças ocorridas em função delas na organização político-partidária e administrativa municipal.

Não obstante, a necessidade de buscarmos a compreensão do aspecto que peculiarizava Marília, ou seja a sua localização na *frente pioneira*, e a constatação das estreitas relações existentes entre a propriedade da terra e o poder político, nos impuseram um recuo maior no tempo, a fim de esclarecermos o caráter do processo de ocupação e colonização das terras do Município que, a rigor, remonta a segunda metade do século XIX.

Compreender a formação histórica de Marília no contexto da expansão e crise da economia cafeeira e de ruptura do regime oligárquico, foi, enfim, o desafio que empreendemos e que resultou na elaboração da dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Assis, em dezembro de

1990, sob orientação da Prof^a. Dra. Beatriz Westin Cerqueira Leite, e que agora apresentamos com uma série modificações.

Quanto à variada documentação utilizada, pertence ela aos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; da biblioteca da Unesp, campus de Marília; da Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília e do Museu Histórico e Pedagógico local. De grande importância foi também a variada documentação oriunda da prefeitura e da delegacia de polícia, que na ocasião se encontrava ainda sem catalogação, preservada graças aos esforços de alguns abnegados professores da Unesp, principalmente da Dra. Yoshiko Tanabe Mott. Este acervo, conhecido na época como “Lixão”, se encontra, hoje, sob cuidados do CEDHUM – Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília.

A nossa intenção inicial era a de, com este trabalho, contribuir, ainda que modestamente, para uma melhor compreensão da realidade política, econômica e social do processo de colonização do Centro-Oeste paulista. Acreditamos, entretanto, que, ao construirmos a História de uma comunidade, estamos também contribuindo fortemente para a preservação de sua memória e para a construção de sua identidade.

Finalmente, gostaríamos de registrar aqui nossos agradecimentos a todos os amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este livro fosse uma realidade; especialmente à professora Dra. Viviane Souza Galvão que, por acreditar na importância do conhecimento afastou as pedras do caminho; ao fotógrafo Marcelo Sampaio pela valiosa colaboração e incentivo, e à Elza Marvulle, companheira de todas as horas.

1

À MARCHA PIONEIRA E O DESBRAVAMENTO DA REGIÃO

Durante o período colonial a aquisição de terras no Brasil se dava basicamente de duas formas: ou através das doações feitas pelos agentes da Coroa portuguesa a quem tivesse recursos para explorá-las, ou pela simples ocupação, já que as terras vírgens disponíveis eram extremamente abundantes. Contudo, devido ao fato de a doação ser a única forma passível de legalização - pois a segunda opção caracterizava violação da propriedade real -, a ocupação era praticada principalmente por colonos sem capital, desvinculados da economia comercial e, portanto, limitados à produção para a subsistência. Porém, com o fim da prática de doação de lotes, ocorrido na época da Independência - quando a terra deixou então de ser considerada patrimônio do rei e passou a ser patrimônio da nação -, a ocupação tornou-se a única forma de se obter terra. Essa situação se modificaria apenas a partir de 1850, com a decretação da célebre Lei das Terras (COSTA, 1977, p. 132).

A referida Lei proibia a aquisição de terras por qualquer outro meio que não fosse o da compra, mas permitia a legalização das posses efetuadas antes da sua promulgação, desde que estas já houvessem sido de alguma forma exploradas. A decretação da Lei das Terras, entretanto, deve ser vista como fruto do desenvolvimento da economia agro-exportadora, baseada na cultura do café, e da crise do sistema escravista. De fato, se por um lado a expansão da cafeicultura exigia a ocupação de terras devolutas ou adquiridas de posseiros que não possuíam

a documentação legal; por outro, ela ocorria ao mesmo tempo em que a campanha abolicionista fazia vislumbrar o fim da escravidão, colocando à elite brasileira o desafio de buscar novas alternativas para a obtenção de mão-de-obra. Assim, o incentivo à imigração européia - espontânea ou subsidiada pelo governo - e os sistemas de parceria e colonato acabariam despontando como solução.

Portanto, nesse contexto, a decretação da Lei das Terras veio ao encontro das necessidades dos cafeicultores, na medida em que a mesma possibilitava a legalização das propriedades rurais em situação irregular e, ao impedir o acesso às terras públicas por meio da posse, obrigava os trabalhadores livres e sem recursos financeiros a constituírem a mão-de-obra necessária nas fazendas.

Na prática, entretanto, a promulgação daquela Lei não impediu o desencadeamento de uma verdadeira corrida pela posse de terras devolutas. É o que se constata, por exemplo, ao se verificar o processo de apropriação das terras virgens do Vale do Paranapanema e da margem direita do Rio do Peixe, onde mais tarde surgiria a cidade de Marília.

O AVANÇO PIONEIRO NO VALE DO PARANAPANEMA

Em meados do século XIX, a Vila de Botucatu e os povoados de Lençóis e São Domingos representavam os pontos mais avançados da civilização em solo paulista. As margens do Rio Turvo marcavam a fronteira das terras apossadas no Vale do Paranapanema; além delas se encontrava o inexplorado sertão que se estendia até as barrancas do Rio Paraná. Eram campos e matas estranhos ao homem civilizado, porém amplamente povoados por diversos grupos indígenas, entre os quais os Kaingang também conhecidos como Coroados. Entretanto, a decadência da mineração, em processo desde meados do século XVIII, liberou os braços que iniciaram o efetivo desbravamento daquele sertão. A partir da segunda década do século XIX,

elementos oriundos de Minas Gerais, atraídos inicialmente pelas terras de pastagens, ocuparam vasta parcela do território paulista, dentro da qual se insere o vale ou sertão do Paranapanema; nome com o qual se designava, no século XIX e início do XX, “a parte meridional do Estado de São Paulo desde Sorocaba e Botucatu até o Rio Paraná” (ABREU, 1972, p.16).

O início do desbravamento do Vale do Paranapanema, a partir do Rio Turvo, deu-se em 1856, quando José Teodoro de Souza, mineiro de Pouso Alegre, decidiu adentrá-lo a procura de terras devolutas, das quais pretendia apossar-se.

Partindo de Botucatu, o mineiro pôs-se a caminho das terras desejadas. Atingindo as vertentes do Rio Pardo, seguiu através dos campos de Lençóis e São Domingos até o Rio Turvo, no ponto em que mais tarde seria fundada a Vila de São Pedro. Terminavam ali as terras já apossadas por outros que ao mineiro haviam precedido. Para além daquele lugar não havia nenhum vestígio do homem civilizado; somente os indígenas habitavam aquelas terras cobertas por florestas, o que tornava a aventura de penetrá-las por demais perigosa.

Não obstante, penetrando através dos campos, em viagem de reconhecimento, José Teodoro, acompanhado de uma pequena caravana, apossou-se de uma imensa gleba que

estendia-se por 10 léguas da barranca do Rio Paranapanema até o espigão divisor com o Rio do Peixe, ainda desconhecido, e 25 léguas do Rio Turvo ao Ribeirão Figueira, cujas nascentes ficam rumo ao mencionado espigão. (ABREU, 1972, p.19)

O passo seguinte a ser dado pelo mineiro seria apresentar-se ao vigário de Botucatu e proceder, conforme a lei, o registro da posse. Acontece, porém, que de acordo com a Lei das Terras, promulgada a 18 de setembro de 1850, somente poderia - e deveria - fazer o registro de terras, quem delas houvesse se apossado anteriormente àquela data. Para isso fora instituído o processo de medição e adjudicação das posses, nas quais se verificasse pelo menos um início de cultura.

Legalmente José Teodoro estava impedido de proceder ao registro, pois a Lei das Terras havia sido definitivamente regulamentada em 1854. Todavia, foi justamente nas próprias disposições do referido regulamento que o mineiro encontrou as brechas necessárias para concretizar seu intento.

O artigo 91 do regulamento mandou que todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o seu título, o registrasse dentro dos prazos concedidos; sendo de dois anos o primeiro; um ano o segundo e seis meses o último; o segundo e o terceiro em prorrogação. Contando-se de 1854, findava em 1856 o 1º prazo. (COBRA, 1923, p. 22)

A saída encontrada pelo mineiro foi declarar ao vigário de Botucatu que era possuidor daquelas terras desde 1847. E assim as registrou naquele ano de 1856, perfeitamente dentro do prazo.

De posse de sua imensa gleba, interessava ao mineiro povoá-la para assegurar-se de seus direitos. Entretanto, nos primeiros anos que seguiram ao do registro, o mineiro não encontrou em sua terra natal nenhum chefe de família disposto a povoar sua posse. Por isso, inicialmente apenas elementos de sua família, além de ex-integrantes de sua comitiva, o acompanharam.

Não obstante, o povoamento do Vale do Paranapanema pelo homem “branco” se daria a partir das vendas que, com o tempo, José Teodoro efetuou a seus conterrâneos. Para isso, a sua posse foi retalhada em *aguadas*, isto é, em parcelas de terras das quais faziam parte pequenas bacias hidrográficas.

A ocorrência da Guerra do Paraguai, travada entre 1864 e 1870, acabou contribuindo significativamente para o povoamento das terras de José Teodoro. Naquela ocasião, para fugir do recrutamento de voluntários determinado pelo Governo Imperial, muitos elementos oriundos do Sul de Minas - onde, segundo Cobra (1923), a ação dos recrutadores foi bastante enérgica - se dirigiram para o sertão do Paranapanema; boa

parte deles acompanhada por familiares. A partir de então, a corrente migratória não cessaria.

O exemplo de José Teodoro foi seguido ainda por outros dois mineiros. João da Silva Oliveira, seu cunhado e “procurador” nos negócios de venda de terras, apossou-se das terras localizadas a partir do Ribeirão Anhumas e, embora estivesse impedido de fazer o registro, passou a aliená-las. Da mesma forma, outra posse de grande importância foi feita em 1877, por Francisco de Paula Moraes, genro de José Teodoro. Isso ainda era possível porque apesar da Lei das Terras estar em vigor, o Estado ainda não havia realizado a discriminação das terras devolutas e nem tão breve haveria de fazê-lo.

Segundo Cobra, em viagem de reconhecimento, João da Silva Oliveira, João Antônio de Moraes e Francisco de Paula Moraes constataram do alto da Serra do Mirante - prolongamento de Serra dos Agudos, no espigão divisor dos vales do Paranapanema e do Peixe -, uma imensa área de matas virgens junto às vertentes deste rio. Ocorreu então aos Moraes a idéia de apossarem-se dela.

Tomados os pontos que deveriam servir para as divisas João combinou com Francisco vender-lhes aquela sorte, ligeiramente e as pressas visitadas e do alto do mirante avistadas por não poder penetrar onde moravam os terríveis ‘Coroados’. (COBRA, 1923, p. 167)

Dessa forma, a 19 de fevereiro de 1877, João Antônio de Moraes e sua mulher outorgaram a escritura de compra e venda daquelas terras a Francisco de Paula Moraes. Essa posse, por abranger terras da margem direita do Rio do Peixe, é, como será visto adiante, a que mais diretamente se liga à história da fundação de Marília.

Por causa do receio dos compradores em fazer um negócio duvidoso, e do medo dos indígenas que habitavam tais terras, Paula Moraes conseguiu vender apenas a água Três Lagoas a Aleixo de Sandys; a das Pombas, do Futuro e da Prata a Emygdio José Piedade e Augusto César Piedade,

respectivamente; e mais duas ou três a outros adquirentes, até o ano de 1885 (COBRA, 1923, p. 71). Nesse ano Paula Moraes foi assassinado, na freguesia de São José do Rio Novo.

Assim, aos poucos o vasto Vale do Paranapanema foi sendo povoado por elementos oriundos de Minas. Situados a mais de quinze léguas da freguesia de São Domingos, o ponto mais avançado da civilização, os primeiros povoadores se encontravam praticamente isolados, tendo diante de si a entrada da mata, de onde, a qualquer momento, poderiam surgir os temidos Coroados (COBRA, 1923, p. 48).

Nessa época o cultivo de café se mostrava ainda inviável devido à dificuldade de transporte causada pela precariedade das vias de comunicação e pela distância. Enfrentando todos os riscos que um povoamento ralo e disperso oferece, os sertanejos cultivavam pequenas lavouras de feijão, milho, batata e mandioca para a própria subsistência (ABREU, 1972, p. 24), e criavam cavalos, mulas e bois soltos no campo. A única fonte de renda era a criação de porcos, atividade tradicional desde Minas. De acordo com Monbeig (1984, p.136), os sertanejos criavam porcos soltos nas roças de milho. Depois de cevados os rebanhos eram conduzidos até Lençóis Paulista, Botucatu e às vezes até Sorocaba, em viagens lentas e morosas. Os rebanhos eram escoltados por carros de boi carregados de toucinho e carne destinados à alimentação dos condutores e à venda do excedente. Da venda de tais mercadorias provinham os recursos usados na compra de gêneros, como a pólvora e o sal, impossíveis de serem produzidos em suas propriedades.

Muito já foi escrito sobre as sangrentas lutas travadas entre os mineiros desbravadores e os indígenas que habitavam aquelas terras. Tantas atrocidades foram praticadas de ambas as partes que causam repugnância. Os indígenas para permanecerem nas terras que por direito natural lhes pertenciam; os mineiros para se apossarem das terras que julgavam de ninguém.

Com a intensificação do povoamento do Vale do Paranapanema, os conflitos entre índios e brancos se agravaram.

Os povoadores mineiros passaram a organizar expedições com a finalidade exclusiva de eliminar os Coroados. Eram as chamadas *dadas*. Nesse empreendimento, sobressaiu-se a figura do Coronel Francisco Sanches de Figueiredo, chefe das expedições que conseguiram praticamente varrer os índios das matas da margem direita do Paranapanema e de grande parte da bacia do Rio do Peixe (COBRA, 1923, p. 136).

Não obstante, com a expansão da cafeicultura e a crescente procura por terras virgens, os mineiros enfrentariam um novo inimigo: o falsificador de títulos de propriedades, conhecido como grileiro. Geralmente o grileiro tinha como objetivo a posse da terra com finalidade especulativa: loteá-la e vendê-la aos plantadores de café ávidos por terras férteis.

As grilagens eram possíveis porque os compradores de terras dos primitivos posseiros haviam recebido destes apenas um documento particular de venda que, via de regra, não se preocuparam em registrar em cartório. Isto ocorria porque geralmente tais compradores desconheciam a lei e, além do mais, as dificuldades de comunicação, de penetração e demarcação das terras e a falta de recursos financeiros impediam-lhes a legalização (ABREU, 1972, p. 26).

Segundo Cobra, as primeiras comissões designadas pelo Governo Paulista para dar início à discriminação das terras devolutas e proceder à legitimação das posses, haviam aparecido em 1880. O processo de legitimação deveria obedecer ao regulamento da Lei de 1850. Entretanto, os pretendentes enfrentaram, naquele período, toda sorte de dificuldades.

Havia larga margem para o arbítrio na apreciação de cada caso e os legitimantes, por isso mesmo, ficavam a mercê do funcionário encarregado do serviço, sobretudo no ponto referente à cultura efectiva e morada habitual. (COBRA, 1923, p. 90-91)

Não obstante, além da já mencionada Lei das Terras de 1850 e de seu regulamento de 1854, nos anos de 1895 e 1898 foram promulgadas leis estaduais que permitiam a legitimação

de ocupações posteriores. Em 1900, o governo de São Paulo baixou decreto considerando legítima a posse de quem pudesse comprová-la apresentando um título legal com data anterior a 02 de agosto de 1878.

No caso de haver começo de exploração econômica do solo e construção de imóvel, determinava a lei de 1900 que se pudessem regularizar os direitos do ocupante, se ele tivesse chegado à sua terra entre 1878 e 1895. (MOMBEIG, 1984, p. 144)

Entretanto, se tais medidas legais exigiam a apresentação de documentos antigos, não foi difícil para os grileiros forjá-los e, muito menos, simularem a ocupação antiga das terras pretendidas. Contando com a conivência e cumplicidade de um ex-tabelião e ex-agente fiscal, obtiveram papel e selos próprios e antigos com os quais fabricaram escrituras e procederam ao registro de terras, cujos donos ainda não as haviam legitimado.

Em suma, domando a natureza, abrindo picadas na mata, fundando povoações e exterminando os índios, os mineiros, na verdade, preparavam terreno para os plantadores de café que a partir do início do século XX chegaram ao Vale do Paranapanema.

A OCUPAÇÃO DO VALE DOS RIOS FEIO-AGUAPEI E PEIXE

A ocupação das terras da margem direita do Rio do Peixe, inseridas nas primitivas divisas do Município de Marília, liga-se ao processo desencadeado pelos mineiros no Vale do Paranapanema, na medida em que estas faziam parte da citada posse de Francisco de Paula Moraes. A peculiaridade, entretanto, reside no fato de que o efetivo povoamento de tais terras, fruto da expansão da economia de mercado, resultaria no estabelecimento de uma frente pioneira caracterizada pela ocorrência primordial da pequena e média propriedade.

O século XX chegara e alguns anos ainda se passariam até que as terras do Vale dos rios Feio-Aguapei e Peixe deixassem

de ser assinaladas nos mapas oficiais como “terrenos desconhecidos”. Entre julho e setembro de 1904, Cornélio Schmidt, comandando uma pequena comitiva a serviço do norte-americano Thomaz Canty, que pretendia estabelecer um núcleo de colonização com imigrantes compatriotas, percorreu o chamado sertão paulista desde Franca até o Ribeirão Anhumas, no Vale do Paranapanema.

Em agosto daquele ano, depois de alcançar a Fazenda Corredeira, de Joaquim José dos Santos, “o último morador, nas cabeceiras do Rio Feio”, Schmidt anotou em seu diário:

Este Vale do Rio Feio e do Aguapei, parece-me a reserva da agricultura do Estado de São Paulo e é todo ele desconhecido e habitado, dos Santos para baixo, pelos índios Coroados e Botocudos que são ferozes. (1961, p.412)

As primeiras expedições oficiais destinadas à exploração daqueles “terrenos desconhecidos” ocorreram entre 1905 e 1906, a mando do então Presidente do Estado, Jorge Tibiriça. Entretanto, elas se fizeram percorrendo os rios Aguapei e Peixe.

Em relação às terras do Vale do Rio do Peixe, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, encarregada das expedições, elaborou um interessante Relatório. O trecho abaixo transcrito revela que aquelas terras, apossadas e alienadas por Francisco de Paula Moraes, permaneciam ainda incultas e desabitadas:

José Theodoro apossou-se (a cerca de 50 anos) da região de campo, habitada pelos chavantes, e que se estende desde a encosta da serra dos agudos às proximidades do Paranapanema e até frontear com o ribeirão Anhumas.

João da Silva apossou-se das Anhumas para baixo e Francisco de Paula Moraes da região da mata, no Valle do Peixe.

Desta última posse é que se pretende originar todas as propriedades territoriais da zona desse rio. Nella, porém, não há um só morador; todo o valle do Peixe está inteiramente virgem. (1913, p. 10)

Sobre a alienação das terras das margens direita do Rio do Peixe, consta-nos que o mineiro Francisco de Paula Moraes, além das *aguadas* já mencionadas, vendera

duas sortes de terras contíguas, uma para cima abrangendo o ribeirão da Figueira a Francisco José Paulino por Rs. 300\$000 e outra abaixo, a Luiz Cardoso de Lima, abrangendo as vertentes de três águas de monjolo, escrituras de 7 e 8 de novembro de 1882. (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 172)

Parte das terras adquiridas do referido possessor por Luiz Cardoso de Lima, depois de sucessivas alienações, terminou em mãos de Serafim Leme da Silva, com a denominação de “Três Águas”. O nome dessa propriedade teve origem no fato de que as suas divisas abrangiam, conforme escritura de compra,

as vertentes de três águas de monjolo que fazem barra no lado direito do Rio do peixe, contíguas às terras de Francisco José Paulino, que ficam para cima, compreendendo também as vertentes da fronteira, no lado esquerdo daquele rio.¹

Por outro lado, as terras vendidas por Paula Moraes aos Piedade, “escrituras feitas em 25 de maio, 10 de junho e 4 de agosto de 1882”, pertenceram posteriormente, em partes, a Luiz Miranda, Rodolfo Miranda, Dr. Álvaro Guimarães, Cel. Acácio Piedade e Augusto Piedade, Emygdio Dias de Almeida, D. Alzira Piedade de Melo e Ernesto Piedade (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 172).

Em 1914, porém, foi organizada a *Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos*, cujo presidente era o republicano histórico e futuro senador do Estado (eleito em 1919 e 1928), Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Segundo Moreira e Magalhães, aquelas terras alienadas pelos Piedade constituíram, “avaliadas a 25\$000 o alqueire”, o patrimônio da referida Companhia (1936, p.172).

¹ Cópia do Acórdão do Supremo Tribunal Federal, relativo à demanda pela posse das terras entre Serafim Leme e a Cia Pecuária e Agrícola de Campos Novos, publicada pelo semanário *O Alto Cafezal*, 21 dez. 1930, p. 1, 3 - 4.

Conforme demonstra um antigo mapa pertencente ao acervo do Museu Histórico e Pedagógico de Marília, as referidas terras (Fazenda do Rio do Peixe ou dos Piedade) constituíam um latifúndio em cuja área - 18.859 alqueires paulistas - atualmente se localizam as cidades de Marília e Pompéia. Por isso, talvez, alguns autores atribuíram erroneamente a fundação de Marília ao Senador Rodolfo Miranda.²

Uma célebre demanda entre a Cia Pecuária e Serafim Leme, pela propriedade das terras, originou-se no momento em que este último resolveu demarcar sua propriedade (Fazenda Três Águas) localizando nela três cursos d'água com volume suficiente para mover um monjolo de dimensões usuais, conforme descrito na escritura de compra. Dessa forma, o agrimensor encarregado localizou o imóvel nas águas dos córregos Veado, Barra Grande e Sapo, dando conta de que parte dele se encontrava em terras da Companhia. Serafim Leme moveu, então, uma ação reivindicando a posse da área considerada invadida. Tal demanda teria uma solução final somente em maio de 1930, depois de constatar-se, através de nova demarcação determinada judicialmente, que as três águas eram, na verdade, os córregos Descanso, Limpo e Confusão, afluentes do Rio do Peixe e localizados logo abaixo da ilha e córregos da Figueira.³

Dessa forma, desde 1877, as terras da margem direita do Rio do Peixe - futuramente inseridas nas divisas do Município de Marília - vinham sendo objeto de sucessivas alienações, ou seja, servindo á especulação imobiliária. A rigor, desde aquela data elas já haviam sido definitivamente incorporadas á economia de mercado. Não obstante, incultas, permaneceriam por algum tempo como reserva de capital, enquanto se aguardava a viabilização de sua efetiva exploração econômica.

² Veja-se, por Exemplo, WORONIECKI-KORYBUT, J., [19.. ?] p.104, e LOVE, 1982, p. 237.

³ Cópia do Acórdão do Supremo Tribunal Federal. *O Alto Cafezal*, 21dez.1930, p. 1, 3 - 4.

Entretanto, as vicissitudes da economia agro-exportadora, condicionada por fatores naturais e políticos de ordem interna e externa, determinavam o ritmo e a direção da célebre marcha do café. Conseqüentemente, a partir da segunda década do século XX, as terras do Vale dos rios Feio-Aguapei e Peixe começaram a ser desbravadas de forma cada vez mais acelerada.

A abertura de vias de comunicação constituiu-se num fator fundamental para o povoamento daquelas terras encravadas entre a Noroeste e o Vale do Paranapanema.

A Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil S/A, que iniciara em 1905 a construção de seu ramal a partir de Bauru, atingiu, em 1910, Jupiá, na barranca do Rio Paraná. Além do mais, em 1913, o Cel. Antonio Carlos Ferraz de Sales, por ordem do governo do Estado, abriu um picadão que, partindo de Presidente Pena (atual Cafelândia), na Noroeste, cortou o espigão do Vale dos rios Feio-Aguapei e Peixe no ponto em que mais tarde surgiu Marília, e atingiu Platina, no Vale do Paranapanema. Esse picadão é considerado o maior fator do desbravamento da Alta Paulista, a partir de Presidente Pena. Por ele entraram os primeiros plantadores de café em terras do Município de Marília.

Segundo Bento de Abreu, ao abrir o picadão, o Cel. Ferraz de Sales aconselhou o seu amigo Cincinato Braga,⁴ a adquirir as terras que o margeavam. Escutando tal conselho, Cincinato Braga adquiriu três mil e seiscentos alqueires paulistas que deram origem ao latifúndio denominado Fazenda Cincinatina. Essas terras abrangiam vinte e um quilômetros de extensão, nos quais mais tarde se localizariam as estações

⁴ Cincinato César da Silva Braga nasceu em Piracicaba, Estado de São Paulo, a 7 de julho de 1864. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, participou, em 1891, da Assembléia Constituinte de São Paulo, representando os municípios de Piracicaba, Brotas, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal (WORONIECKI-KORYBUT. [19..], p. 58).

ferroviárias de Lácio, Marília e Nipônia (atual distrito de Padre Nóbrega).⁵

Iniciaria-se assim, o desbravamento das terras do espigão, junto as vertentes dos rios Aguapei e Tibiriça. Naquelas terras Cincinato Braga iniciou uma criação de porcos e, em 1915, incumbiu o seu administrador, Major João Rodrigues de Oliveira Simões, de plantar dez mil pés de café com a finalidade de mostrar posse e assegurá-las contra invasores.⁶

Já em 1914, Rodolfo Miranda tentara convencer a Companhia Paulista de Estradas de Ferro a estender seus trilhos por sobre o espigão, desde Piratininga até suas terras.⁷ Entretanto, somente em 1916 os engenheiros da Paulista cravariam um marco no ponto onde anos depois surgiria Marília. A partir de então, a própria expectativa de construção da ferrovia concorreu para estimular o processo de povoamento da região.

Conforme afirmam Moreira e Magalhães,

a partir [daquela] data já alguns mais atrevidos desbravadores, procuravam as terras do espigão partindo da Noroeste ou de Campos Novos, sem se estabelecerem nelas definitivamente.

A Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos, ampliou a venda de suas vastas terras, e com picadas, foi dando acesso á região. Não muito distante do antigo cafezal, plantado pelo major Rodrigues Simões, formou-se um outro, no Bonfim. Uma vendola para o fornecimento do pessoal da lavoura nascediça, parece aí ter também existido, bem como um pequeno cemitério. A pequena população de abridores de fazendas e sítios, poucos, esparsos, na vastidão da mata, aqui e acolá, apenas picadas pelas primeiras derrubadas, vivia quase ilhada na selva com raros contactos com o núcleo de Cincinatina, Presidente Alves, Campos Novos. (1936, p. 174 -175)

⁵ VIDAL, B. A. S. *Marília: notícia histórica*. Revista Correio de Marília, 14 jul. 1929, p. s/n.

⁶ *Ibidem*.

⁷ BANITZ, J. N., Para o Alto Cafezal. *O Alto Cafezal*, Marília, 24 abr. 1932, p. 1.

A Carta Geral do Estado de São Paulo, organizada em 1923 pela Comissão Geográfica e Geológica, revela que naquela data a Companhia Paulista de Estradas de Ferro prosseguia a construção do trecho que partia de Piratininga em direção ao espigão do Vale dos rios Feio-Aguapei e Peixe. Ela registra a existência de apenas dois pequenos povoados naquele Vale: Corredeira, na margem direita do Córrego Corredeira, afluente do rio Feio, e Julianópolis, na margem esquerda do Ribeirão Iacry, afluente do Tibiriçá.

Entretanto, com o avanço dos trilhos da Paulista no sentido do traçado de 1916, o povoamento foi estimulado. Pequenos povoados como Mirante (futura Cabrália Paulista), Santa Luzia (futura Duartina) e São José das Antas (futura Gália), localizados no início do novo trecho da ferrovia, ganharam um novo impulso.

Na verdade, a recuperação do mercado internacional do café verificada com o fim da Primeira Guerra Mundial, e a ocorrência de geadas no final da década, haviam estimulado novas plantações. Além disso, em 1921, a iminência de uma nova grande safra levava o Governo Federal a intervir no mercado tirando de circulação 4,5 milhões de sacas, o que fez com que os preços de exportação reagissem positivamente, passando o preço da saca de 74\$703, em 1920, para 119\$000, em 1922 (DELFIN NETO, p.105-106, apud ABREU, 1972, p.35). Finalmente, em 1924, a política de defesa permanente do café tornou-se um grande fator de estímulo, acelerando o processo de expansão da cafeicultura.

Dessa forma, o café que iniciara seu trajeto em solo paulista a partir das áreas próximas ao litoral, e que já havia ocupado os solos férteis do Vale do Paraíba, dos contrafortes da Mantiqueira, da depressão periférica e do planalto ocidental, principiava sua expansão através de solos considerados menos propícios. Era o caso do arenito cretáceo de origem lacustre (arenito de Bauru superior) do espigão que separa as bacias dos rios Feio-Aguapei e Peixe que, por tratar-se de solo arenoso,

revela-se bastante sensível às erosões. Nesse contexto, as matas do espigão da Alta Paulista cederiam lugar às novas plantações de café. As terras altas do espigão seriam as preferidas para tal cultivo pelo fato de serem mais férteis que as do vale e de estarem menos sujeitas às geadas que costumam arruinar os cafezais. Assim, a frente pioneira do café chegava com todo o seu ímpeto renunciando o surgimento de Marília.

2

A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO

ALTO CAFEZAL

Conforme mencionamos, o primeiro núcleo de colonização estabelecido em terras do Município de Marília chamou-se Cincinatina. Esse núcleo foi aberto por volta de 1913, a mando de Cincinato Braga, que lá estabeleceu um retiro para a criação de porcos e incumbiu o seu administrador de plantar um cafezal, objetivando apenas mostrar posse para prevenir-se contra os grileiros.

A primeira tentativa de se fundar um patrimônio em área posteriormente integrada à zona urbana de Marília, ocorreu, segundo Oliveira, em fins de 1921. Nessa data o espanhol Vasques Carrion tentou fundar a Vila Prado, em terras que havia adquirido de Antonio de Pádua Prado (dos Prado de Jauú). De acordo com o autor, o próprio Carrion lhe contara que o referido patrimônio não vingou porque, além do fato de o objetivo de sua ida para aquelas terras ter sido a formação de cafezal,

a época não ajudava, a estrada de ferro estava muito longe, a valorização do café continuava a ser um mito, havia excesso de plantação, portanto de produção, falava-se mesmo em proibir o plantio de caféiro (proibição que aliás veio depois, mas que foi pouco respeitada no sertão); a capangada provocava correria e o maior mal, ser terra grilada. (OLIVEIRA, 1960, p. 26)

Entretanto, Carrion admitira que, apesar desses inconvenientes, a Vila Prado teria ido avante se não fosse a sua falta de empenho em continuar a venda dos lotes. Ao saber que

tais terras eram griladas, Carrion procurou se entender com aqueles que se diziam donos legítimos, os herdeiros do engenheiro Teixeira Leite, residentes no Rio de Janeiro. Não obstante, não houve acordo e, pouco depois, toda a gleba foi vendida aos irmãos Ferraz. Estes, por sua vez, a transferiram para a firma *Almeida & Nogueira*.

Entretanto, a iniciativa de abrir o patrimônio que deu origem à cidade de Marília, partiu do imigrante português Antonio Pereira da Silva. Nascido em Aveiro, ele havia se transferido para o Brasil em 1881, com apenas 14 anos de idade, e iniciado a sua vida profissional no Rio de Janeiro, onde foi pedreiro e corretor de terras. Com a morte de sua segunda esposa, Antonio Pereira da Silva liquidou seus negócios no Rio de Janeiro e transferiu-se com seus dois filhos para o Estado de São Paulo, estabelecendo-se na Noroeste. Foi ali que o lusitano travou relações com o Cel. Antonio Ferraz de Sales, o conhecido desbravador que havia aberto o célebre picadão ligando Presidente Pena à Platina.

Por intermédio desse desbravador, Antonio Pereira da Silva tornou-se encarregado de administrar a Fazenda Cincinatina, em substituição ao Major Simões; mudando-se para aquela localidade em 1919, acompanhado de seus filhos e dois camaradas.

Isolado no Vale do Rio Feio, o núcleo da fazenda Cincinatina se resumia numa internada, numa casa de madeira e dois paióis; distando de seus vizinhos mais próximos, o núcleo de Chantbled e Presidente Pena, aproximadamente 36 e 55 quilômetros, respectivamente (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 26 - 28).

A Cia Pecuária e Agrícola de Campos Novos havia iniciado a venda de lotes, e encarregara os engenheiros Francisco Sappel e Fred Schimidt do serviço de demarcação. Sendo, na época, o único ponto habitado naquela vasta região, Cincinatina acabou se transformando em local de abastecimento dos referidos engenheiros e seus auxiliares.

Assim, através dos referidos engenheiros, Antonio Pereira da Silva tomou conhecimento daquele empreendimento que, aliás, divisava com a fazenda Cincinatina, e interessou-se em conhecer melhor tais terras. Encarregado de verificar a qualidade das terras, seu filho, José Pereira da Silva, vulgo Pereirinha, lhe traria as melhores notícias; inclusive a de ter encontrado nelas, junto à cabeceira do Ribeirão do Pombo, o marco que a Companhia Paulista de Estradas de Ferro havia fincado em 1916.

Tendo resolvido adquirir tal lote, com o intuito de empreender ali a fundação de um patrimônio, o lusitano encarregou o engenheiro Sappel de concretizar o negócio. Entretanto, antes que isso ocorresse, o lote desejado acabou fazendo parte de uma gleba adquirida por um fazendeiro oriundo de Viradouro, o Major Elezeário de Camargo Barbosa.

Entretanto, Moreira e Magalhães afirmam que o lusitano não se deu por vencido. Tendo o Major decidido lotear sua propriedade para atrair o povoamento, Antônio Pereira da Silva conseguiu “uma opção, para lhe vender a propriedade, em lotes, à razão de Rs. 150\$000 o alqueire. Conseguindo bons negócios, reservou para si, cerca de 53 alqueires, recebendo a escritura em 1923” (1936, p. 177).

O lote que o lusitano reservou para si era exatamente o que desejara. Nele resolveu empreender o loteamento urbano dando-lhe o nome de Alto Cafezal. Em depoimento a Moreira, Pereirinha esclareceu que lhe dera propositadamente esse nome, “levando em conta o feitiço que a palavra poderia exercer no espírito dos lavradores, ávidos de terra onde a rubiácea pudesse ser explorada” (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 14).

Constituiu-se assim a *Empresa Agrícola e Territorial de Alto Cafezal*, e, em fins de 1923, o engenheiro Frederico Schmidt traçou as ruas do Patrimônio. A planta primitiva compunha-se, segundo Oliveira, de 173 quarteirões, regulares e irregulares, numa área de 53 alqueires e 22.727 metros quadrados.

Pereirinha, entretanto, só loteou 143 quarteirões, reservando sempre um local para o cemitério. A planta original seria, portanto, retificada e, ao que tudo indica, existiram mais de duas versões.

Até 19 de março de 1938, nos esclarece Oliveira,

não era obrigatório a aprovação de plantas de loteamentos urbanos, pela prefeitura, o que se deu após a publicação do Ato Municipal número 320 (Plano de Arruamento e Loteamento de Terrenos para a Formação ou ampliação de Centros urbanos no Município), baixado à vista do decreto-lei federal número 58, de 10 de dezembro de 1937 (1960, p. 30).

Embora tivesse efeito retroativo, tal Ato não foi obedecido por aqueles que realizaram diversos loteamentos urbanos nesse período, entre os quais, os fundadores do Alto Cafezal. Por isso, a rigor não teríamos uma planta oficial do Patrimônio, embora uma das versões tenha prevalecido nos processos judiciais.

Um dos primeiros atos dos fundadores foi, seguindo a tradição pioneira, erguer na clareira da mata um cruzeiro, ao redor do qual surgiram os primeiros casebres de barro, cobertos com pequenas tábuas. Neles foram instalados o escritório da Empresa e a residência dos corretores.

Em Cafelândia, onde no início Pereirinha passava a maior parte do tempo arranjan-do compradores, foram contratados os corretores Antônio Ferreira Nunes e José Esteves Rúbia. Os familiares de Nunes foram os primeiros moradores fixos do patrimônio, lá se estabelecendo em 1924. Rúbia permaneceria em Cafelândia vendendo lotes até 1927, quando então se mudou para o Alto Cafezal.

Muitas informações e a crônica dos primeiros dias do Patrimônio ainda puderam ser recuperadas através dos depoimentos prestados por dois membros remanescentes da família Nunes, Rui de Souza Nunes e Eloy Alves da Silva, filho e genro do corretor, respectivamente. Tanto o primeiro

estabelecimento comercial, um armazém destinado a fornecer gêneros aos recém-chegados compradores de lotes e derrubadores de mata, quanto o primeiro hotel, destinado a abrigá-los enquanto erguiam suas próprias casas, foram estabelecidos pelos Nunes. As mercadorias comercializadas localmente eram transportadas de Cafelândia para o Alto Cafezal em carro de boi, através do picadão.

Os compradores de terras eram recebidos no Alto Cafezal por Antônio Nunes que, de mapa e facão em punho, ia abrindo picadas e mostrando-lhes os lotes ou datas desejados.

A princípio, a carroça era também o veículo que trazia a mudança dos novos moradores, a partir de Cafelândia. A chegada de novos pioneiros era sempre festejada com uma salva de tiros disparada para o alto em regozijo geral.¹

Assim, a mata do espigão que começaria a ser conhecido como Alta Paulista, foi cedendo lugar às plantações de café. Provieram seus primeiros habitantes “brancos”, “das terras gastas da Mogiana, Sorocabana, Paulista, Minas, Baía, do norte de São Paulo e do Rio, certos de que no sertão, onde a mata veste o tesouro da terra capaz de tudo produzir, encontrarão a fartura, a felicidade” (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 175).

A mão-de-obra inicialmente empregada nas derrubadas da mata foi, em parte, a nordestina. Conforme esclarece Monbeig (1984, p. 150 - 152), na década de 1920, o Estado de São Paulo recebeu um grande fluxo de imigrantes nacionais, a maioria provinda da Bahia. Tanto assim que em São Paulo acostumou-se a chamá-los indistintamente de *baianos*. Esses retirantes da seca esparramaram-se pelo Estado, tendo as zonas pioneiras paulista e do norte do Paraná recebido um grande contingente.

Nos depoimentos escritos e orais, legados por antigos moradores locais, aqueles nordestinos são lembrados como

¹ Conforme depoimento prestado pelo Sr. Ruy Nunes à Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília.

figuras às vezes folclóricas. Ao mesmo tempo em que os consideravam *grandes desbravadores*, identificam-nos com apelidos que, por vezes, soam pejorativos, como *camas-de-vara* e *arigó* (OLIVEIRA, 1960, p. 8).

Em artigo escrito em 1930, para o jornal *O Alto Cafezal*, Rebouças D'Ávila descreve o *cama-de-vara* como

bandeirante do sertão, [que] se dirigia em levás para essas plagas em busca do ouro prometido pela terra virgem dos nossos sertões. Vinha *escoteiro* e aqui labutava de sol a sol, até sabbado à noite em que dava tréguas ao labor quotidiano da semana em busca de diversões. [...].

Exibiam botinas de *vaqueta* e polainas luzidias, lenço no pescoço e às vezes gravatas, espalhando vivacidades e moedas pelo nosso comércio. [...].

Esse é o nosso cama de vara que bons tempos atiravam às nossas plagas e a crise os afastou da nossa *urbs* nos dias festivos. De uma legião que existia no nosso município, resta um grupo muito reduzido que confia em melhores tempos, provocando lamento das *organizadoras* dos *saudosos* bailes (para elas), de outrora, ao som da sanfona ou do cavaquinho junto à viola.²

O apelido *cama-de-vara*, recebido pelos derrubadores de matas, é explicado pelo fato de tais elementos, por não disporem de dinheiro para pagar hotel, dormirem nas cabanas por eles erguidas, em camas improvisadas sobre quatro esteios de madeira tosca.

Quanto às *organizadoras dos saudosos bailes* a que se refere o articulista, tratava-se das mulheres dos bordéis que cedo se instalaram no povoado, aproveitando-se da parca presença feminina nos primeiros tempos, e que ficaram na lembrança dos pioneiros remanescentes.

Notamos que o articulista em questão falaria da presença de nordestinos ou camas-de-vara como coisa de outrora, já em 1930. Na verdade, esses trabalhadores constituíam

² D'ÁVILA, R., Folk-lore paulista. *O Alto Cafezal*, 05 jan.1930, p. 1.

uma população itinerante devido exatamente ao tipo de trabalho a que se dedicavam: a derrubada de matas. Eram, como eles próprios se qualificavam, peões ou camaradas que contratavam uma certa empreitada, ao término da qual partiam para outras paragens, sem se fixarem definitivamente em nenhuma. Além do mais, com a crise de 1929 o trabalho de derrubada escassearia na região, obrigando muitos deles a partirem.

Assim, a partir de 1924 o Patrimônio foi sendo aos poucos erguido. Surgiam casas de madeira extraída da mata nativa; barracas e hotéis improvisados, oferecendo um mínimo de conforto, abrigavam provisoriamente os recém-chegados enquanto desmatavam suas propriedades ou estabeleciam seus negócios. Em 1924, foi inaugurada a pequena capela de Santo Antônio, no local onde hoje se encontra a igreja matriz; operários que erguiam o patrimônio chegavam com as primeiras serrarias. O comércio foi sendo estimulado; surgiram armazéns com estoques diversificados e bares, que, não por acaso, possuíam denominações sugestivas como *Casa Tem Tudo* e *Bar Fecha Nunca*. Em breve a presença de sírios e libaneses seria marcante no comércio.

Localizado em terras disputadas judicialmente pela Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos e por Serafim Leme, que procurava manter a posse através de jagunços nelas instalados, o Patrimônio vivia dias de atribulações quando tais elementos o invadia, submetendo a população aos seus caprichos.

As condições objetivas para o povoamento estavam dadas: de um lado a política oficial de valorização do café manteria os preços compensadores até 1929, estimulando a demanda por terras virgens; de outro, a instituição do trabalho assalariado desde o final do século XIX, havia permitido a uma parcela – ainda que diminuta – de trabalhadores ajuntar alguma quantia que seria empregada na aquisição de pequenos lotes rurais. Além disso, a demanda por terras seria também aquecida pelo crescente número de imigrantes recebido pelo Estado de São Paulo na década de 1920.

Favorecida por essa conjuntura, a *Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos* desmembrava suas terras em lotes de dez a cem alqueires, vendidos à prestação (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 186). O avanço dos trilhos da Companhia Paulista, adentrando o espigão, era um estímulo fundamental.

Uma estrada de rodagem aberta pela Paulista, ligando Piratininga ao nascente povoado, passou a permitir o tráfego de automóveis e caminhões. Assim, a população que se dirigia para o Patrimônio podia servir-se do trecho inaugurado da ferrovia e, a partir da ponta de trilhos (Duartina, depois Gália), devia utilizar-se da estrada de chão que a precedera, acompanhando o seu traçado.

3

OS DIRCEUS DE MARILIA

No ano de 1925, novos personagens entraram em cena na história do Alto Cafezal: a Fazenda Cincinatina, vizinha das terras de Rodolfo Miranda, foi adquirida pelo então deputado estadual Bento de Abreu Sampaio Vidal e seus filhos.

Descendente de nobres portugueses, cuja vinda para o Brasil remonta o final do século XVI, Bento de Abreu, assim como a sua extensa família, tem a história de vida profundamente ligada à história social e política de Araraquara e São Carlos. Bento de Abreu nasceu em Campinas a 17 de agosto de 1872, fruto do segundo casamento de Joaquim de Abreu Sampaio com Maria das Dores de Sampaio Vidal. Na sua biografia consta a conclusão do curso de humanidades no Colégio Culto à Ciência daquela cidade. Aos dezoito anos foi gerente de uma casa bancária de seu pai e posteriormente do Banco União de São Carlos, cidade onde marcou presença nos jornais de propaganda republicana, como o *Correio de São Carlos*, fundado por ele. Iniciou carreira política em Araraquara, onde também adquiriu fazenda de café, orgulhando-se de ter ali ocupado a presidência da Câmara Municipal de 1908 a 1930, “excetuando um triênio que não quis ser eleito por escrúpulo devido à desarmonia com a política central”.¹

Bento de Abreu possuiu fazenda de café também em Guariba e na Noroeste, marcando presença no cenário urbano e político de Pirajui. Foi sócio-fundador e presidente da poderosa

¹ MOREIRA; MAGALHÃES. 1936, p. 48. Dados biográficos constam nas seguintes obras: FRANÇA, 1915, p. 76, e WORONIECKI-KORIBUT. [19.. ?], p. 25.

Sociedade Rural Brasileira, membro do Conselho da Sociedade Paulista de Agricultura e, mais tarde, fazia parte da Comissão de Agricultura, Colonização e Imigração, Minas e Terras Devolutas. Em 1924 foi eleito deputado estadual pelo 8º distrito e, em 1925, pelo 9º.

Conforme percebemos, eram agentes da marcha pioneira, líderes políticos com tradição nas chamadas zonas velhas: Cincinato Braga, Rodolfo Miranda e Bento de Abreu. Os dois últimos permaneceriam como grandes proprietários nas terras do Alto Cafezal.

O DISTRITO DE PAZ: ALTO CAFEZAL, LÁCIO OU MARÍLIA?

O patrimônio Alto Cafezal mal despontara, mas os pioneiros, devido ao fato de serem apenas loteadores de terras, haveriam de procurar um político de grande influência sob cuja “proteção” pudesse a povoação ascender na hierarquia judiciária e político-administrativa do Estado, a começar pela criação dos distritos policial e de paz. Neste intento empenhar-se-iam José Pereira da Silva e o seu sócio João do Val, procurando o patrocínio “natural” dos deputados Eduardo Vergueiro de Lorena, líder político de Bauru, e Luiz Miranda, filho do Senador Rodolfo Miranda - ambos eleitos em 1925, pelo 5º distrito.

Entretanto, antecipando-se aos mencionados deputados, coube a Bento de Abreu, político hábil e experiente, principiar o controvertido processo de criação do distrito de paz que viria servir à população local.

Um dos primeiros atos de Bento de Abreu, após a compra da Fazenda Cincinatina, foi doar terreno à *Companhia Paulista de Estradas de Ferro* - da qual era acionista - para a construção da estação da ferrovia que se aproximava. Com isso, o Deputado garantia a presença da futura estação em sua propriedade, nas proximidades da divisa com o patrimônio Alto Cafezal.

Segundo norma da referida Companhia, a letra inicial dos nomes das estações ferroviárias a serem construídas a partir de Piratininga deveria obedecer a ordem alfabética. Assim, a de Piratininga havia sido denominada América, e em seguida viriam Brasília, Duartina, Esmeralda, Fernão Dias, Gália, Hespéria, Garça, Jafa e Kentuchia. A próxima, cujo nome deveria começar pela letra “L”, seria a do Alto Cafezal, para cuja construção Bento de Abreu havia doado terreno. Resolveu então, o Deputado, batizá-la com o nome de Lácio.²

Aproveitando-se desse fato e observando o potencial do nascente povoado, Bento de Abreu apresentou na Câmara dos Deputados, a 09 de novembro de 1925, o projeto de lei nº. 51, criando o distrito de paz de Lácio.³

Acontece, porém, que tal projeto, subscrito por representantes do 5º distrito, criava à revelia dos fundadores do Alto Cafezal o distrito de paz de Lácio com sede naquela povoação, e não o distrito de paz de Alto Cafezal, conforme desejavam os pioneiros. Ora, Lácio não existia enquanto núcleo urbano; era apenas o nome aventado por Bento de Abreu para a estação ferroviária a ser construída.

Uma vez apresentado o projeto, a Comissão de Estatística, Divisão Civil e Jurídica se encarregaria de obter do Juiz de direito e da Câmara Municipal de Pirajuí, as informações necessárias para se certificar da viabilidade da criação do referido distrito de paz. Os critérios estabelecidos levavam em consideração o contingente populacional, o número de prédios da sede, a existência na localidade de cemitério e prédio apropriado para o funcionamento do Cartório de Paz, além da conveniência das divisas estipuladas.⁴

² VIDAL, B. A.S., Marília: notícia histórica. Revista *Correio de Marília*, 14 jul.1929, p. s/nº.

³ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1925, p. 622 - 623.

⁴ *Ibidem*, p. 698. Parecer nº 103, de 1925.

Obviamente, seria impossível a criação do distrito de paz de Lácio, a menos que este se valesse da infra-estrutura do Alto Cafezal. Assim, aos olhos dos fundadores e primeiros habitantes daquele patrimônio, Bento de Abreu queria se apropriar de obra alheia ou, pelo menos, dar nome à cria de outrem.

Além disso, as divisas inicialmente estabelecidas envolviam simultaneamente territórios dos municípios de Pirajuí e Campos Novos, separados pelo espigão divisor das águas dos rios Tibiriçá e Peixe. Nesse caso, Campos Novos perderia parte de seu território, já que o projeto estipulava que o distrito de paz de Lácio ficaria pertencendo a Pirajuí. Para Campos Novos, perder parte de seu território significava perder também parte de sua renda e de seus eleitores; ambos potencialmente numerosos no Alto Cafezal.

Enviado ao Senado, o projeto de lei que criava o distrito e paz de Lácio recebeu uma emenda alterando as suas divisas. Essas agora seguiam a oeste pelo espigão divisor das águas dos rios Tibiriçá e do Peixe, mas, ao localizar a povoação do Alto Cafezal à direita do espigão divisor, entre os ribeirões dos Barbosas e Pombo, ainda incluíam-na dentro de seus limites.⁵

Contudo, a dinâmica acelerada dos desmembramentos territoriais, característica nas frentes pioneiras, e os protestos enviados pela Câmara Municipal e moradores de Campos Novos, se encarregariam de ocasionar uma decisiva alteração em tais divisas.

Em sessão ordinária de 22 de dezembro de 1925, o Senador Plínio de Godoy requeria a volta do projeto à Comissão de Justiça, com prejuízo da discussão. Quase um ano depois, em sessão de 7 de dezembro de 1926, o referido Senador apresentou o parecer nº. 74, da Comissão de Justiça, contendo a emenda que estipulava as novas divisas. Alegou Plínio de Godoy que pela divisa estipulada no projeto nº. 51, de 1925, uma grande

⁵ Anais do Senado do Estado de São Paulo, 1925, p. 519.

extensão de território de Campos Novos passaria a pertencer a Pirajuí e que contra tal desmembramento reclamavam a Câmara Municipal e diversos moradores daquele município. Além disso, justificou o referido Senador que

o território que ao tempo em que foi apresentado o projecto, pertencia ao município de Pirajuy, hoje faz parte do novo município de Cafelândia.

Pelo exposto se verifica que não há conveniência em que o projecto mencionado seja aprovado tal qual está redigido, nem tão pouco de accordo com a emenda apresentada por esta comissão em parecer anterior.

Isso, porém, não impede que, dado o desenvolvimento da região, seja creado o distrito de paz, compreendendo somente território do Município de Cafelândia e dando-se ao distrito, *não a denominação de Lácio, mas a de Marília*, nome do ramal que a Companhia Paulista está construindo naquela região.⁶

Na verdade, no decorrer do ano de 1926, os fundadores do Alto Cafezal, inconformados com o iminente desaparecimento do nome do Patrimônio, agiram em sintonia com a Câmara Municipal de Campos Novos. Assim é que, a três de agosto daquele ano, através do Decreto n.º 425, havia sido criado o distrito policial de Alto Cafezal, pertencente ao Município de Campos Novos e Comarca de Assis (POVOAS, 1947, p. 47).

Um mês depois de ter sido criado o referido distrito policial, Vergueiro de Lorena apresentara à Câmara dos Deputados, a pedido dos pioneiros, o projeto de lei n.º 19, criando o distrito de paz do Alto Cafezal.⁷ Entretanto, indo a imprimir na Comissão de Estatística, encarregada de verificar a conveniência de sua criação, o projeto não retornaria para discussão.

⁶ Anais do Senado do Estado de São Paulo, 1926, p. 433. O grifo é nosso.

⁷ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1926, p. 264, 265, 407.

Desta forma, compreende-se a citada justificativa do Senador Plínio de Godoy, uma vez que, pelo projeto e emenda em tramitação, o distrito policial de Alto Cafezal, pertencente ao Município de Campos Novos e Comarca de Assis, estava incluído nas divisas e serviria de sede ao projetado distrito de paz de Lácio, pertence ao Município e Comarca de Pirajuí. Naquela ocasião apresentou, então, o referido Senador, a derradeira emenda, criando agora o distrito de paz de Marília, no Município de Cafelândia e Comarca de Pirajuí; desta feita excluindo de suas divisas o patrimônio Alto Cafezal.

A alteração do nome de Lácio para Marília, denominação também escolhida por Bento de Abreu, ocorreu porque a Companhia Paulista resolvera construir uma estação entre Kentuchia (atual Vera Cruz) e aquela que receberia o nome de Lácio. Assim, ao invés de “L”, o nome da estação que viria servir a população do Alto Cafezal deveria começar com a letra “M”. Foi assim que surgiu o nome de Marília, inspirado no poema *Marília de Dirceu*, de Tomaz Antônio Gonzaga.⁸

Finalmente, a 22 de dezembro de 1926, foi promulgada a lei de nº. 2.161, criando o distrito de paz de Marília. A sua instalação, entretanto, ocorreria somente a 18 de setembro do ano seguinte. Nesse ínterim não se deram por vencidos os pioneiros do Alto Cafezal que, através de representações enviadas à Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados, reivindicavam a criação do distrito de paz do Alto Cafezal.⁹

Na verdade, a demora na instalação do distrito de paz de Marília ocorreu porque, embora existindo juridicamente, não havia como instalá-lo, uma vez que Marília, enquanto núcleo urbano, inexistia. O projeto original de Bento de Abreu estipulava que a sede do distrito de paz de Marília seria o Alto Cafezal; fato que se mostrou incoerente com a exclusão do Patrimônio

⁸ VIDAL, B. A. Notícia Histórica. *Revista Correio de Marília*, 1929, p. *sn*º.

⁹ Aliás, os pioneiros do patrimônio Alto Cafezal e a Câmara Municipal de Campos Novos agiram em conjunto pelo mesmo objetivo. Vides Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1927, p. 103, 110.

de suas divisas. Além do mais, não poderia o distrito de paz ter sua sede localizada fora do município a que pertencia.

Não obstante, este fato não impediu que, quase um ano depois de promulgada a Lei 2.161, o distrito de paz de Marília fosse instalado provisoriamente em um hotel do Alto Cafezal, simplesmente porque no loteamento contíguo ao mesmo, onde Bento de Abreu abria o patrimônio que haveria de lhe servir de sede, ainda não existia um prédio sequer (OLIVEIRA, 1960, p.22; LYRIO, 1957).

Portanto, no princípio a atual cidade de Marília consistia-se em duas realidades juridicamente distintas: Alto Cafezal, distrito policial de Campos Novos, e Marília, distrito de paz pertencente ao Município de Cafelândia. Servia de linha divisória entre ambas, a Avenida do Contorno; atual Avenida Sampaio Vidal.

Em 1927, enquanto Bento de Abreu promovia o desmatamento da área reservada ao seu loteamento urbano, nas terras em que Vasques Carrion tentara formar a Vila Prado surgira o patrimônio de Vila Barbosa, na forma de um prolongamento do Alto Cafezal. Tais terras, denominadas Fazenda Bonfim (2.030 alqueires paulistas, segundo Oliveira), haviam sido adquiridas pela firma Almeida & Nogueira, então constituída pelo Cel. Galdino Alfredo de Almeida e José da Silva Nogueira; este último conhecido como Cel. José Braz.

Bento de Abreu foi um entusiástico autor de projetos visando a criação de distritos de paz. A sua biografia registra a criação de “cerca de trinta distritos de paz, sendo quase todos em Araraquara e Marília” (WORONIECK-KORYBUT, [19..?], p. 25). Das razões de seu entusiasmo ele não faria segredo. Em discurso pronunciado em sessão da Assembléia Legislativa, a quatro de dezembro de 1935, diria o deputado:

Temos grande entusiasmo pelos Distritos de Paz, porque servem de núcleo às populações rurais. Cuidando do conforto do interior, temos sempre presente a idéia de agricultura, que representa a fonte da nossa riqueza.

Encontrando ao seu alcance tudo o que nos oferece a civilização, as populações rurais perderão a ansiedade de abandonar os campos e virem residir nas grandes cidades, com grande prejuízo para a agricultura. Não devemos perder de vista que a agricultura requer um cuidado constante, que não se conseguiria com a ausência dos que a ela se dedicam. Os Distritos de Paz oferecem, a poucos quilômetros das propriedades rurais, o que sua população precisa constantemente e com urgência. (VIDAL, 1947, v. 1, p. 57)

Em 1937, Bento de Abreu retomaria este discurso, justificando o seu eterno entusiasmo pelas cidades do interior e pelos distritos de paz:

[...]. Uma villa representa um thesouro para a população vizinha. Ella tem o médico e a pharmácia, tem a pequena igreja, onde são celebrados os casamentos e baptizados e as cerimónias fúnebres, cemitério onde os enterros são feitos com acompanhamento de parentes e amigos do morto, o que representa um grande conforto moral. [...]

O escrivão de paz, além dos registros de nascimento e obitos realiza os casamentos, facilitando desta forma a legalização civil e evitando que se dê, o que muitas vezes acontece, de deixarem de ser realizados os casamentos civis, prejudicando a legalidade do ato e causando o prejuizo futuro dos herdeiros e da legitimidade da família. Além disso, os escrivães de paz são tabeliães por lei e podem passar procurações, escripturas, reconhecer firma, etc., alli, ao lado da residência dos colonos, trabalhadores e pequenos proprietários, para os quais é grande sacrificio de dinheiro e perda de tempo e trabalho, se forem obrigados a fazerem viagens distantes para esse fim.

Não devemos nos esquecer do importante papel do Districto de Paz como factor cívico e político, constituindo a sede de uma ou mais secções eleitoraes, de modo que o homem do campo sem nenhuma despesa e sem o maior icommodo, pode cumprir o seu dever de cidadão. (VIDAL, 1947, v. 2, p. 4)

Importância cívica à parte, a preocupação maior manifestada por Bento de Abreu era em relação à fixação da mão-de-obra necessária à agricultura, na medida em que o distrito de paz atendia prontamente a uma série de necessidades da população rural. Desta forma, compreende-se bem a razão de seus esforços para a criação do distrito de paz de Marília: viabilizar prontamente a exploração econômica de sua propriedade, dinamizando a formação do núcleo de mão-de-obra que já tivera início com a fundação do Alto Cafezal. A sua máxima “é o conforto que prende o homem a terra” seria levada a sério. Ela significaria, antes de tudo, dotar a localidade de instituições político-jurídicas e criar a infra-estrutura necessária à viabilização econômica de seus empreendimentos naquela *boca de sertão*. A criação do distrito de paz foi apenas o primeiro passo.

Por outro lado, esse aspecto não explica a rivalidade instalada entre Alto Cafezal e Marília, uma vez que ambos, pelas mesmas razões, aspiravam tornar-se distrito de paz. Além dos motivos puramente bairristas já mencionados, existiam, por certo, outros que se revelam na medida em que se compreende a importância política daquela instituição durante a Primeira República.

Segundo Telarolli,

a própria condição oferecida ao poder legislativo para a criação dos distritos de paz, comarca e município, colocava a iniciativa no rol dos serviços que os parlamentares prestavam como contrapartida dos compromissos do voto, indispensável à sua permanência no poder. (1981, v. 1, p. 85)

Além do mais, conforme o referido autor, o alistamento eleitoral era feito perante o Poder Judiciário e o Juiz de Paz consistia na principal autoridade atuante na organização do processo eleitoral, desde o alistamento até apuração dos votos, embora a organização definitiva se processasse por comarcas, pelos juizes de Direito.

Competia ao juiz de paz o reconhecimento de letra e firma do alistamento, já que a prova de alfabetização era necessária para a qualificação do eleitor. A atuação de juizes de paz - bem como de outras autoridades, como o tabelião da Comarca, escrivão de paz, delegado e subdelegados - facciosos,

explica por que na prática da fraude, o alistamento, a primeira etapa do processo eleitoral, merece insistentes referências, com especial freqüência no que diz respeito ao alistamento de analfabeto, à resistência de toda ordem ao alistamento através de 'cabos' da facção oposta, a manutenção de eleitores falecidos, a entrega de lotes de títulos aos chefes eleitorais. (TELAROLLI, 1981, v. 2, p. 405)

Ao juiz de paz competia a designação dos edifícios (públicos ou particulares) onde as seções eleitorais seriam instaladas, caso a câmara municipal não o fizesse por falta de consenso, ou qualquer outra razão. A mesa eleitoral, encarregada do recebimento e apuração dos votos, era composta de cinco elementos, sendo eles o 1º juiz de paz, como presidente, o 2º e 3º juizes de paz e os dois primeiros suplentes.

Caso houvesse mais de uma seção no distrito, as demais mesas eleitorais seriam também compostas de cinco membros escolhidos através de eleição da qual participavam os três juizes de paz da sede do distrito e seus suplentes. Dessa forma, a

sistemática da constituição das mesas eleitorais era favorável aos grupos que estivessem no comando político local. Pretendendo uma hipotética distribuição das forças de influências para a composição das mesas, cujo papel na decisão das eleições era o mais cabal, graças ao poder de manipulação que podiam exercer no processo de votação e apuração, na verdade era, a sistemática, em geral inteiramente favorável ao grupo do poder. (TELAROLLI, 1981, v. 2, p. 409)

Compreende-se, desta forma, a importância para os chefes políticos locais de manterem como juizes de paz e funcionários do cartório, homens de sua inteira confiança. Os

primeiros elementos a ocuparem tais funções no distrito de Marília foram o Cel. Manoel Rodrigues da Siqueira, 1º Juiz de Paz; Pedro Rodrigues Tucunduva, 3º Juiz de Paz; Alfredo Rodrigues Maia, 1º suplente e Rodolfo Negreiros, Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil.¹⁰

O Cel. Manoel Rodrigues da Siqueira, nascido em Lençóis e Morador em Bauru, havia se mudado recentemente para o Alto Cafezal, onde se tornaria fazendeiro e um dos primeiros membros do diretório local do Partido Republicano Paulista (P.R.P).

No início de 1929, ocuparia o cargo de 1º Juiz de Paz o ex-jornalista e médico Joaquim Novaes Banitz, que exerceria concomitantemente o cargo de secretário do diretório perrepista. Para o cargo de 2º Juiz de Paz foi indicado o Ccl. Marinho Azevedo e para o de 3º, Alfeu César Pedrosa, antigo guardalivros de Bento de Abreu, em Araraquara, que se mudara para localidade como intermediário na venda de lotes do patrimônio de Marília (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 12).

¹⁰ Ata de Instalação do Distrito de Paz de Marília. In: POVOAS, G. *Marília*. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura Municipal, 1947, p. 25, 26.

- 1997). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 30, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2000). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 33, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2001). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 34, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2002). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2003). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2004). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 37, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2005). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 38, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2006). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 39, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2007). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 40, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2008). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 41, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2009). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 42, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2010). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 43, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2011). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 44, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2012). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 45, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2013). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 46, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2014). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 47, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2015). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 48, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2016). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 49, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2017). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 50, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2018). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 51, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2019). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 52, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2020). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2021). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 54, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2022). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2023). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 56, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2024). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 57, 117-127.
- Wassenaar, D. A., & G. M. G. Geurts (2025). *Journal of Applied Behavior Analysis*, 58, 117-127.

4

A CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA

Pouco depois de instalado o distrito de paz, Bento de Abreu apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei, subscrito pelo Deputado Vergueiro de Lorena, criando o Município de Marília. A elevação do Distrito de Paz à categoria de município seria a única forma de garantir que a renda arrecadada na localidade fosse revertida em prol dela mesma.

Entretanto, tal projeto de lei serviu para acirrar ainda mais o descontentamento dos pioneiros do Alto Cafezal. Mais uma vez incluído nos planos de Bento de Abreu, o Patrimônio estava preste a perder o *status* de distritos policial, postulante à condição de distrito de paz, para se ver integrado como um simples bairro na sede do futuro Município de Marília.

A esse respeito, assim se expressou Adorcino Lyrio:

O Cel. João do Val se tornara sócio remanescente do patrimônio Alto Cafezal. Nascera uma espécie de rivalidade entre os grandes fundadores que com muita sagacidade procuravam dissimular. Essa rivalidade teve influência grandemente benéfica no destino de Marília. Cada qual procurava prestar mais serviços a terra.

De um lado os pioneiros, sob a proteção do Sr. Vergueiro de Lorena e do Senador Rodolfo Miranda; de outro lado o Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, com seu prestígio invulgar e sua férrea vontade, cada qual querendo trabalhar mais que o outro! (1957, p. s/n^o)

Entretanto, na prática, pudemos constatar que Bento de Abreu e Vergueiro de Lorena agiam muito mais como aliados

do que como rivais, uma vez que os projetos do primeiro, que diziam respeito aos patrimônios, sempre recebiam o aval do segundo.

Rivalidade política menos tênue existia entre Bento de Abreu e pioneiros do Alto Cafezal, que buscavam a *proteção* do Deputado Luiz Miranda. Este se interessava em estabelecer na localidade onde era proprietário, um de seus redutos eleitorais.

A rivalidade entre os patrimônios, contudo, não era de forma alguma dissimulada. A própria paisagem urbana registra as suas marcas. Bento de Abreu não se contentara em conquistar prestígio entre os moradores do Alto Cafezal, mas, ao contrário, resolvera fundar o seu próprio patrimônio, o que, em outras palavras, significava promover um empreendimento concorrente. E motivos para isso, como já se viu, não lhe faltavam.

Ainda hoje, o fato de tanto a estação ferroviária quanto a monumental - para a época - igreja de São Bento terem sido construídas de costas para a povoação do Alto Cafezal é interpretado por seus antigos moradores como uma manifestação de menosprezo de parte de Bento de Abreu, já que naquela época (1928/1929), toda a população local lá se concentrava.

Na verdade, para Bento de Abreu nada havia de mais sensato do que promover com tais obras a valorização de seu empreendimento frente aos concorrentes, somando às vantagens econômicas já mencionadas, os dividendos políticos que a condição de “fundador da cidade” haveria de lhe proporcionar.

Por outro lado, a competição entre os dois patrimônios se fez sentir na fundação dos primeiros jornais da localidade. Em 1º de maio de 1928, circulou o primeiro número do *Correio de Marília*, fundado por Raul Araújo, trazendo na primeira página a fotografia de seu *patrono*, Bento de Abreu. O patrimônio Alto Cafezal não deixou por menos e, no dia 1º de junho, fez circular o primeiro número do *O Alto Cafezal*. Fundado por José Perri, o jornal foi inicialmente impresso na cidade de Garça e teve

como representante local o pioneiro Antônio Nunes. Entretanto, o semanário *O Alto Cafezal* não tinha, como o seu concorrente um nome especial para homenagear; fato que lamentava, ao mesmo tempo em que revelava a exaltada rivalidade local:

Ignora-se qual o peregrino errante que baptizou este pedaço de terra benedito com esse nome que apesar de sem história, sem passado, enche-nos de satisfação e regosijo. Este nome é pronunciado diariamente por milhares de boccas, traduzindo na palavra as esperanças de nelle encontrarem o Eden prometido, e de facto a toda hora, a todo instante vemos e constatamos o progresso prodigioso desta villa. As estradas são quotidianamente transitadas por centenas de caminhões, conduzindo trabalhadores e mudanças. As construções assemelham-se ao apparecer de cogumellos, os habitantes apparecem aqui como se despejados do céu. [...]

Sem protectores e nem patronos elle tem evoluído, por necessidade e pelo esforço da colletividade laboriosa, e se as construções não attingem números mais elevados, devem-o em parte à administração morosa e em parte à falta de material.

O solo fertilíssimo e fecundo que nos dará daqui há alguns annos a maior produção cafeeira do Estado, bem responderá aos sacrificios feitos. O que mais necessitamos e para isso chamamos a attenção dos senhores dirigentes desta zona é a criação do Município, pois já nesse desgoverno, nesse período de incerteza, surgem no horizonte as primeiras guerrilhas, as pequenas desavenças, cobertas por um véu de hypocrezia e indiferença, e não é justo que em se delineando a lucta, os maioraes, finjam ainda que não percebem e fazem questão de afirmar que nada há.

Sou apolítico, mas um fervido admirador desta terra e com isso observo e é na qualidade de observador que procuro chamar à realidade os senhores interessados para o progresso desta villa. Procurem desde já acalmar os espiritos e deitar água nas primeiras chamas, do contrário teríamos a edição muitas vezes confirmada, do incêndio, que também apaga-se mas innegavelmente destroe; é dessa

destruição que devemos nos livrar. Isso no interesse geral dos proprietários e moradores desta villa.¹

Não exagerava muito o editorialista quando afirmava que as construções se assemelhavam ao *aparecer de cogumelos* e que os habitantes lá apareciam *como se despejados do céu*. Embora não existam dados mais concretos, os depoimentos e fotografias da época confirmam o intenso movimento do Alto Cafezal, cujo ritmo seria ainda mais acelerado com a chegada dos trilhos da Paulista, em julho de 1928. Segundo Monbeig, em 1926 havia 22 casas no Alto Cafezal, e, de acordo com o Relatório Estatístico da prefeitura, o número de edificações saltou para 686 em 1928, e para 1084 em 1929.²

Não contando com *protetores*, o Alto Cafezal dispunha a seu favor tão somente da arrogante defesa de um grupo de pioneiros. Não obstante, de fato começava-se a esquecer o “peregrino errante” que batizara aquele *pedaço de terra bendito*. Em 1927, havia falecido Antonio Pereira da Silva (OLIVEIRA, 1960, p. 20). Seu filho Pereirinha, em sociedade com o Cel. João do Val, seguindo a penetração pioneira rumo oeste no espigão, havia adquirido terras na região do Ribeirão Iacri, onde promoveu um novo loteamento urbano, dando origem ao povoado de Santana. Naquele ano, acusado de aproveitar-se da repentina valorização das datas para vender algumas delas a mais de um comprador, Pereirinha mudara-se com sua família para o povoado de Santana, deixando como sucessor o Cel. João do Val.

Embora o editorialista considerasse o Alto Cafezal politicamente desprotegido, um grupo de pioneiros, arrogando-se como defensor do Patrimônio, reagia às pretensões de Bento de Abreu. Se para o jornal o nome do município a ser criado era coisa irrelevante, para esses pioneiros tal fato importava muito, e os ânimos se exaltaram a ponto de ter sido requisitado um

¹ O Alto Cafezal, 1jun. 1928, p. 1.

² MOMBEIG, 1941, p. 224. Relatório Estatístico da Prefeitura Municipal de Marília, 1935, p. s/nº.

destacamento policial de Bauru para impedi-los de arrancarem a placa que a Cia. Paulista havia fincado, identificando a localidade como Marília.³

Entretanto, não seria uma mera rivalidade bairrista capaz de frear o ritmo da implantação capitalista. Ao contrário, tudo o que viesse em seu benefício, tudo o que promovesse a valorização das terras, facilitasse a sua exploração econômica e, em outras palavras, contribuísse para êxito dos empreendimentos urbanos e rurais, seria bem vindo; viria ao encontro do interesse geral.

Portanto, embora Bento de Abreu e os Miranda viessem a tornarem-se rivais na política local, economicamente interesses comuns os uniam. Tanto a criação do município – que representava o progresso, independentemente do nome –, quanto o controle do poder local, por motivos que os faziam aliados e rivais, interessavam a ambos.

Naquele ano de 1928, Rodolfo e Luiz Miranda se empenhavam na fundação do patrimônio de Pompéia, a cerca de 32 quilômetros a oeste da futura sede do Município de Marília. Assim é que, em julho de 1928, Luiz Miranda apresentou na Câmara dos Deputados o projeto de lei criando naquele incipiente povoado o distrito de paz.⁴

Desde 1927 chegava aos patrimônios um número cada vez maior de profissionais liberais, principalmente médicos, dentistas e advogados; muitos deles recém formados, atraídos pelas perspectivas de futuro que oferecem as frentes pioneiras.

Esses profissionais liberais, ao lado dos grandes fazendeiros locais, seriam num futuro próximo os principais postulantes a detentores do poder local. Entre eles, o melhor exemplo é a figura de Carlos de Moraes Barros, médico recém formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

³ TERRA, J. Coisas de Marília. *O Alto Cafezal*, 17 abr. 1932, p. 1. Esse episódio foi narrado também pelo pioneiro Antonio da Silva Lavandeira, em depoimento à Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília.

⁴ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1928, v. 1, p. 318.

Natural de Piracicaba, Carlos de Moraes Barros pertencia a uma tradicional família paulista. Sendo neto do ex-presidente Prudente de Moraes, era, portanto, irmão de Prudente de Moraes Neto e primo de Paulo de Moraes Barros, fundadores do Partido Democrático (PD).

Em depoimento concedido à Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília, Carlos de Moraes Barros declarou que a sua vinda para o Alto Cafezal, no início de 1928, esteve ligada à fundação da Santa Casa. Segundo ele, foi em Itaquê, região de Araraquara, que conheceu Bento de Abreu por intermédio de Cristiano Althenfelder e Silva, genro do mesmo. Naquela ocasião Bento de Abreu abria o patrimônio de Marília e procurava profissionais da área da saúde para dirigir a Santa Casa que pretendia construir:

-Ele [Bento de Abreu] pediu que limpasse o nome feio que a cidade tinha no sertão, de foco de tifo, de foco de doenças infecciosas, porque todos doentes eram tachados como tal. [...] enquanto não montava laboratório na cidade, devia mandar para o local mais perto, ou Piratininga ou Bauru, no caso, para exames, para mostrar que não havia na cidade senão maleita. Fazendo exames de sangue verificamos que os casos de tifo e de outras doenças infecciosas eram pura maleita.

Limpar o nome feio que a cidade tinha era de suma importância para o êxito dos empreendimentos locais. A povoação havia crescido de forma assustadora. Centenas de residências e de prédios comerciais haviam sido erguidas da noite para o dia com um mínimo de planejamento e muito pouca infra-estrutura. Poços e latrinas desprotegidos serviam à população urbana; nos quintais, ao lado dos mesmos, os moradores construía chiqueiros onde cevavam porcos, quando não os criavam soltos; aves e animais domésticos perambulavam pelas ruas; o lixo se acumulava em terrenos baldios. Tudo isso, denunciava um médico local, contribuía para o estado precário da higiene pública e o surgimento de grande número de casos

de “febres paratyphicas, impaludismo, typho-malária”⁵ e outras doenças.

Enquanto não fosse possível promover o saneamento básico, evitar a propaganda negativa era preciso. Fazia-se urgente a construção de um hospital. Em junho de 1929 seria inaugurado o primeiro pavilhão da Santa Casa, construído em terreno designado por Bento de Abreu. Entretanto, o tifo era um problema cuja solução demandaria ainda muito tempo.⁶

Naquele ano de 1929, Carlos de Moraes Barros fundou uma das primeiras associações profissionais da cidade, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, destinada a congregar médicos, dentistas e farmacêuticos. Em breve ele despontaria como figura de destaque no cenário político local.

A criação do município surgia, assim, como possibilidade de solução para vários problemas que a localidade enfrentava, pois ela significava também autonomia orçamentária.

Segundo Rodolpho Telarolli,

o surgimento de um novo município representava sempre a oportunidade para a ocorrência de novas lideranças, a estruturação de um novo diretório, enfim a projeção de novos elementos na dinâmica das relações município-estado, elementos antes subordinados à chefias do município de onde se desmembrara. (1981, v.1, p. 88)

Entretanto, apesar dos protestos da Câmara Municipal de Campos novos,⁷ a 24 de dezembro de 1928 foi promulgada a Lei no. 2.320, criando o Município de Marília em território desmembrado de Cafelândia e Campos Novos. Ficou a nova circunscrição administrativa pertencendo à Comarca de Piratininga.

⁵ O Alto Cafezal, 27 nov. 1929, p. 1.

⁶ Entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933, uma epidemia de tifo fez dezenas de vítimas em Marília. Conf. MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 206.

⁷ Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, 1927, p. 659.

Ao mesmo tempo em que criava o município, a referida lei, sancionada pelo então presidente do Estado Júlio Prestes, alterava as divisas do distrito de paz de Marília e criava o de Pompéia.

A criação do município, embora a todos tenha satisfeito, não serviu para apaziguar a antiga rivalidade entre os patrimônios, especialmente entre o Alto Cafezal e Marília. Muitos dos habitantes do Alto Cafezal não se conformaram com o nome de Marília, dado ao município. Esse modo de pensar, quasi deu motivo, no dia do município, a um desagradável incidente. Instalada a administração municipal, o semanário 'Alto Cafezal', anunciou que desse dia em diante, passaria a datar a folha, de Marília, e não de Alto Cafezal, como até aí fazia. Muitos julgaram que a folha pretendia trocar de nome. Bastou isso para que se exaltasse o bairrismo e em explosão, quasi se empastelasse o jornal.

Essa rivalidade, por vezes emulação entre os dois grandes bairros da cidade, embora eles se soldassem perfeitamente entrecruzando-se as suas ruas, perdurou durante longo tempo e não poucas vezes se manifestou, em carater mais violento. (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 149)

Não obstante, uma vez criado o Município, fazia-se urgente organizar o diretório político local e preparar a eleição dos elementos que haveriam de compor o Legislativo e escolher entre si o primeiro prefeito.

5

A ORGANIZAÇÃO FORMAL DO PODER LOCAL

Embora a população urbana fosse ainda um tanto quanto flutuante, no início de 1929 Marília já estava estruturada para o papel que lhe fora reservado naquela boca de sertão: servir de ponto de apoio à colonização. Segundo o jornal *O Alto Cafezal*, havia na cidade 7 advogados, 2 agrimensores, 5 engenheiros civis, de 8 a 10 dentistas e 11 médicos.¹ O incremento das atividades urbanas significava, por outro lado, a presença cada vez maior de elementos aptos a postularem uma participação na política local de forma não necessariamente submissa aos interesses dos grandes proprietários rurais e representantes da oligarquia perrepista.

O primeiro passo em favor da estruturação formal do poder local deu-se com a organização do Diretório Municipal do P.R.P. Reconhecido pela Comissão Central do partido no dia 6 de Janeiro de 1929, o Diretório foi composto pelos seguintes membros: Deputado Luiz Miranda, presidente; Deputado Bento de Abreu, vice-presidente; Dr. Joaquim Novaes Banitz, secretário; Cel. Galdino Alfredo de Almeida e Cel. Manoel da Silva Siqueira, membros.

O Dr. Joaquim Novaes Banitz, que exercia concomitantemente o cargo de Primeiro Juiz de Paz, era oriundo de São Carlos e tratava-se de pessoa de confiança de Bento de Abreu. O Cel. Galdino de Almeida, mineiro de Bacaiuva de Ajuroca, Sócio da firma Almeida & Nogueira que concretizara

¹ O Alto Cafezal, 13 jan. 1929, p. 3.

a abertura da Vila Barbosa, domiciliava-se na localidade desde de março de 1928, depois de ter residido em Vila Bonfim, Franca, Igarapava e Ribeirão Preto. Em Igarapava ocupara os cargos de Presidente da Câmara e Juiz Federal Substituto (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 113 - 114). Com exceção de Novaes Banitz, todos os demais eram fazendeiros locais.

Marcada para o dia quatro de abril a data da instalação do município, cumpria ao Diretório perrepeista organizar a eleição para compor a câmara de vereadores, cujos membros deveriam escolher entre si o prefeito municipal.

Coube ao 1º Juiz de Paz designar os prédios do Cartório de Paz e da Comissão Sanitária do Estado para servirem de seções eleitorais. Na primeira votariam 250 eleitores e na Segunda o excedente que não ultrapassaria aquele número.²

A respeito do eleitorado local, não sobraram outros registros além dos encontrados em notas publicadas nos jornais. Segundo *O Alto Cafezal*, o primeiro escritório de alistamento eleitoral havia sido estabelecido em 1926 por Bento de Abreu, quando o mesmo buscava a aprovação de seu projeto de criação do distrito de paz, tendo na ocasião qualificado por volta de 160 eleitores. Com o esforço empreendido por Luiz Miranda em 1928, por ocasião da criação do Município, o número de eleitores teria atingido a 309. O jornal esclarecia ainda que esses eleitores “foram quase todos espontaneamente ao escritório e importantíssimo: todos proprietários, da cidade, portanto conhecidíssimos.”³

A chapa de candidatos a vereador, apresentada pelo Diretório, fora composta pelos seguintes nomes: Luiz Rodolfo Miranda, Paulo de Abreu Sampaio Vidal, Durval de Menezes, João Baptista Meiller, Cel. José da Silva Nogueira e Benedito Rosa Lima e Costa.⁴ Esta composição refletia, na prática, um

² Conforme edital publicado no Correio de Marília, 10 fev. 1929, p. 2.

³ O Alto Cafezal, 16 jun. 1929, p. 4.

⁴ Correio de Marília, n. 18, 17 fev. 1929, p. 1.

acerto havido entre os componentes do Diretório. O seu presidente, Deputado Luiz Miranda, apoiado pelos pioneiros do Alto Cafezal, pretendia acumular ainda o cargo de vereador. Representando a Vila Barbosa, estava um de seus fundadores, o Cel. José da Silva Nogueira. A presença do nome de Paulo de Abreu, filho de Bento de Abreu, dispensa comentários.

Quanto aos demais, tanto Durval de Menezes quanto João Batista Meiller, ambos engenheiros, eram profissionais introduzidos na localidade por Luiz Miranda e Bento de Abreu. Lima e Costa, por sua vez, ex-prefeito de Matão, havia ganhado muito prestígio na localidade, graças aos seus préstimos de farmacêutico. Eram, portanto, nomes de consenso.

Não obstante, tais elementos não concorreriam sozinhos. Outros desejaram um lugar na chapa oficial perrequista; mas nem por terem sido dela excluídos desistiram de concorrer como candidatos independentes. Além disso, ao que tudo indica, começava a se formar na cidade um grupo de simpatizantes do Partido Democrático, encabeçado por Joaquim de Abreu Sampaio Vidal - membro do Diretório Central - e pelo Dr. Carlos de Moraes Barros. Ambos se lançaram candidatos a vereador. Entretanto, a organização formal do P.D. em Marília ainda tardaria.

As dificuldades em se obter maiores informações sobre esse núcleo embrionário do P.D. residem no fato de que os dois jornais locais nada divulgavam a seu respeito. Ao contrário, faziam questão de divulgar a inexistência de oposição, a *harmonia* da política local, tão benéfica, no seu entender, para o progresso do novo município.

O resultado da eleição realizada a 3 de março de 1929, não seria surpresa. Aliás, um mês antes de sua realização o semanário *O Alto Cafezal* anunciara discretamente o nome do primeiro prefeito.⁵ De fato, a escolha do engenheiro Durval de Menezes já havia sido acertada pelo Deputado Luiz Miranda.

⁵ O Alto Cafezal, 3 fev. 1929, p. 2.

Acontece, porém, que, de acordo com a legislação em vigor, o prefeito deveria ser eleito indiretamente, isto é, escolhido pelos vereadores entre si. Portanto, a eleição cujo resultado dependia da futura composição da Câmara, já havia sido decidida antecipadamente pelo Diretório.

Dessa forma, terminada a apuração os mesários declararam com maior número de votos: Luiz Miranda, Paulo de Abreu Sampaio Vidal, João Baptista Meiller, Durval de Menezes, José da Silva Nogueira e Benedicto Lima e Costa. Na ocasião, além do nome dos eleitos, o *Correio de Marília* divulgou também a lista de candidatos independentes que haviam recebido um número insuficiente de votos (embora não tenha divulgado a quantidade). Eram eles: os pioneiros Antônio Ferreira Nunes e Luiz Manhães, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Dr. José Sampaio, Luiz Cerqueira Cesar e Joaquim Novaes Banitz. Como suplentes foram eleitos os médicos Carlos de Moraes Barros, Edmundo Freire e Sebastião Pompéia.⁶

Uma vez apurados os votos, seguir-se-ia a realização das sessões preparatórias, ocasião em que se procedia à verificação de poderes.⁷

Instalado o Município, a 4 de abril de 1929, procedeu-se à votação do Regimento Interno, convertido na Lei nº. 1 daquela mesma data; o qual tinha por finalidade estabelecer as atribuições da Câmara. Estipulava o artigo primeiro do Regimento Interno que “A administração do Município de Marília, autônoma e independente em tudo o que respeita o seu peculiar interesse é exercida pela Câmara Municipal composta de seis vereadores

⁶ Correio de Marília nº 21, 10/03/1929, p. 2.

⁷ “Com relação ao reconhecimento de poderes dos vereadores eleitos, teve ele na política local uma mera função de formalidade, ao contrário do caráter dessa providência nas câmaras de deputado estadual e federal, onde através desse mecanismo procedia-se a ‘degola’ de candidatos chamados ‘independentes’, ou seja, os que se elegiam sem a chancela das oligarquias estaduais, no esquema da política dos governadores, no caso da Câmara federal e os que não eram incluídos pela Comissão Central do P.R.P., na chapa oficial do distrito.” (TELAROLLI, 1981, p. 64 - 65)

eleitos trienalmente e pelo Prefeito Municipal, anualmente eleito pela Câmara, dentre seus membros.” A competência dos poderes Legislativo e Executivo era resumida no Artigo 2º: “Compete à Câmara, por meio de leis, resoluções ou provimentos legislar sobre todos os negócios do Município, compete ao prefeito, a execução de todas as deliberações camarárias.” (CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA, 1938, p.5).

Naquela ocasião foi eleita a mesa definitiva, ficando a mesma assim constituída: presidente, Luiz Miranda; vice-presidente, Paulo de Abreu Sampaio Vidal; prefeito, Durval de Menezes; vice-prefeito, Dr. João Baptista Meiller; secretário, Benedito Rosa de Lima e Costa.⁸

Conforme constatamos, na prática tal eleição formalizou o que foi decidido pelo diretório perrepeista. Verificou-se, com a instalação do Município, a concretização do processo de estabelecimento formal da hegemonia de um pequeno grupo de políticos: tanto o Cartório de Paz - responsável entre outras coisas pela organização do processo eleitoral - quanto a Câmara Municipal, estavam basicamente nas mãos de três elementos encastelados no diretório perrepeista. Este, simplesmente concentrava o poder de decisão.

Ressaltemos aqui a posição do Deputado Luiz Miranda que, como presidente do Diretório e da Câmara Municipal, passara a concentrar em suas mãos os mais importantes cargos políticos do Município.

Quanto ao prefeito e seu vice, eram profissionais de confiança, vinham bem a calhar como executores das deliberações camarárias.

Desta situação nasceu, por certo, a idéia da inexistência de divergências políticas na localidade, pois os líderes, ao invés de formarem facções rivais em luta, caracterizando a tão comum disputa entre “coronéis” pelo controle do diretório, haviam se unido para compor a estrutura do poder local.

⁸ Ata da Instalação do Município. In: POVOAS, 1947, p. 30 - 32.

O fato é que, controlando o diretório perrepista, não havia “coronéis” submissos a representantes mais graduados da oligarquia estadual, conforme tradicionalmente ocorria. Nesta fase de estruturação do poder local, elementos da elite o controlavam diretamente. Em função disso, o eleitorado local dividia-se basicamente entre partidários de Luiz e Rodolfo Miranda (os pioneiros do Alto Cafezal) e partidários de Bento e Paulo de Abreu.

Entretanto, nos parece óbvio que os divulgadores da *harmonia* política não levavam em conta os interesses dos excluídos pela ação do Diretório perrepista.

6

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÔMICA

Na Alta Paulista a demanda progressiva por terras virgens resultou num processo de ocupação cuja característica principal foi a predominância da pequena e média propriedade. Conforme constatamos, o fracionamento das glebas cujas terras compuseram a primitiva área do Município de Marília iniciou-se no final da segunda década do século XX, com o loteamento da Fazenda do Rio do Peixe, promovido pela *Companhia Pecuária e Agrícola de Campos Novos*. Tal processo prosseguiu com a fragmentação de outras grandes propriedades anexas, como as Fazendas Cincinatina e Guaporanga, e com a subdivisão de alguns grandes lotes resultantes em propriedades menores (sítios e chácaras).

A demanda por terras virgens se intensificou no início da década de 1920, conforme já mencionamos, graças à expansão da cafeicultura patrocinada pela política oficial de valorização do café. Dessa forma, muitos fazendeiros das zonas decadentes se deslocaram para as frentes pioneiras em busca de terras mais produtivas.

Entretanto, ao lado dos fazendeiros também se apresentou um grande número de postulantes a pequenos proprietários. Isso se deveu, em parte, ao fato de que a introdução do trabalho livre, desde as últimas décadas do século XIX, havia possibilitado a uma parcela de trabalhadores fazer alguma economia que podia ser investida na aquisição de um

pequeno lote. Embora haja uma séria polêmica sobre a real possibilidade de ascensão social dos imigrantes que vieram substituir a mão-de-obra escrava, devido à extrema exploração a que muitos foram submetidos sob o regime de colonato, os autores que se dedicam a essa questão parecem concordar que mesmo entre os colonos tal possibilidade existiu; principalmente na década de 1920 (STOLCKE, 1986, p. 78 - 94).

Além disso, no momento em que se processava o efetivo povoamento da região, a entrada de elementos estrangeiros e provindos de outros estados do Brasil se fez de forma intensa em São Paulo, vindo os primeiros a constituírem a maior parcela de pequenos proprietários do Município de Marília.¹

Os elementos estrangeiros, além de se estabelecerem individualmente, promoveram também o povoamento em grupos. Em área inicialmente pertencente ao Município de Campos Novos e anexada ao de Marília em 1934, localizaram-se, por exemplo, os núcleos isolados de Varpa (de colonos letos, em 1922) e de Bastos (de colonos Japoneses, em 1928). Ambos constituídos fundamentalmente de pequenas propriedades.

A colônia nipônica de Bastos resultou, na verdade, de um empreendimento organizado pela *Sociedade Colonizadora do Brasil*, cuja área adquirida era de aproximadamente 12.000 alqueires.

Conforme esclarece Monbeig (1957, p.116), os loteamentos organizados por sociedades colonizadoras em toda a faixa pioneira paulista e no norte do Paraná, contribuíram decisivamente para a ocorrência da pequena propriedade, comumente com área de 5 a 15 alqueires. De acordo com esse autor, as grandes companhias eram levadas a considerar as necessidades e possibilidades da sua clientela, composta de famílias de antigos colonos ou de imigrantes, de recursos modestos.

¹ Entre 1921 e 1934, o Estado recebeu 584.322 imigrantes estrangeiros e 318.051 nacionais, e, entre 1935 e 1940, esses números foram, respectivamente, 77.599 e 376.357. Conf. CAMARGO, 1981, v. 1, p. 116.

Portanto, antes mesmo da crise de 1929 - que de resto é considerada um fator de aceleração do processo de fragmentação das propriedades rurais -, a coexistência de pequenas e grandes propriedades na região era uma realidade.

Constituindo-se em empreendimentos complementares, os loteamentos urbanos floresceram nas terras do Município de Marília. Assim é que, além dos loteamentos de Vila Barbosa e Marília, anexos ao Alto Cafezal, surgiram antes de 1930 os patrimônios de Oriente (1927), Pompéia (1928) e Avencas (1929).

Embora a ocupação do território tenha sido impulsionada pela expansão da cafeicultura, voltada para o mercado externo, o advento da pequena propriedade e o longo prazo para que os cafeeiros entrassem em produção (geralmente cinco anos), estimularam desde o início a policultura. Na verdade,

o pequeno proprietário não pode manter uma atividade monocultora. Tendo gasto seus pequenos recursos com a aquisição da terra e devido à grande despesa representada pela organização de sua propriedade, o sitiante, menos equipado que o fazendeiro, deve plantar, logo após as primeiras derrubadas, outras culturas que ocupem o restante das terras não ocupadas com a plantação de café. (MOTTA, 1972, p. 28)

É preciso frisar ainda que nem todas as terras agriculturáveis do Município eram ideais para a cafeicultura, mas apenas as altas do espigão.

Em Marília, no ano de 1929, a Secretaria da Agricultura procurou, através da prefeitura, incentivar o plantio de trigo, fornecendo sementes, prestando esclarecimentos sobre o seu cultivo e comprando a produção. Da mesma forma, a cultura do fumo recebeu da parte do governo um incentivo especial que, inclusive, mandou construir na localidade uma estufa para a secagem e posterior embalagem do produto.

O plantio destas e outras culturas anuais (arroz, feijão e milho, principalmente) significava uma diversificação de culturas destinadas ao mercado interno. Localmente, desde 1929, foi autorizado o funcionamento das feiras livres (Lei n.22, de 10 de julho de 1929), onde os produtores podiam comercializar diretamente seus produtos.

OS EFEITOS DA CRISE DE 1929

Conforme constatamos, já no final de 1928 o povoamento da região se fazia de forma intensa; os três patrimônios (Alto Cafezal, Vila Barbosa e Marília) cresciam aceleradamente e, graças à ação dos líderes políticos locais - cujas figuras encarnavam também o empreendedor capitalista -, haviam sido elevados à categoria de sede do Município de Marília.

Entretanto, tal ritmo de crescimento foi significativamente arrefecido pela crise econômica mundial desencadeada no ano de 1929. Com ela a política de valorização permanente do café chegou ao seu limite, justamente no momento em que os primeiros cafezais plantados em terras do Município (por volta de 1924) entravam em produção.

Uma das conseqüências imediatas da crise foi o abandono de um significativo número de cafezeiros que, segundo o semanário *O Alto Cafezal*, “embora descuidados pelos proprietários, sob desolação da brusca baixa de preços [...]”, vicejavam “sobre o humus de um solo rico em matérias naturais de terras virgens e oppulentas.”²

Nessas condições, a colheita de culturas anuais representava um certo alívio para a economia local. Conforme o referido jornal, a colheita de arroz, por exemplo, representaria um *leitivozinho* para o comércio.³

Nos anos de 1929 e 1930, o comércio local registrou algumas falências, conforme constatamos através dos editais de

² O Alto Cafezal, 05 jan. 1930, p. 1.

³ O Alto Cafezal, 02 mar. 1930, p. 2.

massas falidas publicadas pela imprensa. A primeira casa bancária a se instalar na localidade, a Martins Mil-Homens & Cia Ltda., entrou em concordata em 1930, causando apreensões na população.⁴

Com a crise da cafeicultura, o fluxo de mão-de-obra para a localidade ensaiou uma reversão. Conforme já tivemos ocasião de abordar, a partir de 1929 Marília assistiu a partida de um significativo número de *camaradas*, os camas-de-vara, que, segundo D'Ávila, "aqui se mantiveram em grande exército até que a crise os surpreendeu, exigindo que o governo se agitasse para transporta-los a outros rincões"⁵

Além disso, os trabalhadores assalariados sofreram uma brutal redução nos salários. Uma das correspondências enviadas pelo Departamento Estadual do Trabalho à Câmara Municipal de Marília revela que em praticamente todo o Estado a redução no preço do trato anual de 1000 cafeeiros variou de 30 a 50 por cento.⁶

Para compensar as perdas salariais, permitia-se aos colonos a plantação de milho no meio-fio e o cultivo de cereais em terras ocupadas por cafezais abandonados. Na verdade, tal permissão não constituía nenhuma novidade engendrada naquele momento em função da crise, pois no sistema de colonato o cultivo do café sempre esteve

combinado com culturas alimentares. Esse sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa do café, sem por em risco a oferta de mão-de-obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução. (STOLCKE, 1986, p. 54)

A intenção era, pois, assegurar a permanência dos colonos sem maiores sacrifícios. Aos fazendeiros isso era

⁴ O Alto Cafezal, 26 jan. 1930, p. 5.

⁵ D'ÁVILA, R. Cama de vara e desbranco. O Alto Cafezal, 31 ago. 1930, p. 1 - 4.

⁶ Ofício nº 9940, do Departamento Estadual do Trabalho, datado de 04 nov. 1929. Documento sem catalogação.

conveniente porque, a despeito da crise, tinham em mente que tais trabalhadores lhes seriam necessários assim que a agricultura se recuperasse. Em depoimento, declarou um antigo morador que “naquela ocasião ninguém podia ajustar ninguém porque não podia pagar. A sorte é que em Marília os cereais eram uma coisa abundante [...]”, e por isso ninguém pereceu de fome.⁷

Não obstante, em conseqüência da crise e do desemprego, em novembro de 1930 foi fundada em Marília a Casa do Pão destinada a cadastrar, alimentar e procurar colocação para os desempregados.

Embora seja impossível de se determinar em que medida, a crise de 1929 é considerada responsável também pela aceleração do ritmo de fragmentação das propriedades rurais do Município. Segundo afirma Motta (1972, p. 26), “a crise de 1929 veio reformar a fragmentação das terras como solução econômica para muitos fazendeiros. Na maior parte das vezes cederam, de suas fazendas, a parcela mais desfavorável à cultura do café, isto é, a parte da baixada.”

O PANORAMA SOCIOECONÔMICO EM 1935

Os dados do levantamento do Departamento de Estatística da Prefeitura Municipal de Marília (1934/1935) e do Recenseamento Estadual de 1934, nos permitem obter uma visão geral dos aspectos econômicos e sociais alcançados pelo Município até aquela data. Entretanto, antes de tudo, é preciso frisar que, nos anos de 1933 e 1934, as dimensões originais do Município de Marília sofreram alterações radicais.

Assim é que, o Decreto nº 6.204, de 11 de dezembro de 1933, desmembrou do Município de Campos Novos e Comarca de Assis, o distrito de Varpa - em cujas divisas estava incluída a colônia nipônica de Bastos - que passou a pertencer a Marília.

⁷ Depoimento do pioneiro Camilo Tanure, à Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília.

Em 30 de junho de 1934, o Decreto nº- 6.526 retificou as divisas entre os municípios de Marília e Lins que passaram a ser determinadas pelo curso do Rio Tibiriçá, significando outro importante ganho de território para o primeiro. Entretanto, em dezembro do mesmo ano, Marília perdeu parte de seu território com a criação do Município de Vera Cruz. Novas alterações ocorreriam em 1938, diminuindo radicalmente suas dimensões. Por isso, os dados do Recenseamento de 1940 não permitem uma análise comparativa perfeita.

Dessa forma, em 1935 o Município de Marília possuía uma área de 135.000 alqueires (326.700 ha.) ou 3.267 km. Pertenciam a ele os distritos de Pompéia, Oriente, Varpa e Avencas.

Segundo o Boletim Estatístico, em 1935 havia no Município um total 3.313 propriedades agrícolas. Destas, 1027 possuíam cafeeiros. O número de cafeeiros em produção atingia a 20.629.925; havia também 1.395.500 ainda não produtivos e 1.685.000 abandonados. A produtividade atingia a 100 arrobas por mil pés.

Apesar da crise, o café permaneceu, pois, como cultura essencial no Município.

A estrutura agrária verificada revela ter havido até então um ritmo bastante acelerado de fragmentação das terras, dando origem a um grande número de pequenas e médias propriedades coexistentes com grandes fazendas. Se por um lado cerca de 78% das propriedades do município possuíam de um a vinte alqueires, algumas delas abrangiam mais de 2.000.⁸

⁸ Entre as maiores propriedades agrícolas do Município, destacavam-se, em 1934, as seguintes: Brasília, de Constantino Fraga, no distrito de Varpa, com 3050 alqueires; Mota, de José Mota, no distrito de Varpa, com 2436 alqueires; Bastos, da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda, com 2341 alqueires; Santa Amélia, da Cia. Colonizadora Rezende, no distrito de Pompéia, com 2107 alqueires, Paredão, de Max Wirth, no distrito de Oriente, com 2000 alqueires, e Paiquerê, de Antônio Vasques Carion, no distrito de Pompéia, com 2000 alqueires (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 216 – 218).

Entre os grandes proprietários do Município estavam políticos influentes na localidade e ou no Estado, como os Sampaio Vidal (Bento de Abreu, Paulo de Abreu, Joaquim de Abreu e Bento de Abreu Sampaio Vidal Filho), os Miranda (Rodolfo e Luiz Miranda), Prudente de Moraes Neto, Cel. Galdino Alfredo de Almeida e José da Silva Nogueira.

Área, em alqueires.	Quantidade	%
De 01 a 05	794	23,97
De 06 a 10	1193	36,01
De 11 a 20	608	18,35
De 21 a 30	272	8,21
De 31 a 50	182	5,49
De 51 a 100	120	3,62
De 101 a 200	61	1,84
De 201 a 500	50	1,51
De 501 a 1000	19	0,57
De mais de 1000	14	0,42
TOTAL	3313	

Quadro 1: Propriedades rurais do Município de Marília – 1935.
Fonte: Boletim Estatístico da Prefeitura Municipal de Marília, 1935.

Quando á distribuição das propriedades rurais por nacionalidades, segundo o Boletim Estatístico da Prefeitura, em 1934, 2.388, ou seja, 72% do total, estavam em mãos de estrangeiros. Restavam, portanto, aos brasileiros, 925 propriedades, o que equivalia a 28%.

A predominância do elemento japonês entre os proprietários agrícolas é facilmente notada, pois possuíam sozinhos cerca de 42% do total de propriedades rurais do município; cabendo às demais nacionalidades estrangeiras em conjunto (espanhóis, lituanos, italianos, portugueses, russos, alemães, sírios e outras) 30%.

Em compensação, o valor das propriedades dos brasileiros superava em mais de 62% o das propriedades em mãos de estrangeiros. Enquanto as primeiras foram avaliadas em Rs. 59.249:510\$000, o valor destas últimas foi estimado em Rs. 36.826:471\$000.

Esses dados confirmam, por exemplo, o que foi citado anteriormente, ou seja, que apesar de existirem em quantidade bastante superior, as propriedades em mãos de estrangeiros dispunham, na maioria das vezes, de pequena área. Além disso, a qualidade do solo das pequenas propriedades tendia a ser inferior, já que algumas delas haviam resultado da fragmentação ocorrida em consequência da crise de 1929, quando então os fazendeiros procuraram se desfazer preferencialmente das terras mais baixas e menos férteis, isto é impróprias para o cultivo do café. Tal fato ocorreu porque, apesar da baixa dos preços, a cafeicultura continuou sendo lucrativa; tanto que, em 1932, os novos plantios tiveram de ser proibidos.⁹

Nessas condições, a existência de um grande número de pequenas propriedades e os limites que a crise impunha à cafeicultura podem ter contribuído significativamente para fortalecer a policultura. Além de café o Município exportou, em 1935, arroz, milho, feijão, casulo, destacando-se o algodão que, conforme será abordado a seguir, despontara como a grande alternativa para a agricultura local.

Além da diversificação de culturas, devemos considerar também a criação de bovinos e suínos. De janeiro a dezembro de 1935, foram abatidos nos matadouros de Marília 4.321 bovinos e 5.219 suínos.¹⁰

⁹ Verena Stolcke atribui a resistência da cafeicultura à redução "em mais de 50% nos salários em dinheiros pagos aos colonos" e à sustentação oficial dos preços adotadas em 1931. Assim, tanto a capacidade produtiva do café quanto o volume de produção permaneceram altos na década de trinta (STOLCKE, 1986, p. 99 - 100).

¹⁰ Conf. *Relatório Estatístico da Prefeitura Municipal de Marília*, 1935, p. s/nº.

A COTONICULTURA

Apesar da crise, a cafeicultura havia se mantido como essencial para o Município. Entretanto, a partir de 1933 a cotonicultura já se apresentava como a grande responsável pela retomada do desenvolvimento econômico e pela continuidade da marcha pioneira.

A abertura do mercado internacional para a produção algodoeira do Brasil ocorreu graças à conjuntura política internacional verificada durante os anos imediatamente anteriores ao da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Dera-se

a cisão dos grandes blocos imperialistas, de um lado os Estados Unidos e o Império Britânico (grandes consumidores que detinham quase o monopólio da produção), de outro a Alemanha e o Japão, grandes consumidores também, mas sem produção própria. A política de valorização norte-americana, a conferência do Império Britânico de 1932, em Otava (onde se procurou reservar os mercados Imperiais à produção das manufaturas inglesas com tarifas protecionistas, o que fez o Japão, em represália, restringir suas compras de algodão indiano), deram o sinal da luta. A Alemanha e o Japão procuram outros fornecedores para sua indústria têxtil; a Itália, em condições semelhantes, é arrastada e torna-se satélite daquelas potências. O Brasil apresentava excelentes condições para aquele fim: a decadência da lavoura cafeeira tornara disponível grandes áreas aproveitáveis e já preparadas, mão-de-obra abundante, recursos técnicos (transportes, aparelhamento agrônomo e comercial) que podiam facilmente aproveitar para a nova cultura. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 276)

Junte-se a isso, a conjuntura econômica interna desfavorável às importações devido à diminuição brusca das receitas de exportação então verificada com a crise, o que beneficiaria a indústria têxtil nacional, aumentando também o consumo interno daquela matéria-prima.

Dessa forma, as conjunturas nacional e internacional, principalmente, favoráveis, determinaram a expansão da cotonicultura.

Segundo Motta, a substituição da cultura do café pela do algodão, em Marília, ocorreu mais freqüentemente entre os pequenos e médios proprietários, principalmente entre os japoneses. Os grandes proprietários geralmente destinaram parte da fazenda à cultura do algodão ou às pastagens, ao lado do café. Além disso, afirma a autora,

a ampliação da cultura algodoeira, em Marília, se fez utilizando terras cansadas pela cultura do café ou aquelas que, pelas suas condições, não puderam ser aproveitadas para o café e encontraram na cultura do algodão uma feliz solução. Sua cultura desenvolveu-se principalmente nas vertentes dos rios Tibiriçá e do Peixe, de topografia plana e índice de fertilidade satisfatório; foi desenvolvida em grande parte por imigrantes japoneses, formando uma verdadeira área de colonização limítrofe a NOE. (MOTTA, 1972, p. 33)

Assim, o algodão foi ganhando cada vez mais importância para o desenvolvimento econômico do Município. Em 1936, o Município de Marília foi classificado como maior produtor do Estado, posição esta que seria mantida até pelo menos 1940 (ABREU, 1972, p. 119-122).

Produção de Algodão do Estado de São Paulo - Os dez principais produtores de 1936		
Ordem	Município	Produção (em toneladas)
1	Marília	8.746
2	Campinas	7.718
3	Avaré	6.312
4	Bauru	6.014
5	Rancharia	5.966
6	Pres. Prudente	5.370
7	Rio Claro	4.112
8	Taquaritinga	4.042
9	Rio Preto	4.031
10	Catanduva	3.903

Quadro 2. Produção de algodão no Estado de São Paulo. Os dez principais produtores de 1936.

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo – Ano de 1936, apud: MOTTA, 1972, p. 34.

Produção de algodão do Município de Marília (em caroço)	
Ano	Produção em toneladas
1934	10.400
1935	11.250
1936	8.746
1937	12.399
1938	14.722
1940	17.851

Quadro 3. Produção de algodão do Município de Marília (em caroço).

Fontes: Anuário algodoeiro, Bolsa de Mercadorias, 1941, apud. BALESTRIERO, 1984, p. 42 e ABREU, 1972, p. 122.

A produção algodoeira do Município entrou em decadência a partir de 1945. Entretanto, a sua grande contribuição para o desenvolvimento econômico de Marília foi inegável. Além de um comércio bastante ativo, em 1935 a sede do Município possuía cinco instituições bancárias e pequenas fábricas,

destacando-se as de produtos alimentícios. Diretamente ligadas à produção agrícola e ao advento da pequena propriedade que não dispunha de meios próprios para o beneficiamento de grãos, havia na cidade 12 máquinas de beneficiar café, 20 de beneficiar arroz e 8 de algodão.

É interessante salientar, ainda, a estreita ligação existente entre o desenvolvimento da agricultura e o início da industrialização em Marília. Foi partir de 1936 que se instalaram na localidade as primeiras indústrias de porte, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (Sambra S/A), a Anderson, Clayton & Cia Ltda, e a S/A Ind. Reunidas F. Matarazzo; todas elas relacionadas ao aproveitamento, beneficiamento ou à transformação do algodão. Em 1943, o estabelecimento de uma pequena oficina pelos irmãos Kosako e Yusaburo Sasazaki, para a produção de lamparinas e plantadeiras manuais de algodão e amendoim, daria origem a uma importante indústria de implementos agrícolas e, mais tarde, de esquadrias metálicas.

De um modo geral, a evolução do nível das arrecadações municipais registrou os reflexos dos períodos de crise e crescimento da economia local na década de 1930. Conforme podemos observar na tabela apresentada a seguir, a partir de 1933, data que coincide com o início da recuperação da agricultura local, o nível de arrecadação principiou um processo de rápido crescimento que levou o Município de Marília a obter a 5ª maior receita do Estado (Rs. 3.103.000\$000) em 1938, ficando abaixo apenas dos valores arrecadados pela Capital, Santos, Campinas e São Bernardo (LOVE, 1982, p. 55).

ARRECADAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARILIA			
ANO	IMPORTÂNCIA	PERCENTAGEM SOBRE O EXERCÍCIO ANTERIOR	
		MAIOR	MENOR
1929	421:617\$300	-	-
1930	421:340\$200	-	0,06
1931	493:347\$200	17,08	-
1932	545:510\$200	10,57	-
1933	733:022\$700	34,37	-
1934	1.110:263\$000	51,46	-
1935	1.301:590\$000	17,23	-
1936	1.687:829\$000	29,67	-
1937	2.634:071\$000	56,06	-
1938	3.103:000\$000	17,75	-

Quadro 4 – Arrecadações do Município de Marília.

Fonte: Relatório apresentado pelo prefeito João Neves Camargo ao Departamento das Municipalidades, referente ao exercício financeiro de 1937, p. 2, e LOVE, 1982, p. 54.

ASPECTOS URBANOS E DEMOGRÁFICOS

Os efeitos da crise de 1929 se fizeram sentir também no ritmo do crescimento urbano que até então vinha ocorrendo de forma bastante acelerada. Conforme demonstra a tabela abaixo, o ano de 1929 registrou um acréscimo de 398 edificações em Marília. Contudo, em 1930 esse número caiu para apenas 36. A partir de então se verificou uma recuperação, embora num ritmo menos acelerado se comparado ao registrado inicialmente. Apesar do contratempo, em 1935 a cidade de Marília possuía uma área de 110 alqueires ou 2,67 km², e 2.846 prédios edificadas, sendo 63 deles assobradados.

EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM MARÍLIA			
ANO	Nº DE PRÉDIOS NA SEDE	UNIDADE ACRESCIDAS	%
1928	686	-	-
1929	1084	398	58,00
1930	1120	36	3,33
1931	1453	333	29,73
1932	1643	190	13,07
1933	1862	219	13,32
1934	2075	213	11,43
1935	2846	771	37,15

Quadro 5 – Evolução da construção civil em Marília.

Fonte: Boletim Estatístico da Prefeitura Municipal de Marília, 1935.

Durante os anos de 1934 e 1935, o perímetro urbano de Marília se encontrava em franca expansão, com o surgimento de três novos loteamentos (Vilas Palmital, São Miguel e Bassan).

Quanto aos aspectos demográficos, o Recenseamento Estadual de 1934 registrou para o Município de Marília um total de 71.464 habitantes, já excluía população de Vera Cruz (10.963 habitantes) que se tornou independente em dezembro daquele ano. A população da zona rural era de 53.366 indivíduos (74,67%). A urbana somava 18.098 (25,33%) e estava distribuída da seguinte forma:

Marília	13.631
Avencas	480
Oriente	597
Pompéia	2.162
Varpa	1.228
Total	18.098

Quadro 6 - População urbana do Município de Marília - 1934.

Com seus 13.631 habitantes, Marília despontava como 18^a cidade mais populosa do Estado.

POPULAÇÃO DAS PRINCIPAIS CIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1934		
Ordem	Sede de Município	População
1	Capital	918.722
3	Santos	132.942
3	Campinas	69.010
4	Ribeirão Preto	41.502
5	Sorocaba	38.775
6	Jundiaí	28.607
7	Piracicaba	26.362
8	Araraquara	23.517
9	Bauru	22.733
10	Taubaté	21.840
11	São Carlos	20.791
12	Rio Claro	19.557
13	Rio Preto	18.132
14	Jauú	18.069
15	Franca	18.072
16	Guaratinguetá	15.169
17	Botucatu	13.894
18	Marília	13.631

Quadro: 7 – População das principais cidades do Estado de São Paulo – 1934.

Fonte: Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo, 1934.

Os dados do Censo Estadual de 1934 nos permitem ainda conhecer a distribuição da população nos municípios da Alta Paulista, bem como determinar seus índices de urbanização. Além dos municípios da região de Marília, incluímos nas tabelas abaixo, a título de comparação, dois outros das regiões vizinhas cujas sedes eram também pólos regionais. São eles: Bauru, na Noroeste e Presidente Prudente, na Alta Sorocabana.

POPULAÇÃO URBANA E RURAL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO				
Municípios	População urbana (sedes e distritos)	População rural	Total	Índice de urbanização
Marília	18.098	53.366	71.464	25,32
Garça	4.247	20.252	24.499	17,33
Gália	3.308	7.685	10.993	30,09
Vera Cruz	3.692	7.271	10.963	33,67
Bauru	23.616	22.236	45.852	51,50
Pres. Prudente	16.394	71.048	87.442	18,75

Quadro 8 – População urbana e rural dos municípios da região
 Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, n. 05, Maio, 1939.

Como não poderia deixar de ser, na região de Marília a população era predominantemente rural, pois a economia na frente pioneira girava em torno da produção agrícola, servindo os núcleos urbanos de pontos de apoio à colonização. A situação se repetia em relação a Presidente Prudente, município pioneiro da Alta Sorocabana. Em Bauru (município desde 1896) o acentuado índice de urbanização se devia ao impulso proporcionado pela instalação das oficinas centrais da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1921.¹¹

Quanto às nacionalidades de origem, percebe-se que a população desses municípios possuía uma composição bastante heterogênea. Bastante presente na região, a participação do elemento estrangeiro no número total de habitantes era, entre os municípios considerados, mais acentuada em Marília/Vera Cruz (26,93%). Ali se localizava também a maior concentração de japoneses, somando mais de 61% da população estrangeira local, e cerca de 16,5% da totalidade.

¹¹ A respeito, ver VICENTE, 1987, p. 34 - 36.

PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRANGEIROS NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO			
Municípios	População total	Estrangeiros	Índice
Marília/Vera Cruz	82.427	22.197	26,93
Garça	24.499	3.103	12,66
Gália	10.993	1.408	12,80
Bauru	45.852	8.086	17,63
Pres. Prudente	87.442	16.086	18,34

Quadro 9 – Participação dos elementos estrangeiros na composição da população total em municípios da região.

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, São Paulo, n.5, maio, 1939.

Distribuição da população por nacionalidade -1934										
Município	Bras.	Ital.	Esp.	Port.	Alemã	Jap.	Síria	outras	ignoradas	total
Marília/V.Cruz	60.212	2.363	2.697	1.324	186	13.686	401	1.540	18	82.427
Garça	21.368	625	988	274	38	961	110	107	28	24.499
Gália	9.585	463	269	244	17	273	47	95	-	10.993
Pres.Prudente	71.371	4.173	4.074	1.802	293	4.417	258	1.023	31	87.442
Bauru	37.708	1.673	2.165	1.070	97	2.569	128	384	58	45.852

Quadro 10 – Distribuição da população dos municípios da região, por nacionalidade -1934.

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n. 05, maio, 1939.

Quanto à ocupação, segundo o Censo de 1934 a população do Município de Marília estava distribuída da seguinte forma:

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA - 1934	
Atividades	Nº de pessoas ocupadas*
Exploração do solo e subsolo	23.185
Indústrias	2.860
Transportes	861
Comércio	1.802
Força Pública	20
Administração	171
Profissionais liberais	401
Domésticos	221
Atividades mal definidas, ignoradas e outras	787
SOMA	30.308
Vivem de renda	93
Sem profissão	19.355
Menores de 14 anos	32.671
TOTAL	82.427

Quadro 11 – Ocupação da população do Município de Marília - 1934

Fonte: Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n. 5, Maio, 1939.

*Inclui a população de Vera Cruz

Embora a população economicamente ativa de Marília/Vera Cruz estivesse empregada preponderantemente em atividades ligadas à exploração do solo (76,50%), notamos a existência de um número significativo de elementos que se dedicavam às atividades urbanas (indústrias, transportes, comércio, Força Pública, administração e profissionais liberais): 6.115 ou 20,17% do total. Os 3,33% restantes se repartiam entre as atividades domésticas e outras. Obviamente, as atividades urbanas se encontravam, nesse estágio, ainda totalmente dependente da economia rural e existiam basicamente em função do atendimento das necessidades da grande população que a ela se dedicava.

Em suma, nascido sob os auspícios da expansão cafeeira, o Município de Marília viveu no início uma fase de rápido povoamento. Assim, a cidade, boca de sertão e ponta de trilhos, cresceu vertiginosamente. A partir do final de 1929, contudo, no auge da crise da cafeeira (e do capitalismo

mundial) e durante os três anos subseqüentes, tal ritmo de desenvolvimento sofreu um revés. Não obstante, com a aceleração do processo de fragmentação das propriedades rurais e com a expansão da cotonicultura destinada sobretudo ao atendimento do mercado externo, o Município ganhou um novo impulso que o colocou entre os mais prósperos e populosos do Estado.

O crescimento demográfico então verificado tornava essa região pioneira política e eleitoralmente importante, ao mesmo tempo em que, sob esses aspectos, algumas das regiões mais antigas perdiam terreno. De acordo com o que verificamos no capítulo anterior, a princípio a ação dos grandes empreendedores locais havia sido fundamental para o desenvolvimento do Município. Desempenhavam, eles, os papéis de empreendedores capitalistas e líderes políticos; membros da oligarquia paulistas e senhores do poder local.

Entretanto, se a economia do Município enfrentou, no período até aqui estudado, momentos de euforia e de grandes apreensões, a política local, por sua vez, defrontou-se com uma conjuntura nacional extremamente conturbada. Conforme veremos a seguir, lutas armadas, intervenções e golpe de Estado alteraram decisivamente o seu cenário.

A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em 1929, a sede do recém-criado Município de Marília se apressava em deixar para trás as marcas da precariedade e do imprevisto presentes na paisagem urbana: novas e importantes construções de alvenaria eram projetadas e construídas. Mais do que um amontoado quase caótico de construções rústicas semelhantes a cenários de faroeste, Marília era uma cidade em construção, congregando uma população econômica e socialmente articulada. A essa população cumpria a tarefa de organizar-se formalmente, estabelecendo suas entidades e instituições.

Mesmo residindo em São Paulo e ocupados com suas múltiplas atividades, Luiz Miranda e Bento de Abreu podiam exercer e controlar o poder local em todas as suas instâncias.

Luiz Miranda, às vezes acompanhado do Senador, seu pai, comparecia periodicamente em Marília, quer para presidir as sessões camarárias mensais, quer para visitar suas propriedades e controlar seus negócios.

O deputado Bento de Abreu, grande fazendeiro e presidente da Sociedade Rural Brasileira, em tempos de grave crise econômica e política, tinha como representante suficientemente assíduo, o seu filho vereador Paulo de Abreu.

A convivência política dos líderes locais não ressentia de grandes atritos, uma vez que não houvera, até então, interesses básicos que os fizessem divergir seriamente. Souberam repartir o poder, cada qual se apoderando de uma fatia maior ou menor; pois possuindo redutos eleitorais consolidados em outras

localidades, o que estava em jogo na frente pioneira era essencialmente o sucesso de seus empreendimentos.

Em uma cidade onde tudo estava por ser feito e com urgência, a doação de terrenos à municipalidade por parte dos loteadores - e detentores do poder - podia ser o meio mais econômico e eficaz de se atingir vários objetivos. As doações tinham como contrapartida, em muitos casos, a construção de determinadas obras às expensas do cofre público. Algumas necessitariam ainda de subvenção para se manterem. Tais obras beneficiavam sobretudo o doador, na medida em que valorizavam sobremaneira o seu loteamento.

Grande parte de sua fama de benemérito, Bento de Abreu conquistou assim procedendo.¹ Além dos dividendos econômicos, as doações de terrenos lhe rendiam muito prestígio e, é claro, certas regalias inconcessíveis aos cidadãos comuns. Era o caso, por exemplo, do gozo da isenção de impostos municipais. Além do mais, conforme deixa claro uma de suas correspondências ², tais doações vinham, por vezes, condicionadas ao atendimento pelos poderes públicos de vários “desejos”.

Para Marília, um aglomerado urbano em rápida expansão, localizado num território em processo de desbravamento onde se encontrava um grande número de pequenos e médios investidores rurais e urbanos, Bento de Abreu aparecia como o arauto do progresso; noção fundamental do ideário pioneiro.

Bento de Abreu, na realidade, além de político de prestígio era um grande empreendedor. Suas obras, sinônimos

¹ Durante a primeira legislatura da Câmara Municipal, Bento de Abreu doou terrenos para a construção do Fórum, delegacia, igreja de São Bento, casa paroquial, Santa Casa, estádio da Associação Atlética São Bento e para o conservatório musical. Conf. *Leis Resoluções e Atos da Câmara Municipal de Marília, de 4 de abril de 1929 a 24 de outubro de 1930*. Marília: Câmara Municipal, 1938.

² Carta de Bento de Abreu ao Interventor Municipal Tenente Helly Câmara, datada de 28/06/1931. Documento sem catalogação.

de investimento, na maioria das vezes beneficiavam por extensão toda a população pioneira. Se o prestígio lhe rendia votos, o controle do poder local, por sua vez, sempre poderia ser útil aos seus interesses econômicos. Aliás, conforme abordamos, havia sido a comunhão de interesses que, na verdade, permitira a partilha do poder entre os maiores empreendedores locais. Tais elementos pareciam ter tudo a seu favor para nele permanecerem ou se alternarem indefinidamente. Os tempos, porém, haviam mudado: o regime oligárquico tomava conhecimento de seus limites.

A partir do final da segunda década do século XX, fatores como o crescimento da importância política representada pela chamada classe média urbana, a ocorrência de movimentos contestadores da ordem estabelecida - entre os quais se destacou o *tenentismo* -, a cisão da classe dominante paulista, a crise sucessória e a da cafeeira, tornaram insustentável a estrutura política então vigente. Sua ruptura deu-se com a Revolução de 1930, promovida pela *Aliança Liberal*. Contudo, entre 1930 e 1937, o Estado de São Paulo, assim como todo o país, assistiu a uma disputa sem tréguas pelo poder; envolvendo vários setores da sociedade e diferentes correntes ideológicas.

A CRISE SUCESSÓRIA

O presidente Washington Luiz impusera para a sua sucessão a candidatura do então governador de São Paulo, Júlio Prestes, contrariando as pretensões do mineiro Antônio Carlos que, coerente com o esquema da *aliança café com leite*, articulava a sua candidatura. Para a oligarquia perrepista, encabeçada pelo Presidente, a candidatura Júlio Prestes significava, “a continuação administrativa, financeira e de defesa do café” (CARONE, 1965, p. 80).

A intransigente decisão de preferir a candidatura do governador mineiro levou Washington Luiz a se aproximar do Rio Grande do Sul em busca de maior apoio. Entretanto, Antônio Carlos articulava com o governador gaúcho, Getúlio Vargas, a recusa da candidatura Júlio Prestes e o lançamento de

um nome oriundo daquele Estado. Para inviabilizar a candidatura do paulista, fazendo frente à intransigência da oligarquia do Estado dominante que rompia em seu favor o esquema político vigente, Minas se dispunha a renunciar a uma candidatura própria e apoiar o lançamento de um nome gaúcho, mesmo que este resultasse de uma indicação de Washington Luiz.

O resultado é a aliança secreta entre Minas e Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1929, na qual, além daquelas condições, indica-se o nome de Getúlio ou Borges para candidato; e se fosse escolhido por Washington, Minas só aceitaría com um vice gaúcho. Estava fundada a Aliança Liberal. (CARONE, 1965, p. 81)

Depois de alguma relutância por parte de Vargas, que havia reafirmado o seu apoio a Washington Luiz, finalmente, a 30 de julho de 1929 era concretizada a aliança entre republicanos mineiros e gaúchos em torno de sua candidatura oposicionista.

Depois de algumas tentativas fracassadas de ganhar a adesão de outros Estados, oferecendo-lhes a vice-presidência, a questão foi resolvida com a aceitação do governador da Paraíba, João Pessoa.

As tentativas de conquistar a adesão dos tenentistas (alguns foragidos ou exilados) se faziam desde o início de 1929, por elementos mais radicais da Aliança. As opiniões a esse respeito, entretanto, não eram convergentes entre tais militares. Enquanto Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa demonstravam simpatia pela Aliança, Luiz Carlos Prestes, influenciado pelas leituras marxistas, se mostrava desinteressado pelo movimento que classificava como uma competição entre oligarquias. A falta de definição por parte dos “tenentes” e a aversão de vários líderes aliancistas pela adesão tenentista e pelo caminho da luta armada para se chegar ao poder, adiaria esta solução então cogitada.

Significativa, entretanto, foi a adesão da fração dissidente da oligarquia paulista, reunida sob sigla do Partido Democrático – P.D.

O P.D., fundado em 1926, havia percebido pelos resultados eleitorais negativos até então obtidos, que seria praticamente impossível derrotar o P.R.P. e chegar ao poder pela via parlamentar. Por isso, a via revolucionária, isto é, a luta armada, era uma alternativa cogitada, ainda que por uma minoria dentro do partido.

Obrigado a se posicionar com relação à sucessão presidencial, o P. D. defrontara-se com três alternativas: apoiar Vargas, Antônio Carlos, ou lançar candidatura própria. Entretanto, reunidos no V Congresso do partido, em agosto de 1929, os democráticos decidiram por unanimidade apoiar a candidatura Getúlio Vargas-João Pessoa, já que, no entender dos congressistas, a instituição do voto secreto, o direito de representação das minorias e a defesa do café, eram princípios programáticos que ambos tinham em comum (PRADO, 1986, p. 83-90).

Desta forma, a Aliança Liberal ganhou a adesão do P. D. que, descartando a hipótese de tomada do poder pela via revolucionária, empenhar-se-ia a partir de então na campanha eleitoral.

Como resultado do referido empenho, em janeiro de 1930, o democrático Joaquim Celidônio Filho foi encarregado de articular em Marília um núcleo da Aliança Liberal, diretamente ligado ao P. D. na Capital.

Embora Carlos de Moraes Barros e Joaquim de Abreu Sampaio Vidal (um dos fundadores e membro da Comissão Central do P.D.) já houvessem despontado como “representantes” do partido por ocasião da primeira eleição municipal, pairava uma grande desconfiança sobre a real eficácia do estabelecimento de um núcleo da Aliança Liberal sob suas lideranças em Marília. Na verdade, essa desconfiança se devia às estreitas ligações existentes entre eles e o chefe perrepista Bento de Abreu.

Desta forma, o núcleo da Aliança Liberal em Marília, articulado pelo representante do 5º distrito, Celidônio Filho, se concretizou em torno das figuras de José Paulo Barbosa,

Adorcino de Oliveira Lyrio, Edmundo Simões de Mello, Arquimedes Manhães e contou com adesão informal do padre Antônio da Graça Cristina. Em fevereiro de 1930, tais elementos comunicavam ao Diretório Central do P. D. o fato de já haverem conseguido a adesão de vinte filiados.³

O resultado das eleições de 1º de março de 1930, em Marília, confirmou, a exemplo do ocorrido em todo o Estado, o domínio incontestável do P.R.P. Júlio Prestes obteve um total de 674 votos, contra 70 dados ao candidato da Aliança Liberal.⁴

Apesar de ter transcorrido sem incidentes, o pleito revelou a falta de entusiasmo do eleitorado local. Conforme narrou um indignado colaborador do jornal *O Alto Cafezal*, o número de eleitores qualificados em Marília havia ultrapassado de 1600, entretanto, desses apenas 740 haviam comparecido e votado.⁵

Na verdade, durante a Primeira República as eleições consistiam-se em atos meramente formais, através dos quais as oligarquias dominantes faziam sufragar seus candidatos utilizando-se de expedientes coercitivos e fraudulentos. Os resultados de tais eleições eram inteiramente previsíveis; jamais um candidato *do governo* à presidência da República havia perdido uma eleição. Daí a falta de empenho espontâneo dos eleitores.

Júlio Prestes venceu a eleição, tendo o resultado oficial lhe atribuído 1.091.709 de um total de 1.890.524 votos apurados; resultado este veementemente contestado pela oposição aliancista.

Entretanto, apesar da declaração do candidato derrotado sugerir o contrário, desta vez a reação da oposição

³ Cartas de Marília de 15/02/1930 e 22/02/1930 à Comissão Central do P.D. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, pacote 40 do Arquivo do P.D. As informações sobre a organização da Aliança Liberal em Marília foram obtidas através das correspondências trocadas entre o Núcleo Local e a Comissão Central, constantes no referido Arquivo, pacotes 7, 10 40 e 42.

⁴ Os resultados da eleição de 1º de Março de 1930, em Marília, foram publicados no semanário *O Alto Cafezal*, 02 mar. 1930, p. 4.

⁵ *O Alto Cafezal*, 09 mar. 1930, p. 4.

não se restringiria aos protestos nem aos ataques contra o regime. Pouco depois das eleições, os elementos mais radicais da Aliança Liberal procuravam articular uma conspiração objetivando a tomada do poder pelas armas.

Apesar da cautela com que tal possibilidade foi recebida pelos líderes de Minas e do Rio Grande do Sul, o assassinato do ex-candidato a vice-presidente João Pessoa, ocorrido no Recife em 26 de julho daquele ano, executado por um elemento ligado ao grupo político apoiado por Washington Luis, seria a gota d'água que, somada ao mar de descontentamentos, ocasionaria a rearticulação dos opositoristas em torno de uma proposta de conspiração (SKIDMORE, 1969, p. 23) .

Desta forma, mesmo o líder gaúcho Borges de Medeiros, que se mostrara cauteloso, acabou por aderir ao movimento que reuniu inicialmente líderes tenentistas - exceto Prestes que havia aderido ao marxismo - e líderes civis de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A eles se somaria, além do hesitante P. D., a fração dissidente do exército liderada pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Bertoldo Klinger.

A 23 de outubro as tropas rebeldes tomaram a Capital Federal; os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto tentaram, em vão, convencer Washington Luiz a renunciar, o que ocorreria somente com a intervenção do Cardeal Leme, do Rio de Janeiro.

Washington Luiz renunciou em favor de uma junta militar. Constituiu-se, assim, um governo provisório até que, a três de novembro, o poder fosse entregue “provisoriamente” ao líder opositorista Getúlio Vargas. Instaurava-se, desta forma, uma conturbada etapa da vida política brasileira, conhecida como *Era de Vargas*.

A REVOLUÇÃO DE 1930, EM MARÍLIA

As primeiras notícias concretas a respeito da eclosão do movimento armado chegaram a Marília no dia 5 de outubro.

Dois dias após, a Câmara Municipal se reuniu extraordinariamente para

deliberar sobre medidas necessárias e urgentes para a garantia da ordem no município, em face dos acontecimentos que conturbam a vida nacional, reclamadas pelos interesses locais de ordem, segurança, paz e principalmente pelas necessidades da regularização do abastecimento público.⁶

Nessa ocasião, além de uma moção de solidariedade a Washington Luiz, a Câmara autorizou o prefeito a organizar o serviço de policiamento do Município, de comum acordo com o delegado de polícia. O destacamento policial da localidade havia sido requisitado pelo governo, daí a necessidade de se organizar a guarda municipal para substituí-lo.

Em 10 de outubro, os vereadores concederam plenos poderes ao prefeito para “agir em nome da Câmara em tudo e sobretudo o que o interesse da colectividade exigir.”⁷

Previam-se dificuldades para o abastecimento de gêneros procedentes da Capital. Para prevenir a especulação e o desabastecimento do comércio, a prefeitura, em comunhão com o delegado, convocou os comerciantes para a organização de uma Comissão de Alimentação Pública. Foi elaborada uma tabela de preços obrigatórios, disciplinada a comercialização de gêneros de primeira necessidade, racionalizada a venda de combustível e proibida a exportação de gêneros do Município sem a autorização prévia.⁸

Além disso, o delegado proibiu o comércio de armas e as aglomerações públicas; promoveu o desarmamento de civis e decretou prisão aos “boateiros espalhadores de notícias tendentes a desprestigiar os poderes públicos”.⁹

⁶ Ata da 39ª Sessão da Câmara Municipal de Marília, em 07/10/1930.

⁷ Resolução nº 06, Artigo Primeiro, de 10/10/1930.

⁸ O Alto Cafezal, 12 out. 1930, p. 1, 3 - 4.

⁹ Correio de Marília, 12 out. 1930, p. 1.

Por outro lado, os membros do núcleo local da Aliança Liberal haviam formado um batalhão que ficaria à disposição dos líderes revolucionários. Para tanto, arregimentaram, armaram e colocaram sob comando 36 homens, contribuindo para gerar na cidade um clima de grande tensão.¹⁰

Devido ao seu entroncamento ferroviário, Bauru foi tratada como centro estratégico pelos revolucionários. Naquela cidade o movimento foi organizado por líderes tenentistas que procuraram articular a Zona Noroeste. Os legalistas, porém, comandados por Vergueiro de Lorena, se organizaram em batalhões assim que estourou a revolução. Segundo o *Correio de Marília*, mais de 130 voluntários locais se incorporaram a esses batalhões organizados em Bauru e Piratininga.¹¹

Notas oficiais sobre os acontecimentos passaram a ser afixadas pela prefeitura para o conhecimento público. No dia 24 de outubro chegaram a Marília os primeiros rumores sobre a vitória dos revolucionários. A queda de Washington Luiz foi confirmada na manhã seguinte.

Ciente da situação, a população fez transbordar toda a euforia até então contida, saindo em passeatas pelas ruas, aclamando os membros da Aliança Liberal. Os mais exaltados percorriam a cidade arrancando as placas das ruas batizadas com nomes de políticos perrepistas e substituindo-as por outras com nomes dos vitoriosos. Outros, ainda, invadiram e destruíram a sede do Clube Republicano, símbolo da elite mariliense.

Os líderes locais do Movimento resolveram, então, organizar uma Junta Governativa Provisória para o Município. Para compô-la, foram escolhidos por aclamação pública José Paulo Barbosa, o farmacêutico João Neves Camargo, Orozimbo do Val, o comerciante Major Aristides Pinto Bueno, o guarda-

¹⁰ Conf. correspondência enviada à Comissão Central do P.D., assinada por Adorcino Lyrio e Edmundo Simões. Arquivo do IHGSP, arquivo do P.D., pacote nº 10.

¹¹ Revista *Correio de Marília*, maio de 1958, p. s/nº. Sobre o assunto ver VICENTE, 1987, p. 50 -66.

livros Adorcino Lyrio, Carvalho Ozório e Adauto Leal de Castro. A delegacia foi ocupada pelo Major Aristides Pinto Bueno.¹²

Em face dos acontecimentos, e por falta de instruções, os membros da Câmara Municipal, reunidos no dia 25, resolveram “*fechar e lacrar as repartições municipais até ulterior deliberação que venha a se tornar legal por imandar dos poderes centrais constituídos*”.¹³

O clima de expectativa geral se desfez dois dias depois com a chegada do tenente José Castro Fernandes e do telegrama emitido pelo General Miguel Costa, nos seguintes termos:

Urgente. Municipalidade Marília C.P.
Em nome Dr. Getúlio Vargas Presidente eleito república chefe supremo forças nacionais determino que em todos Municípios São Paulo sejam depostos autoridade perrepista assumindo governo locais os representantes da aliança liberal. General Miguel Costa da Vanguarda do exército libertador. Ibity, 27 de outubro de 1930.¹⁴

Às 15 horas do mesmo dia, a Câmara Municipal e Prefeitura foi formalmente entregue aos membros da Junta Governativa. Estes elegeram entre si o advogado Paulino Botelho Vieira para o cargo de prefeito. Seguiu-se então, o pedido coletivo de exoneração dos funcionários da Câmara deposta.

A República Velha havia chegado ao fim. Iniciava-se para o país um novo período extremamente conturbado, devido ao choque de interesses existente entre as correntes que haviam se unido para fazer a revolução. No dizer de Carone, “a unidade era superficial, a realidade violentamente contraditória” (1965, p. 97).

Da mesma forma, a organização política local sofria um profundo abalo. Se autoproclamando novos dirigentes os adeptos locais da Aliança Liberal tomaram sem muito esforço

¹² O Alto Cafezal, 02 nov. 1930, p. 1.

¹³ Ata de 42ª Sessão da Câmara Municipal de Marília, em 27/10/30.

¹⁴ Ibidem.

o poder, fazendo dele apelar os representantes da oligarquia perrepeista, cuja hegemonia parecia inabalável. A situação, porém era extremamente delicada. A vitória dos revolucionários não encontrara em Marília uma oposição unida e estruturada. Ao contrário, ela compunha-se de duas facções. A primeira delas era encabeçada por Carlos de Moraes Barros; a outra reunia os elementos arregimentados por Celidônio Filho.

A Junta Governativa havia se formado com a maioria de elementos pertencentes ao segundo grupo. A exceção era dada apenas pela presença de João Neves Camargo.

Em São Paulo, a fragilidade da Aliança Liberal residia na divergência de interesses existentes entre a oligarquia dissidente (P.D.) - que se julgava com o direito de ocupar o poder - e os tenentistas.

Logo após a vitória da revolução a Junta Militar destacou o General Hastínfilo de Moura, comandante da Região Militar, para ocupar o governo paulista. Constituiu-se então, um secretariado composto basicamente por elementos do P.D. Pouco depois, a referida Junta designou o democrático Francisco Morato para substituir o General. Entretanto, Morato preferiu não tomar posse enquanto aguardava a presença de Vargas que rumava para aquela Capital. Enquanto isso, Vargas nomeou o “tenente” João Alberto que deveria assumir provisoriamente o governo como “delegado militar”, antes de entregá-lo ao Democrático.

Esta situação, que deveria ser provisória, tornou se efetiva em 24 de novembro, graças às pressões tenentistas que conseguiram impor João Alberto como interventor federal em São Paulo. Iniciava-se assim o processo de divórcio e disputa acirrada pelo poder entre os ex-aliados.

O governo provisório de Vargas se institucionalizou através do Decreto Federal nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. O artigo 1º estabelecia que o governo provisório exerceria discricionariamente e em toda a sua plenitude as funções e

atribuições dos poderes Executivo e Legislativo, “até que, eleita a Assembléia Constituída, estabeleça esta a reorganização constitucional do País” (CARONE, 1974a, p. 18).

O Decreto dissolvia, assim, o Congresso Nacional, as assembléias legislativas estaduais, as câmaras municipais, e instituía a figura do interventor federal que governaria o Estado exercendo os poderes Executivo e Legislativo “em toda a sua plenitude”.

Além disso, algumas determinações modificavam radicalmente as administrações municipais e, por conseguinte rompiam a estrutura do poder local em nome da moralização e da eficiência administrativa.

Em primeiro lugar, determinava o Decreto que o interventor federal nomearia

um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerar-lo, quando entenda conveniente revogar ou modificar qualquer de seus atos e resoluções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais. (CARONE, 1974a, p.18)

Ficavam, o interventor federal e os prefeitos, proibidos de nomearem parentes consanguíneos ou afins, até o sexto grau, para os cargos estaduais ou municipais, exceto um, para cargo de confiança. Estavam também obrigados a tornarem públicas as operações financeiras de arrecadação e aplicação do dinheiro público.

Conseqüentemente, o interventor federal de São Paulo, João Alberto, baixou, a 29 de novembro de 1930, o Decreto nº 4.781, dando instruções sobre a organização municipal no Estado. Tal decreto confirmava a figura do prefeito que exerceria concomitantemente os poderes executivos e legislativos, e ratificava as citadas normas que visavam a moralização da administração pública. Ficava o prefeito obrigado a prestar conta de seus atos semestralmente a Secretaria do Interior.

Dessa forma, praticamente todos os atos importantes do prefeito nomeado passavam a depender da aprovação da referida Secretaria. Além disso, o prefeito deveria apurar as irregularidades da administração anterior e reorganizar o quadro de funcionários. É interessante mencionar ainda o artigo 23º que proibia dar nomes de pessoas vivas às ruas, praças, ou estabelecimentos públicos; e o artigo 24º que determinava que de todos os atos do prefeito haveria recurso para o Governo Provisório do Estado.¹⁵

Na verdade, o novo regime procurava instaurar “uma rígida estrutura tendente a prevenir qualquer reação da parte dos grupos oligárquicos do Estado”. Para isso era preciso trazer “o município sob controle político” e alijar do poder local elementos representantes da oligarquia deposta (TELAROLLI, 1981, v.1, p.74).

Em Marília, o governo da Junta Provisória foi bastante conturbado e efêmero. Uma disputa pelo cargo ocorrida entre o prefeito Paulino Botelho Vieira e Carlos de Moraes Barros que o substituíra em sua ausência da cidade, levou-os a um impasse revolido apenas com a vinda de uma Comissão de Sindicância do 5º distrito.

Depois de muita *démarche* Botelho Vieira concordou em abrir mão do cargo que passaria à ser exercido por Sotero de Camargo Barbosa. Na ocasião a Junta Governativa foi dissolvida e constituiu-se um novo “Corpo Diretivo” para o Município. A delegacia continuaria nas mãos de Aristides Pinto Bueno, e para os cargos de 1º, 2º e 3º suplentes de delegado foram indicados Edmundo Simões de Mello, João Neves Camargo e Manoel de Souza Barbosa, respectivamente. Para o cargo de subdelegado foi designado o farmacêutico Venâncio de Souza.¹⁶

¹⁵ O Decreto nº 4.781 foi publicado na íntegra pelo Correio de Marília de 27 dez.1930.

¹⁶ Ata da Nomeação do Prefeito, em 23/11/30. Livro de Atas da Câmara Municipal de Marília.

Sotero de Camargo Barbosa, entretanto, não chegaria a assumir efetivamente. No dia 26 de novembro (três dias depois), um oficial da Força Pública Paulista, o tenente Hely Fernandes Câmara, foi nomeado Interventor Municipal de Marília.

OS TENENTES NO PODER

Logo após a vitória da revolução, os “tenentes” procuraram se organizar em agremiações políticas (Legião Revolucionária e Clube 3 de Outubro) que visavam consolidar o novo regime sob seu domínio e apoiar politicamente o Governo Federal. A primeira delas, a Legião Revolucionária, era comandada em São Paulo por Miguel Costa. Este, juntamente com João Alberto, lançou um manifesto a 12 de novembro de 1930, concitando o povo a se inscrever na Legião. Ela serviria para dar combate às pretensões políticas dos democráticos e manter fora de ação o P.R.P. Além do mais, após a revolução a chamada questão social, que até então havia sido tratada pelo governo como “caso de polícia”, sofreu, no país, um agravamento. A crise econômica provocou redução salarial, dispensa de empregados e aumento da jornada de trabalho. Esta situação levou a um recrudescimento do movimento operário, violentamente reprimido pela polícia. Getúlio Vargas criou, então, o Ministério do Trabalho que se tornaria um instrumento de controle do movimento sindical operário.

Em São Paulo, a questão operária e o movimento comunista foram, de início, os grandes motivos que levaram o interventor João Alberto e seu secretariado a uma crise. Diante do movimento operário, João Alberto fez concessões que provocaram a reação dos democráticos, preocupados que estavam com as agitações. As pressões do P.D. contra a atuação do Interventor resultaram, a 25 de novembro, num acordo entre este e o seu secretariado, estipulando que a partir de então, para qualquer ato administrativo, deveriam ser ouvidos os secretários

da pasta ou todo o governo civil; que o as questões sociais deveriam ser resolvidas pelo governo federal; os militares deveriam ser afastados dos postos executivos; as comissões de sindicância deveriam desaparecer; a polícia seria entregue aos civis e o governo haveria de reprimir com severidade toda agitação comunista (CARONE, 1965, p. 102).

Além disso, a aproximação de João Alberto com o P.D. havia dado ao partido a oportunidade de exonerar em todo o Estado os prefeitos perrepistas, substituindo-os por elementos de sua confiança. Com isso o P.D. passara a controlar praticamente todo o mecanismo político-administrativo paulista, contrariando os interesses e as expectativas tenentistas (CARONE, 1974b, p. 156).

No dia 27 de novembro de 1930, o tenente Hely Câmara tomou posse da prefeitura de Marília com plenos poderes. Além de exercer os poderes Legislativo e Executivo, Hely Câmara assumiu, concomitantemente, o cargo de delegado. Na ocasião o clima na cidade era bastante tenso, a julgar pelo telegrama por ele enviado a Vicente Rao, o “idealizador e organizador da substituição da máquina perrepista pela democrática em todo o Estado, depois do 24 de outubro” (CARONE, 1965, p. 102):

Dr. Vicente Rao - chefe de Polícia Centro
Paulista C.P.

Assumi hoje prefeitura Marília iniciando rigoroso inquérito sobre fatos ocorridos aqui e procedendo diligência arrecadação armamento guerra consta haver poder particulares.

Com medidas enérgicas tomadas e orientação dada ao povo por meio Boletim espero normalizar situação agitada atravessava município Respeitosas Saudações.

Tenente Hely Câmara Delegado de Polícia
Marília 27/ 11/30.¹

¹ Arquivo do IHGSP, Arquivo do P.D., pacote nº 10.

Conforme mencionamos, em todo o Estado, após a revolução, as prefeituras haviam sido ocupadas por elementos pertencentes ou indicados pelo P.D. Entretanto, a intervenção militar em Marília pode ser vista como a solução encontrada pelo governo revolucionário - empenhado que estava em arrebatá-las das mãos dos representantes do regime deposto o controle da política nos municípios -, diante da ausência de coesão e da perspectiva de novas lutas entre os grupos que haviam assumido o poder local. Ressaltemos a existência de elementos armados por um deles. Dessa forma, a intervenção militar, que a princípio deveria ser efêmera, se prolongaria indefinidamente devido ao acirramento da luta entre tenentistas e democráticos no Estado.

Durante a gestão do tenente Hely Câmara, no que diz respeito à organização política no Município, fatos importantes ocorreram. Um deles foi a organização formal do núcleo local do P.D. Após a Revolução de 1930, o P.R.P. deixara de existir para renascer somente em janeiro de 1932. Assim, com a desorganização do diretório perrepista, Joaquim de Abreu se sentiu-se livre para organizar na localidade o diretório do Partido Democrático, pondo-o sob o seu comando. Já não se sentia, por certo, rival do próprio pai e de seu irmão Paulo de Abreu, na política local. Dessa forma, reconhecido a 3 de janeiro de 1931, o diretório do P.D. foi composto pelos seguintes membros: Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, presidente; Carlos de Moraes Barros, 1º secretário; o médico Edmundo da Silva Freire, 2º secretário; o sócio da Companhia Melhoramentos da Alta Paulista, responsável pela fundação de Tupã, Eurípedes Soares da Rocha, 1º tesoureiro; César de Almeida, 2º tesoureiro; Aureliano Siqueira, João Neves Camargo, Benedito Mendes Faria e Sotero de Camargo Barbosa, membros.²

Outro fato importante foi a fundação da Legião Revolucionária de Marília, na qual se empenhou pessoalmente o Tenente Interventor, Hely Câmara.

² Correio de Marília, 13 jan.1931, p. 2.

Em clima de festa e alarde, “com a presença de um grande número de pessoas de nossa melhor sociedade” que ocupou as dependências do Cine São Luiz, a instalação da Legião Revolucionária deu-se a 18 de janeiro de 1931.³

O fato despertou, inicialmente, algum entusiasmo. A direção da Legião foi composta por 21 membros, sob a presidência do advogado e ex-secretário do P.R.P. paulistano, Cel. Joaquim Gomes da Siqueira Reis Júnior. Dela faziam parte elementos ligados ao comércio, às profissões liberais, e dois ex-dirigentes do Centro Operário (Luiz Franceschini e Guilherme Luz). Além disso, integraram a direção da Legião, Raul Araújo, proprietário do *Correio de Marília*, e Alcides Magalhães, do *O Alto Cafezal*.⁴

Para o tenente Hely Câmara, a Legião Revolucionária era necessária, pois a revolução não havia ainda terminado; a luta armada vitoriosa havia sido “apenas um episódio militar que concretizou o esforço dos brasileiros com fim determinado de derrubar barreiras opostas à ação transformadora necessária, para modificar a vergonhosa situação do país”. No seu entender, a finalidade da revolução era a de regenerar os costumes políticos e morais do país. Assim sendo, importava iniciar “um lento processo de transformação no qual deve ter proeminência o espírito revolucionário, criando uma nova mentalidade política que o pratique integralmente, de acordo com os imperativos da vida real e as exigências complexas do movimento social que atravessamos.”⁵

Em sintonia com as palavras dos líderes tenentistas, para os quais a revolução não podia “consistir numa derrubada de ocupantes de posições, para dar lugar a um assalto a essas mesmas posições”,⁶ a Legião Revolucionária local pretendia

³ O Alto Cafezal, 25 jan.1931, p. 1.

⁴ Conf. Ata da instalação da Legião Revolucionária. Correio de Marília, 25 jan. 1931, p. 4.

⁵ Correio de Marília n. 112, 25 jan.1931, p. 3 - 4.

⁶ Revista Correio de Marília (Retrospectiva), Maio de 1958, p. s/nº.

ser a guardiã dos ideais revolucionários; o instrumento das transformações regeneradoras entregue nas mãos da coletividade:

A Revolução venceu, a Revolução está de pé para assegurar a nova grandeza à Pátria rediviva, e ela tem nas Legiões Revolucionárias uma espécie de 'polícia suprema'. Nada lhes passa despercebido, tudo por elas é fiscalizado, e, como factor de consolidação do governo paulista, de tudo informa, auxiliando não só o governo central como os representantes do governo no interior.

Assim, se um prefeito ou Delegado de polícia não está correspondendo aos princípios da Revolução, as Legiões districtaes documentam minuciosamente as representações que dirigem ao governo, as quaes são encaminhadas, depois de devidamente examinadas pela Secretaria Geral.

Em poucas palavras podemos resumir os fins da Legião: syndicar; fiscalizar; sugerir e incentivar o civismo.⁷

Concedendo “ampla autonomia” às comissões legionárias para fiscalizar as administrações locais, pretendia-se “entregar a cada collectividade brasileira a sanção de seus próprios destinos”. Para reforçar o significado daquele compromisso de honra que prestavam, Hely Câmara citou ainda aos legionários as palavras de advertência proferidas por Miguel Costa: “Lembrae-vos que cada povo possui o governo que merece. Reflecti, antes de accitar o distintivo da Legião. Ele representa o fuzil que vos comprometeis a empunhar; caso falseiem a nossa Revolução”.⁸

No dia 21 de janeiro os democráticos de Marília formalizaram a escolha dos componentes do diretório e de seus representantes ao VII Congresso do Partido.⁹ Além disso, promoveram também uma campanha para atrair filiados, pois

⁷ Correio de Marília, 25 jan. 1931, p. 4.

⁸ Ibidem.

⁹ Para representantes ao VII Congresso do P.D., foram designados Spielmann e Carlos de Moraes Barros. Correio de Marília, 25 jan. 1931, p. 1.

os afligia a possibilidade aventada de o próximo prefeito ser escolhido por Hely Câmara entre os legionários. Portanto, enquanto os ex-aliados, com as relações profundamente abaladas, procuravam fortalecerem-se, os perrepeistas, desorganizados, mantinham forçosamente um discreto afastamento do cenário político local.

Em São Paulo, a luta entre os “tenentes” no poder e os democráticos dele alijados se mostrava cada vez mais acirrada. A invasão da sede do P.D. e a prisão de Vicente Rao foram a gota d’água: em resposta o Partido rompeu com João Alberto lançando contra a sua administração o célebre manifesto de 24 de março, denunciando que a invasão havia ocorrido a pretexto de “descobrir uma imaginária conspiração em que estariam envolvidos vários vultos democráticos, conspiração que culminaria com a nota maliciosa de que era dirigida contra o governo do Dr. Getúlio Vargas” (CARONE, 1974a, p. 22).

Denunciava ainda o manifesto, entre outras coisas, a perseguição promovida por membros da Legião Revolucionária contra as administrações em mãos dos democráticos, a censura e o domínio político-administrativo do Estado por um “governo forasteiro”, isto é, formado por elementos não paulistas. Ao mesmo tempo o manifesto pregava a necessidade urgente de convocação da Assembléia Constituinte.

Aos correligionários, o P.D. aconselhou, então, que se demitissem dos cargos públicos que exerciam, passando-os aos substitutos que o governo designasse.

Além da ferrenha oposição democrática, João Alberto passou a enfrentar conspirações no seio da Força Pública, instigadas por elementos do P.D. Embora as conspirações tenham sido descobertas e desmanteladas a situação se tornaria insustentável obrigando o Interventor a renunciar a 13 de julho.

Em sintonia com tais acontecimentos, o diretório local do P.D. enviou telegrama a Getulio Vargas pedindo-lhe que desse a “São Paulo o seu próprio governo”, e ao Diretório Central

do partido, hipotecando-lhe “absoluta solidariedade”. Ao mesmo tempo, lançou um manifesto através da imprensa local, no qual reproduzia um trecho daquele lançado pela Diretoria Central, concitando os paulistas a se unirem numa frente única “na defesa do Estado, do Brasil e da finalidade revolucionária periclitante”.¹⁰

Em artigo publicado no *O Alto Cafezal*, a 19 de abril de 1931, Carlos de Moraes Barros defendia a necessidade da formação de uma frente única, isto é, da união em prol da constitucionalização do País e de um governo civil e paulista para o Estado. Na verdade, para o P.D. isto significaria unir-se a elementos contra os quais até então lutara: a oligarquia perrepeista.

Moraes de Barros justificava a possibilidade de união com os inimigos de véspera, alegando que “a discórdia no lar entre irmãos é comum; não venham entretanto estranhos provocar qualquer deles. Todos estarão unidos em sua defesa.”¹¹

Enquanto isso, um membro da Legião Revolucionária denunciava que por trás da exigência de um governo civil e paulista para o Estado, estavam os ressentimentos dos democráticos que haviam ajudado a fazer revolução e, não obstante, se viam alijados do poder.¹²

Durante a sua administração, o interventor municipal, Tenente Hely Câmara, procurou por em prática as determinações contidas no decreto 4.781. Dizia-se apolítico e “*um escravo do dever*” que tinha “*como roteiro a consciência de um juramento de honra, prestado no momento primeiro de nossa iniciação militar*”.¹³

De seus atos o Tenente deveria prestar contas somente ao Departamento da Administração Municipal, órgão ligado a

¹⁰ O Alto Cafezal, 12 abr. 1931, p. 2.

¹¹ O Alto Cafezal, 19 abr. 1931, p. 3.

¹² D’AVILA, Rebouças. São Paulo para os paulistas? O Alto Cafezal, 17 maio 1931, p. 1.

¹³ O Alto Cafezal, 04 abr. 1931, p. 3.

Secretaria do Interior, criado pelo Decreto nº 4790, a 10 de dezembro de 1930. A esse Órgão, por sua vez, competia “informar o governo sobre os negócios dos municípios do Interior do Estado, lavrar decretos de nomeação de prefeitos, receber as prestações de contas dos prefeitos, entre outras tarefas”. Tratava-se, portanto, de mais um instrumento do novo regime, “visando claramente manter sob controle a vida municipal” (TELAROLLI, 1981, v. 1, p. 73 - 74).

Logo no início de 1931, os jornais locais foram notificados pelo Interventor de que deveriam se submeter à censura previa,

enviando diariamente a delegacia de policia, duas provas dos artigos, comentários, telegramas e anúncios, que possam dar lugares a interpretação duvidosas a respeito da Revolução, Governos Federais, Estaduais e Municipais, alteração de ordem em geral e greves em particular.¹⁴

A disposição do Tenente em apurar irregularidades e favorecimento ilícitos da administração anterior lhe traria sérios aborrecimentos. Atuando como delegado, sofreu acusações de abusos de autoridades que a imprensa local, censurada e comprometida com a Legião Revolucionária, só deixaria entrever.

Assim que assumiu o cargo de prefeito, o tenente Hely Câmara revogou as isenções de impostos atrasados, inicialmente concedendo prazo para o pagamento sem multa e depois acionando judicialmente os devedores.

A administração anterior havia lavrado contrato com a Santa Casa para a prestação do serviço funerário no Município. Esta, por sua vez, cedeu o direito a uma firma que, além da exclusividade, gozava de isenção de impostos municipais. Além disso, a firma passou a desrespeitar as cláusulas contratuais que garantiam a qualidade dos serviços prestados. Uma delas irritou profundamente o Tenente, pois estatuiu que, “nem mesmo os

¹⁴ Correio de Marília, 18 jan. 1931, p. 2.

próprios parentes do defunto poderiam confeccionar o caixão sem que pagassem tributo pecuniário” à firma cessionária.¹⁵

A ação do Tenente contra os privilégios da referida firma levou o seu proprietário a unir-se a outros descontentes para recorrerem junto ao Departamento da Administração Municipal. Além disso, conforme noticiou *O Alto Cafezal*, denunciaram no jornal paulistano *Folha da Noite*, o que consideravam abusos de autoridade praticados pelo Tenente.

A reação de tais elementos obrigou Hely Câmara a prestar conta de seus atos ao Departamento da Administração Municipal, e a notícia de seu afastamento fez com que os membros da Legião Revolucionária articularsem imediatamente a opinião pública para evitá-lo. Munidos de um abaixo-assinado com cerca de duzentas assinaturas colhidas às pressas, pedindo a permanência do interventor, partiu uma Comissão para a Capital com o intuito de entregá-lo pessoalmente ao governo. A operação foi vitoriosa e a Comissão regressou ao lado do Tenente, sendo este recebido com festa pela população local.¹⁶

O primeiro período de intervenção militar em Marília terminou poucos dias antes da renúncia de João Alberto. No dia sete de julho Hely Câmara foi convocado a reassumir o posto de oficial da Força Pública. Entretanto, para o seu lugar foi nomeado um ex-revolucionário de 1924, o Capitão Durval de Castro e Silva.

A administração de Hely Câmara foi encerrada a 16 de julho, com uma pequena festa no Hotel São Bento, organizada pela Legião Revolucionária. Enquanto o ex-interventor discursava em agradecimento, “dava entrada no recinto, quase sem ser percebido, o Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, que vinha associar-se àquela festa íntima, onde imperavam a amizade e a cordialidade”.¹⁷

¹⁵ Informações prestadas pelo Tenente Hely Câmara ao Departamento da Administração Municipal. Conf. *O Alto Cafezal*, 14 jun. 1931, p. 4.

¹⁶ *O Alto Cafezal*, 26 abr. 1931, p. 4.

¹⁷ *O Alto Cafezal*, 19 jul. 1931, p. 1.

O discurso proferido por Bento de Abreu, contendo rasgados elogios à pessoa e à administração de Hely Câmara, indicava que o seu prestígio e poder de influência atravessaram incólumes os oito meses de intervenção militar no Município. O ex-deputado Luiz Miranda e seu pai Rodolfo Miranda, encontrando-se na ocasião em Marília, guardaram um discreto distanciamento dos acontecimentos; comparecendo o primeiro apenas na manifestação popular de apressa ocorrida na estação da Companhia Paulista por ocasião do embarque do Tenente.

Com o afastamento de João Alberto do governo paulista, acirraram-se, no Estado, as disputas entre o P.D. e os “tenentes”. A pretensão de Miguel Costa em assumir o cargo foi impedida pela reação dos democráticos e perrepistas. Getúlio Vargas indicou, então, o nome de Plínio Barreto que, apesar de não ser ligado ao P.D., tinha deste a simpatia. A reação da Legião Revolucionária contra tal indicação foi imediata: acusando Plínio Barreto de ter ofendido os militares rebeldes de 1922 em artigo intitulado “Heróis, não! Bandidos”, organizou-se para impedir-lhe a posse.

A solução para o impasse viria a 25 de julho, com a nomeação do paulista civil, Laudo de Camargo. Não obstante, o seu governo foi efêmero. A posse de Camargo representava um avanço em favor dos democráticos, o que despertou mais uma vez a reação tenentista: estes impuseram um dos seus para a chefia da polícia, fomentaram deliberadamente uma crise no interior da Força Pública e promoveram acusações contra o Secretário da Fazenda, tachando-o de representante de bancos estrangeiros e exigiram o seu afastamento. Toda essa pressão levou Camargo a renunciar no dia 13 de novembro de 1931. A sua queda representou uma vitória dos “tenentes” que o substituíram pelo comandante da Região Militar, Gal. Manoel Rabelo, empossado no mesmo dia.

Tal situação faria com que o P.D. intensificasse a campanha em prol da constitucionalização do país e de um governo civil para São Paulo.

A pressão das oligarquias sobre o governo provisório, com o intuito de cercear a ação dos “tenentes” à frente das interventorias, resultou na elaboração do Código dos Interventores que introduziu modificações na organização político-administrativa dos estados e municípios. Tal decreto federal, de 28 de agosto de 1931, entre outras medidas instituiu um Conselho Consultivo em cada Estado e no Distrito Federal, além dos Conselhos Consultivos Municipais. Estes últimos deveriam compor-se “de três ou mais membros nomeados pelo Interventor da seguinte forma: a) um a três dentre os maiores contribuintes do município; b) um, indicado pelo prefeito; c) um ou mais, de livre escolha do próprio interventor no Estado” (CARONE, 1974a, p. 29).

De acordo com o referido decreto, ficavam proibidos de comporem os conselhos consultivo estadual e municipal, os funcionários de empresa ou instituto subvencionados pelo governo respectivo, e os parentes, até 3º grau inclusive, de membros do mesmo governo, ou de outro membro do mesmo Conselho.

As funções do Conselho Consultivo Municipal seriam, em síntese, auxiliar o prefeito nas suas tarefas administrativas, prestar esclarecimentos e opinar sobre os recursos de atos do prefeito “não só no ponto de vista legal e jurídico, como ainda sobre a sua equidade ou conveniência” para o município.

Além disso, o artigo 10º do decreto obrigava o prefeito a submeter previamente à opinião do Conselho praticamente todos os seus atos administrativos importantes.

Até então, graças à intervenção militar, a política em Marília passara a resumir-se basicamente na ação de apoio da Legião Revolucionária e na discreta oposição do P.D. Entretanto, na Capital a Legião entrou em crise e parte dela se transformou no Partido Popular Paulista, contra a vontade de uma facção que ficaria dissidente. Em Marília, Rebouças D’Ávila, um de seus membros, contrariando a opinião dos “tenentes” que viam na convocação imediata de eleições para a Assembléia

Constituinte o perigo do retrocesso, passara a defendê-la abertamente através da imprensa.¹⁸

Assim, a Legião Revolucionária local foi perdendo a unidade, principalmente depois da partida de Hely Câmara. A sua desagregação iniciou-se, efetivamente, a 27 de dezembro de 1931, quando então, em virtude das dissensões havidas na Capital, o presidente e a diretoria se demitiram.

Enquanto isso, a ação do P.D. em Marília resumia-se em promover campanha para angariar filiados e acompanhar de perto os acontecimentos na Capital, cujo clima era cada vez mais tenso.

A segunda interventoria militar no Município findou em 1931, quando o Capitão Durval de Castro e Silva pediu exoneração do cargo. 1932, porém, já despontava como um ano de grandes atribulações políticas em Marília, assim como em todo o país.

Na localidade os ânimos começaram a se exaltar com a notícia da volta de Hely Câmara para ocupar a prefeitura; fato que se concretizou a quatro de janeiro.

Devido a sua atuação anterior como prefeito e delegado, Hely Câmara havia feito alguns inimigos que não desejavam a sua volta. O fato de o Interventor ter realizado alterações radicais no quadro da polícia foi suficiente para desencadear uma campanha contra a sua permanência na prefeitura.

No dia cinco de fevereiro, o jornal paulistano *A Platéia* publicou uma denúncia de perseguições havidas em Marília da parte do Interventor contra correligionários do P.R.P. Em resposta o Tenente telegrafou ao Interventor Manoel Rabelo, esclarecendo que “*indivíduos aventureiros e oportunistas não podem aplaudir quem defende com dignidade sagrados interesses coletivos privando-*

¹⁸ Vide D’Avila, R. A aurora de uma justa aspiração. O Alto Cafezal, 16 jun. 1931, p. 1.

os de suas arremetidas de interesses subalternos".¹⁹ Além disso, o Tenente propôs que fosse enviada a Marília uma comissão de sindicância para apurar os fatos.

Por outro lado, Hely Câmara tentava reorganizar a Legião Revolucionária que se encontrava acéfala desde a demissão de sua diretoria. Entretanto, os tempos eram outros; a situação política do País era bastante tensa.

Em São Paulo, tendo falhado a campanha contra a permanência de Manoel Rabelo no governo, o P.D. rompeu publicamente com Getúlio Vargas, lançando o Manifesto de 13 de janeiro, conclamando o povo de São Paulo para uma ação conjunta, em defesa da Constituinte, da autonomia e de um governo civil para o Estado. Além do apoio de outros Estados (M.G. e R.S.) o P.D. procurou também contar com o redivivo P.R.P., reorganizado a 19 de janeiro.

A Liga de Defesa Paulista organizou, então, no dia 25, uma grande manifestação na Capital.

Em Marília, apesar de ter conservado alguns elementos fiéis, a reorganização da Legião Revolucionária se tornou tarefa difícil. A própria imprensa local já não se empolgava mais com a "causa revolucionária"; ao contrário, Raul Araújo, do *Correio de Marília*, havia dela se desligado publicamente.

No início de fevereiro, Hely Câmara organizou pela primeira vez o Conselho Consultivo do Município, reunindo nomes do comércio local.²⁰ Entretanto este jamais se reuniria. A campanha movida contra o Tenente através da imprensa paulistana, inclusive do *Diário Nacional* e do *Diário de São Paulo*, acabou resultando na sua exoneração e na nomeação de um outro militar, o Capitão José Silva, para substituí-lo.

¹⁹ O Alto Cafezal, 07 fev. 1932, p. 2.

²⁰ O Conselho seria formado pelos seguintes nomes: Eurípides Soares da Rocha, Benedito Rosa Lima e Costa, Alfredo Augusto de Araújo e Mecenas Pinto Bueno. Conf. Ofício nº 579, da Prefeitura Municipal de Marília ao Deptº. da Administração Municipal.

Entretanto, a sua posse não ocorreria de forma pacífica. No dia 13 de fevereiro, elementos da Legião Revolucionária local promoveram, em protesto, uma grande manifestação pública na avenida principal. Tal manifestação foi assistida por representantes do P.D., P.R.P. e pelo próprio Capitão Silva que viera para tomar posse. Formou-se então uma comissão para ir pessoalmente pedir ao Interventor Manoel Rabelo a revogação do decreto de exoneração de Hely Câmara.

A reação foi imediata. A 16 de fevereiro o jornal paulistano *A Razão* publicaria na íntegra dois telegramas que lhe haviam sido enviados por elementos hostis ao Tenente, nos seguintes termos:

“A Razão”- S. Paulo.

Tenente Hely, alarmando a população impediu a posse do novo prefeito, capitão José Silva, seguindo para a Capital para pedir revogação do decreto do digno interventor federal, deixando assalariados afrontando população.

“A Razão” - S. Paulo-

Representando uma coletividade, rogamos interceder perante digno interventor coronel Manoel Rabelo, efetivar nomeação prefeito Marília, recentemente equiparado militar tenente Heli. Revolucionários da cidade estão impedindo posse Capitão José Silva, prefeitura. Urgem medidas urgentes. Prevêm-se grandes conflitos. Sumamente agradecidos (a.a) José Garcez, Manoel Libanio.²¹

Tais ocorrências acabaram resultando na abertura de inquérito policial e na vinda do Coronel Patrício Batista Luz, comandante do 4º batalhão da polícia paulista, sediado em Bauru, e do delegado regional, Capitão Alcides Araújo, para garantir a posse do novo interventor.

Ao contrário do Tenente Hely Câmara, o Capitão da Força Pública José Silva não era nenhum defensor dos ideais revolucionários. Na verdade ele havia sido preso em Taubaté,

²¹ Reproduzidos no semanário *O Alto Cafezal*, de 21 fev. 1932, p. 2.

no ano de 1931, por ter tomado parte no movimento em favor da autonomia para o Estado (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p 145).

Enquanto isso, em São Paulo, a 15 de fevereiro de 1932, os segmentos da oligarquia paulista representados pelo P.D. e P.R.P., por iniciativa do primeiro e com o auxílio de Isidoro Dias Lopes, resolveram unir-se constituindo a chamada Frente Única Paulista. Unidos, os ex-inimigos acirraram a exigência de um governo civil e paulista para o Estado e da pronta constitucionalização do País.

Os paulistas, entretanto, não estavam sozinhos. A bandeira da constitucionalização era um denominador comum, capaz de unir os grupos oligárquicos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul a São Paulo, que havia se tornado o centro polarizador do movimento contrário ao regime.

O agravamento das tensões levou à substituição do interventor Manoel Rabelo por um elemento “neutro”, o civil paulista Pedro de Toledo. Além disso, a pressão das oligarquias fez com que Getúlio Vargas decidisse acelerar o processo de constitucionalização, assinando a nova Lei Eleitoral a 24 de fevereiro. No dia 13 de maio, Vargas nomeou uma Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, ocasião em que marcou as eleições para daí a exatamente um ano.

A escolha de Pedro de Toledo não agradara totalmente os componentes da Frente Única, ainda mais se levando em conta que os postos-chaves do governo continuavam em mãos alheias. Esta situação fez agravar as tensões em São Paulo.

A vinda de Osvaldo Aranha, membro do Clube 3 de Outubro e representante do Governo Federal, para resolver a crise surgida em torno da organização do secretariado, reanimou a oposição e fez surgir boatos sobre uma nova intervenção. Na Capital os ânimos se exaltaram culminando com as passeatas de 22 e 23 de maio, o assalto à sede do Partido Popular Paulista, de Miguel Costa, e a depredação do jornal *A Razão*.

Aproveitando-se da situação e ignorando a tentativa de contemporização de Osvaldo Aranha, a Frente Única exigiu de Pedro de Toledo a mudança do secretariado, para o qual impôs nomes do P.R.P., tornando-se dona da situação.

A partir de então, animada pelas manifestações de apoio de líderes da oligarquia gaúcha, a Frente Única iniciou um rápido processo de alterações nos postos-chaves da administração.

A tentativa por parte dos “tenentes” de convencer o Governo Federal a não reconhecer o novo secretariado foi frustrada, prevalecendo a opinião favorável de Osvaldo Aranha. A reação tenentista levou Vargas a buscar uma contemporização. Entretanto, a disposição das oligarquias era de radicalização. Na verdade,

há muitos meses... que elementos radicais dos grupos paulista, mineiro e gaúcho estão inclinados para a revolução e, assim, a contemporização foi rejeitada, numa clara intenção de se impor o predomínio sobre o Governo provisório ou optar-se por uma rejeição a todo outro resultado. (CARONE, 1974b, p. 310)

Com a posse do Capitão José Silva, no dia 14 de fevereiro, iniciara-se para Marília o quarto período de intervenção militar. A exemplo de seus antecessores, o novo interventor governaria o Município com plenos poderes, prescindindo da convocação do Conselho Consultivo.

Entretanto, os acontecimentos políticos da Capital repercutiram imediatamente na imprensa local, que se posicionou a favor das causas defendidas pela Frente Única.

O terceiro aniversário do Município seria comemorado com uma grande dose de melancolia. Na opinião do *O Alto cafezal*, São Paulo havia conseguido o seu governo paulista e civil, entretanto Marília, terra de ninguém, terra de todos porque “mariliense só se for de quatro ou cinco anos de idade”, continuava sendo tratada como presa de guerra, sujeita “à vontade dos de lá de cima”.²²

²² O Alto Cafezal, 6 mar. 1932, p. 2.

A vida político-administrativa local continuava amordaçada pela vigência da interventoria. Ao contrário do que ocorria na Capital, P.D. e P.R.P., não se uniram em frente única.

Não obstante, havia um entrave comum a ambos os partidos: o interventor, representante próximo da situação. Artigos contrários ao regime se tornaram uma constante na imprensa local. O “revolucionário” Adorcino Lyrio se considerava um desiludido, com a “consciência intranquãla” por ter sido um “cooperador da vitória da revolução”, e clamava pela Constituinte.²³

Contudo, apenas a ofensiva da Frente Única, ao assenhorear-se dos postos-chaves da administração, significou a possibilidade real de Marília livrar-se da ditadura tenentista. O domínio da máquina governamental por parte da Frente Única possibilitou ao presidente do Diretório local e membro da Comissão Central do P.D., Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, a ocupar o cargo de diretor do Departamento da Administração Municipal, a 24 de maio. Em consequência, ocorreu a nomeação do Capitão Silva para comandante interino da Guarda Civil da Capital, sendo o mesmo substituído no governo local pelo empresário democrático Eurípides Soares da Rocha. Sua posse, no dia 16 de julho, pôs fim à intervenção militar no Município.

²³ O Alto Cafezal, 08 maio 1932, p. 1.

A GUERRA CIVIL DE 1932

Embora após a organização do novo secretariado de Pedro de Toledo a situação fosse favorável às oligarquias, e apesar das medidas tomadas por Getúlio Vargas no sentido de acelerar o processo de constitucionalização, a disposição do P.D. era de concretizar a conspiração contra o regime, o que, aliás, vinha sendo tramado desde início de 1932.

Assim é que, à frente da articulação militar, o general Isidoro Dias Lopes, elemento estreitamente ligado aos democráticos, procurara conseguir a adesão dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Em fevereiro e março formara-se o Estado-Maior Revolucionário e, em maio, o comandante militar de Mato Grosso, general Bertoldo Klinger, fora escolhido Comandante da Revolução. Entretanto, as oligarquias mineira e gaúcha se mostravam vacilantes e divididas, esperançosas de uma solução negociada para crise.

Após as manifestações de 23 de maio, na Capital, o P.D. acelerou o plano de conspiração à revelia do P.R.P. e do interventor Pedro de Toledo. O Comitê Executivo da Revolução e os núcleos secretos criados pelos democráticos foram unificados no M.M.D.C. A 9 de julho, finalmente, o general Bertoldo Klinger e membros do P.D. deflagraram o movimento armado auto-intitulado Revolução Constitucionalista.¹

¹ Sobre os preparativos para o Movimento, ver CARONE, E. *Revoluções do Brasil contemporâneo*, p. 114 - 119; e SILVA, H. 1932: *a guerra paulista*, p. 31-81.

Os revoltosos esperavam receber a adesão de outros Estados. Contudo, logo após a eclosão do Movimento, Flores da Cunha (interventor do Rio de Grande do Sul) até então vacilante, decidiu-se dar apoio a Getúlio Vargas. Olegário Maciel (interventor em Minas Gerais) aceitou negociar com o poder central, e interventores de Estados se colocaram ao lado do Governo Federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento paulista.

O jogo de forças estava, pois, definido. (CAPELATO, 1981, p. 19)

“IDE, MARÍLIA, COM SÃO PAULO SALVARÁS O BRASIL”

Com a posse de Eurípides Soares da Rocha, o Partido Democrático se colocara à frente da administração do Município. Sendo o novo diretor do Departamento da Administração Municipal, presidente do diretório local do P.D., reacendeu-se a esperança numa administração capaz de concretizar obras básicas planejadas desde 1929 e que haviam sido engavetadas pelas administrações tenentistas.

Enquanto na Capital P.D. e P.R.P. estavam unidos na Frente Única, em Marília a rivalidade e os ressentimentos entre ambos afluavam. No início de julho, o ex-vice-prefeito perrepista denunciava que

correm, nas ruas de Marília, notícias promissoras acerca de certos melhoramentos... O povo precisa precaver-se contra possíveis desilusões...

Pode o povo ficar certo que a solução mais luxuosa será adotada, para maior gáudio dos políticos de *fachada*. Serviços como esses não devem ser feitos sob regime ditatorial. Espere-se que o povo tenha, na câmara, os seus representantes.²

O P.D. havia elegido sua nova diretoria, composta dos seguintes membros: César de Almeida, José Alfredo de

² O Alto Cafezal, 10 jul. 1932, p. 2 - 3. O autor refere-se a obras como água encanada, esgoto e viaduto, cogitadas pela nova administração.

Almeida, Carlos de Moraes Barros, Venâncio de Souza, Dr. J. B. Marinho, João Neves Camargo, Dr. Cunha Junior, Luiz de Souza Leão e Viriato Medeiros.³

O diretório do P.R.P., por sua vez se reorganizara congregando praticamente os mesmo elementos de antes (Cel. Galdino de Almeida, Lima e Costa, Manoel Siqueira, etc., além dos pioneiros do Alto Cafezal, Antônio Nunes, Manoel Alves Sobrinho e Sady Nunes), desta feita, em torno de Luiz Miranda.⁴

Segundo Carone, o episódio da revolução de 1932 ilustra perfeitamente a persistência e a vitalidade do coronelismo após a revolução de 1930. Assim é que, enquanto a arregimentação de voluntários da cidade é feita dentro de moldes modernos, sob o comando de oficiais da Força Pública e do Exército, no interior “os dirigentes revolucionários se limitam a indicar para chefe militar, o coronel da região. É assim que o interior de São Paulo é dividido em 10 distritos (os distritos eleitorais também são 10), cada um deles comandados por civis; [...]” (CARONE, 1974b, p. 158).

O 5º distrito ficou sob o comando de Ataliba Leonel, Antônio Carlos de Abreu Sodré e Joaquim Celidônio Filho. Ao comando distrital ficavam subordinados os comandos das cidades incluídas no distrito. Em Marília, o episódio serviria para destacar, à frente do M.M.D.C. local, a figura de Carlos de Moraes Barros; embora nele também viessem a atuar diversos perrepidistas. Além disso, a situação “revolucionária” não só forçaria a aproximação entre P.D. e P.R.P., como mobilizaria praticamente toda a comunidade.

Na manhã de 10 de julho, domingo, chegaram em Marília os primeiros rumores sobre o levante na Capital. À noite, com a chegada de elementos vindos de São Paulo, os rumores se confirmaram e, a partir de então, a cidade se organizou para a guerra civil.

³ Correio de Marília, 26 jun. 1932, p. 2.

⁴ Vide Correio de Marília, 07 fev. 1932, p. 3.

A imprensa local abraçou de imediato a “causa paulista”, transformando-se em sua apologista. Para satisfazer a curiosidade da população local, ávida por notícias concretas, e evitar “as informações tendenciosas, os boatos e as falsas notícias”, as autoridades locais passaram a espalhar fartamente pela cidade boletins oficiais sobre o desenrolar dos acontecimentos na Capital.⁵

Não obstante, a população recorria aos rádios para obter informações “quentes”. Estes, entretanto, eram extremamente raros na cidade e logo transformaram alguns estabelecimentos comerciais (cafés e farmácias) em pontos de aglomeração.

No dia 11, a exemplo do ocorrido por ocasião da Revolução de 1930, o prefeito e o delegado se reuniram com os comerciantes a fim de organizar o serviço de abastecimento encarregado de elaborar a tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade, levantar estoques e racionar o consumo. Alguns elementos foram destacados para vigiar as saídas da cidade e impedir o transporte de mercadorias sem autorização. Para manter “a boa ordem e a garantia da coletividade”, reorganizaram a Guarda Municipal, na qual se inscreveram de imediato 71 voluntários.⁶

No dia 12, políticos do P.D. e do P.R.P. realizaram o primeiro comício em conjunto para “esclarecer” ao povo os motivos da Revolução e concitar os jovens a se alistarem como voluntários. A população respondeu aos apelos com ínvulgar entusiasmo.

A análise dos artigos e manifestos publicados pela imprensa local nos permite avaliar a forma como as elites paulista e local manipularam a opinião pública, inculcando-lhe os valores e ideais do Movimento para que a população se mobilizasse prontamente em sua defesa.

⁵ O Alto Cafezal, 17 jul. 1932, p. 1.

⁶ Ata da fundação da Guarda Municipal. Correio de Marília, 17 jul. 1932, p. 3.

No dia 13, P.D. e P.R.P. divulgaram um manifesto concitando os habitantes de Marília

a se alistarem nas listas de voluntários e a se absterem por completo de pequeninos dissídios e explorações políticas, cabíveis unicamente naqueles que menospresam o empolgante movimento desencadeado em São Paulo e não merecem em absoluto o título de cidadão brasileiro [...]. Estaremos dentro de nossos partidos, perfeitamente unidos e resolvidos a secundar os poderes estaduais nesta emergência. O Partido Democrático abre as portas de sua sede social à população desta cidade, sem o mínimo vestígio de partidarismo dentro do programa da Frente Única, para que todos possam ter pelo rádio ali instalado as últimas notícias da luta que se desenha em nosso Estado. A convocação para o alistamento, aberta na sede do Partido Democrático não tem cor política porque visa a defesa do Brasil constitucionalizado iniciada galhardamente pela terra Bandeirante.⁷

Carlos de Moraes Barros, com seu discurso inflamado, proclamava a “São Paulo” que

não é a idéia de mando, não é o despeito, não é a contra revolução que num só ímpeto levanta teus homens, não, nunca. Sofrestes com teus filhos a humilhação de te fazerem presa de guerra quando te assistia o direito de primasia inegável no movimento da Aliança Liberal por parte do brilhante pugilo de homens do Partido Democrático. Não te reconheceram os direitos, fostes amordaçado e teus homens seriam acorrentados não houvessem em tempo rompido com o militar que o governo fazia permanecer entre nós para concretizar indelevelmente a nossa escravidão.⁸

Segundo Moraes de Barros, o Movimento tinha como objetivos apenas a lei e a ordem, “vontade máxima dos paulistas empolgados e resolutos na fé inquebrantável de que só assim,

⁷ Correio de Marília, 17 jul. 1932. p. 1. Assinam o manifesto Carlos de Moraes Barros, Luiz Miranda, Cel. Galdino de Almeida, João Neves Camargo, César de Almeida, Lima e Costa, Edmundo Freire, Francisco Spielmann e Manoel Siqueira.

⁸ Correio de Marília, 17 jul. 1932, p. 2.

de armas na mão, salvarão São Paulo e conservarão o nosso Brasil uno e indiviso.”⁹ Esse discurso resume basicamente os temas que emergiram na imprensa local justificando a deflagração da guerra civil: Salvar São Paulo e o Brasil, humilhados pelo regime intervencionista, centralizador e discricionário, sustentado pelos “tenentes” e encabeçado por Vargas. O ideal do Movimento, difundido pela imprensa local, era “o retorno do Brasil à ordem constitucional, a reintegração da Pátria no regime da Lei e do Direito”. Por isso os paulistas deviam lutar pela redenção de São Paulo humilhado e pela salvação do Brasil.

Declarando o Movimento apatidário e omitindo as medidas já tomadas pelo Presidente em prol da constitucionalização, a oligarquia paulista ocultava o seu interesse em não apenas participar do governo, mas tornar-se novamente governo, efetivamente.

Entretanto, possivelmente a comunidade não se disporia a defender espontaneamente e com tanto entusiasmo a “Lei e a Ordem”, a ponto de sacrificar vidas, se além dos discursos inflamados outros expedientes de persuasão não tivessem sido utilizados. Apelos dirigidos aos jovens marilienses procuravam incutir-lhes o “inquestionável” dever de se alistar nos batalhões, sob pena de desmoralizarem não apenas a si próprios, mas toda a sua geração futura:

[...] cada paulista de nascimento e de coração tem o dever de tornar-se soldado. Não há o que possa desobrigá-lo desse dever porque [o que] está em jogo não é esta ou aquela região, mas a própria nacionalidade!

Quem não vier para a rua ficara desmoralizado como covarde perante seu paiz, o seu Estado, os seus amigos, a sua família ou perante a própria consciência, se ninguém viesse a ter conhecimento de sua fuga.

Ninguém tem o direito de enxovalhar o nome que possui e há de passar a outros. Quem não estiver

⁹ *Ibidem.*

prompto para lutar, suicide-se que é melhor morrer assim do que morrer moralmente.¹⁰

A imprensa fazia, também, o patrulhamento, exaltando a “bravura e patriotismo” daqueles que davam seu empenho à causa e denunciando os reticentes e incrédulos:

Sabemos que existem em Vera-Cruz alguns paulistas ali residentes, que não tem coragem de defender o seu estado por serem covardes, dizem que a causa é perdida.... parece mentira, mais é pura verdade .

Já que não tem coragem de ser paulista... Suicidem-se ou arrumem a trouxa e partam, o mato é grande.¹¹

Além da persuasão pura e simples através da manipulação da consciência e do patrulhamento, outras formas de incentivo foram engendradas. Em Vera Cruz, um dos engajados na campanha de alistamento de voluntários, fez publicar no *O Alto Cafezal* que,

desejando contribuir com uma diminuta parcela no sentido de coadjuvar materialmente o movimento que vem empolgando o nosso Estado, oferece desde já, na cidade de Vera Cruz, uma casinha e respectivo terreno, a cada família vera-cruzense, cujo chefe venha tomar no campo da luta em defesa dos sacrossantos princípios por que estamos nos batendo.¹²

Os comerciantes que se recusassem a aceitar o bônus de guerra na compra de víveres eram boicotados, “ninguém mais comprava lá; as casas tinham que fechar, principalmente casa de nortistas”.¹³

Na verdade, desde o início do Movimento o M.M.D.C. local procurou, em obediência às instruções que lhe chegavam da Capital, organizar e mobilizar praticamente toda a população do Município.

¹⁰ Correio de Marília, 17 jul. 1932, p. 1.

¹¹ Correio de Marília, 24 jul.1932.

¹² O Alto Cafezal, 17 jul. 1932, p. 4.

¹³ Entrevista concedida pela Sra. Lyriss Rocha.

Ao lado do serviço de alistamento de voluntários, o M.M.D.C. organizou a Comissão de Socorros Públicos, da qual faziam parte elementos da Frente Única e cujos trabalhos eram superintendidos pelo prefeito com o auxílio do delegado.

A referida Comissão possuía dois departamentos: o Serviço de Fornecimento, encarregado de dar assistência às famílias dos voluntários que partissem para o *front*; e o Serviço de Acantonamento, destinado a alojar os voluntários “que residindo fora da cidade necessitam de instrução militar a fim de estarem aptos a acompanhar o Batalhão de Marília.” Servindo a esses departamentos havia duas subcomissões encarregadas de angariar donativos: “uma, para o soldado de Marília, seu acantonamento, fardamento, etc; outra para providenciar gêneros, animais e demais necessário às tropas constitucionais.”¹⁴

Listas de recrutamento foram postas à disposição dos fazendeiros interessados em arregimentar voluntários. O estádio da Associação Atlética São Bento foi transformado em local de treinamento militar.¹⁵

Assim organizado o Movimento, toda a população foi convocada para participar. No dia 17 de junho, a Associação Feminina, entidade assistencial dirigida por senhoras e senhoritas da elite mariliense, lançou um apelo às “senhoras e moças de Marília”, para que partilhassem “das presentes e futuras dores porque o nosso São Paulo está ameaçado de passar.” Concitando-as a formarem um batalhão de enfermeiras ou a se engajarem na tarefa de confecção e manutenção das fardas, o apelo revela ainda os papéis reservados à mulher, no Movimento:

[...] como verdadeiras mulheres paulistas, sejamos entusiastas e entusiasmemos os que vão para a frente. E principalmente nada de prantos e lamentações, porque nós, as paulistas, não podemos desmedir ou diminuir o brilho e o valor da Mulher Brasileira!!¹⁶

¹⁴ Correio de Marília, 24 jul. 1932.

¹⁵ Conf. Correio de Marília, 17 jul. 1932, p. s/nº.

¹⁶ *Ibidem*.

Apesar de ter sido formado e devidamente instruído, o batalhão de enfermeiras não chegaria a partir. Segundo a ex-voluntária Lyriss de Negreiros Rocha, o batalhão feminino estava pronto, mas foi recusado porque em São Paulo resolveram que muita mulher engajada seria prejudicial, “que elas só queriam era saber de namorar.”

Entretanto, a participação da mulher mariliense não se restringiu à composição das subcomissões. Ela se prestou também ao trabalho de persuasão do sexo oposto; como no “célebre” comício feminino realizado a 15 de agosto. Entre as mulheres mais atuantes destacaram-se as jovens Lyriss de Negreiros Rocha (filha do prefeito Eurípides Soares da Rocha), Nena e Júlia de Moraes Barros (irmãs de Carlos de Moraes Barros), ligadas à Associação Feminina.

Destacou-se ainda a participação das crianças, principalmente as do grupo de escoteiros instruído pelo professor Balthazar Moreira, nas diversas campanhas destinadas a angariar donativos e buchas secas utilizadas, segundo *O Alto Cafezal*, na fabricação de esponjas esterilizadoras para as tropas em operação.¹⁷

Diversos festivais beneficentes, que mobilizaram praticamente toda a cidade, foram realizados para angariar fundos em prol do Movimento; destacando-se a atuação do elenco dramático do Centro Operário e dos alunos do Grupo Escolar.

Nesse afã, não ficariam à margem nem mesmo as colônias estrangeiras, uma vez que haviam sido compulsoriamente convocados todos os “paulistas de nascimento e de coração”. Dessa forma, elementos ligados às colônias sírio-libanesa, italiana, portuguesa, espanhola e japonesa eram encarregados de recolher entre os seus os donativos em gêneros alimentícios, animais, dinheiro, etc.

¹⁷ O Alto Cafezal. 28 ago. 1932, p. 3.

No dia 16 de julho, o prefeito recebeu ordem do Departamento da Administração Municipal para que fosse construído na cidade, no prazo de 48 horas, um campo de aviação. A obra, iniciada imediatamente, ficaria inconclusa.¹⁸

Em agosto a Sociedade Rural Brasileira dirigiu um apelo “a todos os que cultivam a terra”, lembrando-os da necessidade de se aumentar a produção agrícola e a criação de animais; pois “não é só no campo de batalha, que se concorre para a vitória. Cultivando a terra e aumentando a produção, concorreremos eficazmente para a vitória.”¹⁹

Não faltou o apoio moral e espiritual da Igreja. Intensa foi a atuação do Monsenhor Aduino Rocha, quer subindo nos palanques e discursando nos diversos comícios realizados pela “Caravana Cívica” em Marília, Pompéia e Vera Cruz; quer celebrando missa campal e realizando a bênção dos batalhões que partiam.²⁰

Dessa forma, toda a população local foi envolvida, a exemplo do que ocorria em todo o Estado.

No dia 18 de julho, partiu o primeiro batalhão de Marília, composto de 53 reservistas. Treze dias depois partiu o segundo, com cerca de 125 voluntários. Na estação da Paulista, no momento do embarque, a emoção dominava: discursos e saudações ufanistas eram proferidos. O batalhão recebeu das mãos do Monsenhor Aduino Rocha uma bandeira branca confeccionada pelas senhoras e senhoritas de Marília. Esta continha “em um dos seus ângulos superiores a reprodução da nossa querida Bandeira Paulista e, no campo níveo, áureas letras” dizendo: “Ide, Marília, com São Paulo salvarás o Brasil.”²¹

¹⁸ Correio de Marília, 17 jul. 1932, p. 2.

¹⁹ O Alto Cafezal, 28 ago. 1932, p.3.

²⁰ Vide Correio de Marília de 24 jul. 1932 e 07 ago. 1932, p. 1, e *O Alto Cafezal* de 18 set. 1932, p. 2.

²¹ Correio de Marília, 07 ago. 1932, p. 1 - 2.

O primeiro contingente de reservistas integrou o Batalhão Francisco Glicério que lutou nas divisas de Minas Gerais. O segundo e maior, integrou o Batalhão Euclides de Figueiredo, formado por voluntários de diversas cidades paulistas. Entre os de Avaí incluía-se um grupo de índios guarani e tereno que, segundo o correspondente de guerra Lucílio de Oliveira, despertava grande curiosidade com seus cânticos e danças “banais”, e eram todos jovens, com exceção do cacique.²²

Do corpo de saúde do Batalhão Euclides de Figueiredo, fizeram parte o Dr. Carlos de Moraes Barros (médico operador), João Neves Camargo (farmacêutico) e Lucílio de Oliveira (dentista).²³ O contingente de Marília acabou sendo desmembrado em vários grupos que serviram em Silveiras, Lorena, Cruzeiro, Piquete e Queimadas.

Em agosto, Luiz Miranda se empenhou em organizar o 5º B.C.V. da Brigada do Sul, que ficou aquartelado em Botucatu. O referido Batalhão foi formado principalmente por voluntários da Noroeste e da Alta Paulista.

A campanha encetada por Luiz Miranda em Marília e Pompéia, contando com o empenho pessoal do ex-senador Rodolfo Miranda no final de agosto, conseguiu mandar para o *front* mais de cinqüenta voluntários; entre eles Aristides Pinto Bueno e Joaquim Siqueira Reis. A primeira companhia do 5º B.C.V. da Brigada do Sul combateu no setor de guerra de Itaí e Taquari.²⁴

Além disso, entre julho e setembro diversos grupos menores de voluntários partiram de Marília para diferentes frentes de combate.

Não obstante, devido à falta de apoio dos demais Estados, à escassez de armas e munições, à ausência de um

²² O Alto Cafezal, 21 ago. 1932, p. 1.

²³ O Alto Cafezal, 28 ago. 1932, p. 1.

²⁴ Idem, 18 set. 1932, p. 1.

plano militar coerente e bem articulado e, enfim, à inferioridade numérica, o Movimento Paulista estava fadado ao fracasso.

Segundo Carone, em julho as tropas gaúchas obrigavam os paulistas que combatiam no setor sul a recuarem, infligindo-lhes as primeiras derrotas. Entre agosto e setembro os paulistas procuraram resistir aos avanços cada vez mais intensos das tropas legalistas nas frentes de combate: “Campinas, Jundiá, Itu etc, caem, o cerco de São Paulo parece inevitável, o esgotamento em homens e material é intenso” (CARONE, 1974b, p. 314 - 315).

A imprensa local, a exemplo da paulistana, procurou até os últimos dias de setembro transmitir a idéia de vitória iminente dos paulistas, concitando os mariliense a se integrarem nos batalhões de reserva. Estes, na verdade, se formavam para substituírem nas trincheiras os soldados exaustos. Para o jornal *O Alto Cafezal*, São Paulo continuava

formidável a sustentar o seu grito de guerra p'ro Constituinte. O seu exército cõscio de seu dever está a postos e cada vez mais forte ... Hoje então, a posição dos constitucionalistas é invejável. De todos os pontos da nação chegam adesões. E o povo, levantando-se em armas, marcha triunfante empunhando a bandeira desfraldada por São Paulo em 9 de julho.²⁵

Naquela altura dos acontecimentos, Marília já ganhara o seu primeiro mártir. No início de setembro tombara nas trincheiras da Serra da Bocaina, o Sargento Nelson Spielmann que, comandando 48 homens do batalhão de Marília, tentara desalojar o 19º B.C. da Bahia.²⁶

Na verdade, para os que ficaram, a situação era melancólica. Nos conta Balthazar Moreira que, nos tempos da Revolução de 1932, no Café Delfino

²⁵ O Alto Cafezal, 25 set. 1932, p. 1.

²⁶ Conf. O Alto Cafezal, 11 set. 1932, p. 1 - 2.

debatia-se estratégia e qualquer um ficava sabendo de tudo o que a censura não deixava publicar. O rádio numa cantoneira, alta, onde não pudessem mexer a todo instante. Ainda assim mexiam a cata de uma emissora audível. Em geral ouviam-se estalidos, rasgar de pano. Lá vez em quando um comunicado de guerra, os paulistas quase sempre se retirando para melhores posições. A esperança sempre o permanecia.

Olhávamos uns para os outros desolados, ninguém querendo confessar o pessimismo. Uma noite o prof. Deodoto Vieira disse: “você devia arranjar outro rádio, Delphino. Rádio desta marca só transmite notícias más” [...].

Havia poucos rádios na cidade, então ao redor dele uniam-se os ouvintes do bairro, ávidos por notícias. A gente tinha de acompanhar a batalha que daria vitória a São Paulo.²⁷

Certamente as “más notícias” só eram transmitidas pelas rádios do Rio de Janeiro; as paulistas, ao contrário, “davam curso as mais animadas notícias, lidas e comentadas com grande eloquência.”²⁸ Em Marília, “compacta massa popular” formava-se nas casas onde havia aparelhos de rádio, “e em silêncio religioso ouve as irradiações das notícias, de preferência as de São Paulo, pois as irradiadas da Capital Federal, as mais das vezes, são recebidas com protestos.”²⁹

Ciente da situação, o comandante da Força Pública Paulista, Coronel Herculano de Carvalho e Silva, entrou em entendimento com o General Góis Monteiro, comandante das forças legalistas. “No dia 2 de outubro é assinada em Cruzeiro a Convenção Militar, pela qual cessam as hostilidades, obrigando-se a Força Pública a recuar de suas posições e manter a ordem e tranqüilidade do Estado etc.” (CARONE, 1974b, p. 315).

²⁷ MOREIRA, B.G. Minhas memórias de Marília. Correio de Marília, (Caderno Especial), dez. 1977.

²⁸ Trecho do pronunciamento do Cel. Herculano de Carvalho e Silva, através do qual se defende da acusação de ter traído o Movimento. Citado por CAPELATO, 1981, p. 77.

²⁹ O Alto Cafezal, 17 jul. 1932, p. 4.

Pedro de Toledo foi deposto pelo Coronel Herculano de Carvalho e, no dia 6 de outubro, o general Waldomiro Castilho de Lima é nomeado para o cargo de Governador. A direção do Departamento da Administração Municipal voltou para as mãos do Capitão Levi Cardoso, enquanto que Joaquim de Abreu, no início de novembro, seria deportado para Portugal juntamente com Pedro de Toledo e dezenas de outros líderes do Movimento.

O desfecho do Movimento Constitucionalista foi dramático em Marília, causando nova reviravolta na política local. Naquela altura dos acontecimentos a escassez de víveres atormentava a população. Durante o período de guerra civil, poucos ousaram defender o regime ditatorial. O seu mais polêmico e confesso defensor, o médico José Coriolano de Carvalho e Silva, foi escolhido pelo comandante militar de Bauru, tenente-coronel Pedro dos Santos, para ocupar a prefeitura. Esse episódio seria, mais tarde, narrado da seguinte forma pelo prefeito José Coriolano:

Às 6 horas da manhã de 2 de outubro, o “Hotel São Paulo” foi abalado pela notícia de que as forças do General João Francisco estavam às portas da cidade. Levantei-me às pressas e fui até à porta da rua.

Choviscava.

Automóveis e caminhões corriam cheios de famílias.

Era o pânico.

Às 9 da manhã fui para o meu consultório, acompanhado da minha mulher.

O povo assustado, desnorteado, abandonava a cidade, enquanto o doutor delegado requisitava dinamite para a serra que nos separa de Assis, para dinamitar a entrada e impedir o acesso fácil das forças inimigas.

Marília em pânico, choros e decepções.

A tarde d'sse domingo inesquecível, as autoridades locais lançavam um boletim, ameaçando meter na cadeia os boateiros.

E o outubrista acompanhado da esposa passeava calmamente pela cidade, pedindo calma aos conhecidos.

Fora de Marília, não se pensava mais em guerra..

Cessara a luta.

A bandeira nacional, que representa união e amor, apareceu nos edifícios públicos, como sinal de respeito ao chefe da Nação.

A nação vencera a politicagem.

Desde a noite do dia 2, minha pessoa deixou de ser repugnante.

Na noite do dia 5, chegava o Tenente Coronel Pedro dos Santos, e , depois de se cientificar de que o Chefe do Governo Provisório não contava com amigos nesta zona, confiou-me o governo do município.

Recusar seria covardia.

Desde este momento, estava prefeito de Marília.³⁰

No dia 7 de outubro, ocupava a delegacia local o tenente Jaime Rodrigues, oficial das forças gaúchas.³¹ Para Marília, a guerra civil terminara com um saldo de três mortos (Nelson Spielmann, Saturnino de Brito e Vicente Ferreira) e vários feridos.³²

³⁰ Relatório apresentado ao Deptº das Municipalidades, pelo prefeito, Sr. Dr. José Coriolano de Carvalho, referente ao exercício de 1932. Marília: Prefeitura Municipal, 1933, p. 6 - 7.

³¹ O Alto Cafezal, 09 out. 1932, p. 1.

³² Nelson Spielmann era filho de Francisco Spielmann, membro do Partido Democrático local.

10

O OUTUBRISTA SOLITÁRIO

A derrota militar das oligarquias regionais não significou o fim das pressões pela constitucionalização do País. Enquanto as oligarquias vencidas reagem contra seus membros que haviam apoiado Vargas, os vencedores, reunidos no Congresso Revolucionário em novembro de 1932, revelavam a ausência de unidade entre suas múltiplas correntes. Ocorria, naquela ocasião, o rompimento da ala integralista encabeçada por Plínio Salgado.

Aos poucos desaparecera a resistência à constitucionalização. “De Góes Monteiro ao Congresso Revolucionário tenentista, das oligarquias exiladas às do poder, da pequena burguesia ao operariado, a voz geral é a luta a favor de um retorno ao regime Constitucional” (CARONE, 1974b, p. 317).

A comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição fora reorganizada pelo governo a 26 de outubro, ocasião em que foi fixada a data das eleições para 3 de maio de 1933. A partir de então, proliferariam novos partidos tendo em vistas as eleições de maio.

O novo prefeito de Marília, José Coriolano de Carvalho, não pertencera até então a nenhum dos diretórios políticos organizados na cidade. Ardoroso defensor da Revolução de 1930, tentara organizar um núcleo do Clube 3 de Outubro mas não obtivera êxito, pois “*ser amigo da Ditadura, era um crime vergonhoso em Marília.*”¹

¹ Relatório apresentado ao Deptº das Municipalidades, referente ao exercício de 1932, p. 5.

Em 1932, enquanto ainda se caminhava para a guerra civil, José Coriolano era um dos poucos que assumia publicamente a defesa do regime discricionário. Criticando a exigência de constitucionalização feita pela Frente Única, o prefeito condenava as práticas da oligarquia deposta. Na sua opinião, durante a Primeira República

havia uma constituição, em nome da qual se cometiam todas as barbaridades e se consumiam centenas de contos. [Entretanto], vitoriosa a revolução de 1930, quando todos pensavam que os responsáveis pelo descalabro do Brasil ficassem à margem, eis que se apresentam muitos deles com vestais da Constituição, que outrora enlamearam tantas vezes.²

Graças ao desfecho melancólico do Movimento, o clima de revolta na cidade era intenso; principalmente entre os jovens que haviam se entregado de corpo e alma à causa. Abatidos física e moralmente, muitos dos ex-voluntários não suportavam que se tocasse no assunto; que lhes lembrassem das atrocidades sofridas no *front*. Outros, entretanto, inconformados, procuravam a todo o momento pretextos para externarem a sua revolta. “A gente moça - moços e moças -, revoltada, procurava briga; e os mais velhos, senhores mais sensatos, freando os moços, porque nós estávamos prontos pra briga”.³

Tendo assumido o poder local no momento em que a cidade que abraçara “a causa paulista” amargava a derrota e chorava seus mortos, José Coriolano seria alvo de todo tipo de hostilidade e ressentimento. Tachavam-no de “nortista” pelo fato de ser oriundo do Piauí, o que equivalia à pecha de inimigo de São Paulo. Na verdade, na cidade pioneira, onde não faltavam elementos provindos de diversos estados, o que se ocultava por trás da exploração do sentimento regionalista era o fato de que José Coriolano encarnava a figura do mais próximo representante do getulismo.

² CARVALHO, J.C. de. O divisor das águas. O Alto Cafezal, 20 mar. 1932, p. 1.

³ Depoimento da Sra. Lyriss Rocha.

O novo prefeito sentia-se isolado, e para administrar o Município contava apenas com os funcionários da prefeitura - muitos dos quais teve de substituir - e com as permanentes consultas ao Departamento da Administração Municipal.

Logo no início de sua administração, entrou em conflito com o M.M.D.C. local, pois entendia que, como prefeito, tinha o direito de decidir o destino a ser dado ao saldo dos donativos angariados. Revoltados com a atitude do prefeito, membros do M.M.D.C., perrepistas e democráticos, organizaram uma passeata e promoveram o seu enterro simbólico.

Por outro lado, a Santa Casa, reduto dos democráticos, seria outro foco de tensão e resistência à administração do médico José Coriolano. Para o Prefeito, aquele hospital era “uma organização feudal” onde “raros são os verdadeiros pobres, que gozaram de um tratamento gratuito”, onde “reina a mais baixa politicagem de aldeia”. Apesar disso, denunciava, a Santa Casa recebera uma subvenção de 12:000\$000 em 1932, “a troco de adulações vergonhosas”. Assim, José Coriolano resolveu reduzir pela metade e depois suspender tal subvenção, baseado no artigo 19 do Decreto nº 4.810, de 31 de dezembro de 1930.⁴

A 23 de novembro de 1932, elementos que haviam integrado o M.M.D.C., reunindo 78 ex-voluntários, resolveram fundar o *Centro Cívico dos Voluntários de Marília*. À frente da comissão encarregada de elaborar os estatutos estavam Carlos de Moraes Barros, José Alfredo de Almeida e João Neves Camargo, entre outros. Segundo os estatutos provisórios aprovados na mesma data, o Centro Cívico dos Voluntários deveria ser independente de qualquer outra organização, sem cor política e destinado a “cultivar o civismo e incrementar a

⁴ Relatório do 1º semestre de 1933, apresentado ao Departamento da Administração Municipal, pelo prefeito José Coriolano de Carvalho. Marília: Prefeitura Municipal, 07/07/1933, p. 7. A concessão da subvenção ficou condicionada á apresentação prévia de um relatório que comprovasse o atendimento a indigentes.

união entre todos”. Nele seriam admitidos “todos aqueles que se integraram no movimento constitucionalista de São Paulo; das linhas de frente e da retaguarda, paulistas ou não desde que tenham dado por São Paulo o melhor de seus esforços pela vitória de sua Causa Sagrada.”⁵

Os estatutos definitivos, aprovados a 19 de fevereiro de 1933, mantiveram aquelas linhas gerais; exceto a aprovação da emenda apresentada por Adorcino Lyrio atribuindo ao Centro a função de “proceder ao alistamento eleitoral sem cor política ou partidária.”⁶

A peculiaridade do Centro Cívico, entretanto, era a participação ativa das mulheres; entre elas Elisa de Melo Godoy Moreira, Liriss de Negreiros Rocha e as irmãs Moraes de Barros.

Na medida em que se aproximavam as eleições, acirrava-se a campanha visando a derrubada do prefeito José Coriolano, cuja atuação desagradava cada vez mais aos perrepostas e democráticos. Por isso, vários incidentes marcariam o confronto que se estabeleceu na disputa pelo poder local.

No dia 11 de janeiro, Carlos de Moraes Barros e Edmundo Silva Freire foram acusados pelo Prefeito de se recusarem a atender prontamente na Santa Casa um investigador do DOPS ferido e necessitado de cirurgia, pelo fato de estar acompanhado do delegado e do prefeito que, como médico, lhe havia prestado os primeiros socorros.⁷

No final de fevereiro, enquanto fazia o curso de carnaval em companhia de sua família e do prefeito, o delegado

⁵ O Alto Cafezal, 27 nov. 1932, p. 2.

⁶ O Alto Cafezal, 26 fev. 1933, p. 2.

⁷ “O caso do investigador Horácio constituiu uma afronta à cultura médica nacional. Jamais havia eu de imaginar que, a um ferido de morte se recusasse operar por vingança política e que num hospital subvencionado pela prefeitura fosse recusada a entrada do Prefeito que é médico.” Relatório apresentado ao departamento das municipalidades, referentes ao exercício de 1932, p. 14 - 15. O episódio foi narrado pelo Prefeito em ofício (nº 08), endereçado ao Deptº da Administração Municipal, datado de 11/01/1933.

foi publicamente desacatado por um ex-voluntário, filho de um ex-vereador perrepista. O fato ocorreu porque o delegado, que era também um “nortista”, tivera a infeliz idéia de enfeitar a frente de seu automóvel com as bandeiras paulista e nacional. O ato foi considerado um insulto pelos ex-voluntários que assistiam ao desfile, e o mais exaltado deles resolveu arrancar do carro as tais bandeiras. Preso o provocador, imediatamente um grupo de moças e rapazes, em solidariedade, se dirigiu à delegacia exigindo a sua soltura. Nem mesmo a intervenção de um grupo de políticos da cidade deu resultado e, diante da resistência do delegado, pressionados ou espontaneamente, os comerciantes resolveram fechar as portas dos seus estabelecimentos em sinal de protesto. Sendo o delegado um homem ligado ao prefeito, o caso logo tomou caráter político, aumentando as pressões para forçar a sua renúncia.⁸

Além desses casos que tornavam o clima na cidade bastante tenso, com a abertura de inquéritos, sindicâncias, etc., graves foram também as denúncias feitas pelo prefeito através de ofícios dirigidos ao Departamento da Administração Municipal, no sentido esclarecer o incidente do carnaval. Segundo o prefeito, além das perseguições, havia planos visando a sua eliminação física “em momentos de confusão”. Não obstante, ao mesmo tempo José Coriolano aproveitava os ensejos para reafirmar a sua posição de ferrenho defensor do regime:

[...] sou um cidadão livre e habituado a ter idéias próprias, e, se acompanhei e acompanho a Ditadura, é porque me convenci da podridão política de meu país e só a ferro e fogo se poderá concertar um povo cujos dirigentes, na sua grande maioria, perderam o sentimento da Pátria e da dignidade pessoal.⁹

⁸ Ofício nº 44, do prefeito José Coriolano de Carvalho ao Deptº da Administração Municipal, de 1º/03/1933. Os detalhes do episódio nos foram fornecidos pela Sra. Lyriis Rocha.

⁹ Ofício nº 54, de 04/03/1933, do Prefeito José Coriolano de Carvalho ao Deptº da Administração Municipal.

De acordo com Edgard Carone, as forças políticas que se confrontaram nas urnas no dia 3 de maio se apresentaram organizadas da seguinte forma:

[...] em abril, as oligarquias reúnem suas forças e formam a chapa única eleitoral, 'Por São Paulo- Unido', idéia que parte de Rodolfo Miranda, e que englobava o Partido Democrático, o Partido Republicano Paulista, a Associação Comercial, a Federação dos Voluntários, etc. Do outro lado, individualmente, o Partido 25 de Janeiro, o Partido socialista, a Ação Integralista Brasileira, o Partido Comunista do Brasil, o Partido da Lavoura, etc. (CARONE, 1974b, p. 318)

Em Marília, desde o início de fevereiro o jornal *O Alto Cafezal*, vinha publicando apelos do chefe local do P.R.P., Luiz Miranda, concitando os marilienses a se alistarem eleitores, sendo que do requerimento de inscrição o Diretório se encarregava. Da mesma forma, os democráticos, encabeçando o Centro Cívico dos Voluntários, instalaram uma comissão encarregada de realizar a inscrição de todos os pretendentes ao título de eleitor, "sem distinção de cor política".

As eleições para a Constituinte eram vistas como uma conquista do Movimento Constitucionalista. Portanto, nada seria mais coerente do que se todos aqueles que haviam se mobilizado em torno da *causa paulista* agora usufríssem do direito de voto. Para convencer os marilienses a partirem para o *front* existira o M.M.D.C.; agora os democráticos haviam organizado o Centro Cívico dos Voluntários para congregarem no mesmo "espírito da Frente Única" todos aqueles que se haviam engajado no Movimento. As armas eram outras, mas a finalidade, a mesma.

No início de abril foi reconhecido o diretório local do Partido Socialista, do qual faziam parte o ex-perrepeista Joaquim Novaes Banitz (médico), o Cel. Azarias de Carvalho Leme (proprietário rural), Jorge Brás Gomes (farmacêutico), Guilherme Luz (mecânico, ex-presidente do Centro Operário e ex-tesoureiro da Legião Revolucionária), Horácio Ranieri

(comerciante), além de Lino Ferreira do Prado, Benício de Assis, Antônio Rasmussem e o ex-legionário Francisco Martins Junior.¹⁰

Além disso, organizou-se concomitantemente em Marília um núcleo do Partido da Lavoura, composto, segundo Moreira e Magalhães, de “alguns elementos até então apolíticos e outros do P.R.P.” (1936, p. 251). Na verdade, esse Partido - que, assim como o Partido Socialista, havia sido organizado pelos tenentistas para se contrapor à força da Chapa Única - contou, em Marília, com a adesão e simpatia de muitos fazendeiros. Aliás, a adesão de fazendeiros ao Partido da Lavoura, apoiado por Waldomiro Lima, pode ser explicada como resultado de sua política de aproximação da oligarquia visando a permanência no poder. Com esse objetivo o Interventor promovera o “financiamento e compra do excesso das safras de café de 31/ 32”, o “dilatamento das dívidas hipotecárias”, a “moratória à lavoura e resgate pelo Tesouro Nacional do bônus emitido durante a revolução” (CARONE, 1965, p. 129).

A união das oligarquias paulistas, a 12 de abril, entretanto, levou Luiz Miranda, em protesto, a exonerar-se da presidência do Diretório perrepista local. Justificando a sua atitude, declarou na ocasião que de chefe passava a simples soldado do partido Republicano Paulista; um “soldado indisciplinado mas que agiu de acordo com o que determinava a sua consciência.”¹¹ Não obstante, seu ato não significou uma ruptura com o Diretório local; ao contrário, tendo este lhe manifestado solidariedade, manteve-se fiel às suas orientações. Entre o P.R.P e o P.D., haveria, em Marília, antes uma trégua do que uma união.

As eleições para a Constituinte transcorreram calmamente em Marília, tendo votado nas três seções eleitorais, 819 eleitores.

¹⁰ Vide O Alto Cafezal, 02 abr. 1933 e MOREIRA e MGALAHÃES, 1936, p. 252.

¹¹ O Alto Cafezal, 16 abr.1933, p. 1 - 2.

A essa altura, o Município já possuía o maior colégio eleitoral da Comarca.¹²

Em todo o Estado a vitória das oligarquias componentes da Chapa Única foi esmagadora, elegendo 17 dos 22 deputados da bancada paulista. A maioria, entretanto, era perrepista. Provava-se assim a vitalidade do esquema político que a Revolução de 1930 tentara destruir.

Em 23 de maio de 1933, o Partido Socialista, que em Marília obtivera 140 votos, reconheceu o seu Conselho Consultivo local. Este era composto de nove nomes, entre os quais o do Prefeito José Coriolano.¹³

Desde que tomara posse, José Coriolano vinha se empenhando em organizar o Conselho Consultivo Municipal. Não obstante, a sua nomeação somente se concretizaria no início de junho. A escolha dos componentes do Conselho, aprovada pelo Departamento da Administração Municipal de acordo com os critérios estabelecidos pelo Código dos Interventores, recaiu sobre Abraão Farhat (o maior contribuinte do Município, em 1932), o médico Aristóteles Mauricio Ananias Garcia (indicado pelo prefeito), Cel. Azarias de Carvalho Leme (chefe local do Partido Socialista), além de Mário Nogueira que renunciou em favor do comerciante Leonel de Souza Barros. Apesar de ter se empenhado, o Prefeito não conseguiu ter no Conselho um advogado e um engenheiro, pois além de sua posição política consistir-se num embaraço, o cargo era absolutamente gratuito.

Não obstante, José Coriolano continuou tomando medidas que serviram para acirrar o descontentamento dos ocupantes do poder local. Assim é que, através do Ato nº 127, de 10 de abril, alterou a denominação de todas as ruas que possuíam nome de políticos locais. Embora o decreto que proibia

¹² Dos cinco municípios que compunham a comarca de Piratininga, o de Marília era o único a ter três seções eleitorais instaladas. O Alto Cafezal, 07 maio, 1933, p. 1.

¹³ O Alto Cafezal, 11 jun. 1933, p. 4; e 25 jun. 1933, p. 3.

dar nome de pessoas vivas às ruas datasse de dezembro de 1930, em Marília nada havia sido alterado. Justificando seu ato, assim se expressaria o Prefeito: “Marília, como toda aldeia, estava cheia de nomes de pessoas vivas. O visitante, não sabia bem a que avaliar tanta glorificação em vida e ria de nossos dirigentes.”¹⁴

Além disso, em sessão de 16 de junho de 1933, o Conselho indeferiu o pedido de isenção de impostos (predial e territorial) apresentado por Bento de Abreu; privilégio que até então conseguira manter.¹⁵

Entretanto, foi durante a sua gestão que se deu a criação da Comarca, sonho “antigo” dos marilienses, adiado pela conjuntura conturbada daqueles anos. Desde 1929 já se cogitava a sua criação e Bento de Abreu fizera naquele ano a doação do terreno destinado à construção do Fórum.

A 26 de dezembro de 1932, José Coriolano enviara ao Interventor Federal, general Waldomiro Castilho de Lima, uma representação onde apresentava as suas “três razões poderosas” que justificavam a criação da Comarca. A primeira delas, “econômica”, apresentando a evolução das arrecadações classificava Marília como sendo “o município mais rendoso de toda esta zona da Alta Paulista” e “um grande centro produtor”. A segunda razão apresentada, de ordem prática, reclamava da justiça cara e deficiente, pois, para o mariliense

ir e voltar à sede da Comarca tem de tomar o trem às 5 horas e 20 da manhã e só regressa às 9 e 40 minutos da noite, ficando apenas 8 horas, tempo insuficiente para serviços de júri e outros de justiça.

[...] o indivíduo de pequenos recursos, de toda esta vasta zona, não pode pedir o amparo da justiça, [tornando-se] um pária ou um revoltado contra a

¹⁴ Relatório do 1º Semestre de 1933, apresentado ao Departamento da Administração Municipal, a 07 de julho de 1933, pelo Prefeito José Coriolano de Carvalho, p. 20.

¹⁵ Ata da 2ª Sessão do Conselho Consultivo, em 16 de junho de 1933. Livro de atas da Câmara Municipal de Marília.

sociedade que o desampara no mais rico e adiantado Estado do Brasil.

Finalmente, a terceira razão, “política”, apontava os problemas criados pelas disputas políticas na cobiçada Marília,

eterno pomo de discórdias, a mercê de todos os apetites, [onde] casos de toda espécie, desde os de polícia até os que ameaçam a ordem social, são criados todos os dias. [...] Ninguém serve, ninguém trabalha, ninguém é digno, porque cada qual se julga no direito de ser o único capaz de governar Marília.¹⁶

Resultante do esforço conjunto do Prefeito com outros elementos influentes, o Decreto nº 5.956, criando a Comarca de Marília, constituída pelos territórios de Marília e Garça, desmembrados de Piratininga, foi assinado a 27 de junho de 1933, pelo General Waldomiro Castilho de Lima.

Contudo, graças às pressões e aos trabalhos de bastidores visando o seu afastamento, a 8 de julho José Coriolano foi exonerado. Para ocupar o cargo de prefeito foi nomeado Theodoto da Silva Nogueira, membro do Partido da Lavoura e filho do Cel. José da Silva Nogueira.

Tendo recebido a notícia de sua exoneração, José Coriolano transmitiu no mesmo dia o cargo ao contador da prefeitura, João Schwenck, declarando que não mais lhe agradava “um cargo que se disputa por meios que até os velhos partidos destituídos em nome da Revolução renovadora, sempre repeliram.”¹⁷

No dia 15 de julho, tomou posse o novo prefeito. Entretanto, o Conselho Consultivo permanecia inalterado, gerando desde o início sérios conflitos entre ambos.

Já no dia 25, em ofício ao Departamento da Administração Municipal, Theodoto Nogueira salientava a

¹⁶ Relatório do Prefeito José Coriolano de Carvalho, ao Departamento da administração Municipal, referente ao exercício de 1932, p. 19 - 22.

¹⁷ O Alto Cafezal, 16 jul.1932, p. 3 - 4.

“necessidade urgente, imperiosa e inadiável da substituição de três dos membros do referido Conselho”, por se tratarem de cidadãos escolhidos entre os melhores amigos do seu antecessor e “prosélitos entransigentes de sua doutrina governamental.”¹⁸

Entretanto, na Capital, com a vitória esmagadora da Chapa Única nas eleições de maio, a oligarquia voltara a pressionar pela substituição de Waldomiro Castilho de Lima por um paulista civil. Apesar da disposição deste em permanecer no cargo, Getúlio Vargas solicitou à Frente Única uma lista de nomes para substituí-lo. Esse fato o fez deixar o cargo precipitadamente, no dia 27 de julho.

Em seu lugar assumiu o Comandante Daltro Filho, ligado à oligarquia, que permaneceu no cargo apenas 20 dias. A 21 de agosto, Armando de Salles Oliveira, elemento de confiança do P.D., o substituiu. Segundo Carone, a sua nomeação por parte de Vargas provocou a reação dos tenentistas liderados pelo general Manoel Rabelo e de Ataliba Leonel, do P.R.P. Não obstante, Armando de Salles Oliveira se consolidaria no cargo.

Enquanto São Paulo festejava o seu novo governo paulista e civil, a política mariliense vivia o conflito entre o prefeito, do Partido da Lavoura, e o Conselho Consultivo organizado pelo seu antecessor socialista. Entretanto, a tentativa de Theodoto Nogueira de governar o Município (criando cargos, transferindo verbas, etc.) à revelia do Conselho Consultivo, e a falta de providências contra tal atitude, reclamadas ao Interventor, levaram os seus membros a pedirem demissão coletiva.

Não obstante, com a posse de Armando de Salles surgiu novamente a possibilidade de o P.D. reivindicar a queda de Theodoto Nogueira. No dia 26 de setembro, elementos do Partido da Lavoura, entre os quais nove fazendeiros, enviaram telegrama ao novo Interventor pedindo a permanência do Prefeito. Na mesma data, porém, era nomeado para o cargo o farmacêutico João Neves Camargo.

¹⁸ Ofício nº 181, do prefeito Theodoto Nogueira ao Departamento da Administração Municipal, de 25/07/1933.

Embora João Neves Camargo pertencesse ao P.D., segundo o semanário *O Alto Cafezal* prestaram-lhe apoio “todos os partidos que se bateram por São Paulo e que pondo de lado as divergências partidárias após o 9 de julho, escreveram a bela página cívica de três de maio.”¹⁹ - Muitos anos mais tarde, João Neves Camargo declararia, em depoimento que na verdade nunca levou a política partidária “a sério”. “Eu sempre me dei bem com meus adversários, inclusive com Luiz Miranda”, diria. Tendo atuado na política local desde 1929, João Neves lembraria que a sua popularidade advinha de sua profissão:

Naquele tempo, o pessoal mais importante da cidade era o farmacêutico, porque a população de Marília era muito maior na zona rural. Os lavradores eram meus fregueses, também. Eu não digo todos, mas a maioria. Eu servia até de Banco para eles. [...]. Eles vendiam o produto deles, ganhavam dinheiro e não podia ficar no sítio. Eu tinha um cofre, um cofre muito grande porque eu também precisava, e eles vinham então pedir pra guardar no meu cofre. E eu era o Banco deles.²⁰

Na verdade, os dois maiores partidos paulistas haviam entrado em processo de descaracterização e desorganização. O P.D. saiu da derrota de 1932 em profunda crise, dividido internamente e com vários de seus principais líderes exilados. O P.R.P., também dividido, sofreria um sério golpe em fevereiro de 1934, com a fundação do Partido Constitucionalista.

Os democráticos de Marília, com o seu principal líder, Joaquim de Abreu, no exílio, se mantiveram articulados em torno do Centro Cívico dos Voluntários, agremiação que se pretendia suprapartidária, mas que se prestava a alimentar os ressentimentos oriundos da derrota paulista. A nível estritamente local, Carlos de Moraes Barros, encabeçando o Centro Cívico, ia consolidando a sua liderança.

¹⁹ *O Alto Cafezal*, 08 out. 1933, p. 3.

²⁰ Depoimento de João Neves Camargo à Comissão dos Registros Históricos da Câmara Municipal de Marília.

Embora o nome de João Neves Camargo não tivesse desagradado inteiramente os perrepista, e o prova a ausência de atritos em torno de sua administração, a sua posse não representaria o fim da rivalidade entre os elementos ligados a Luiz Miranda e a Joaquim de Abreu. Este último retornaria do exílio em Portugal após a ascensão de Armando de Salles. As disputas doravante se dariam em função das próximas eleições estaduais.

A fundação do Partido Constitucionalista, a 24 de fevereiro de 1934, deveu-se, segundo Ramos, à disposição de Armando de Salles Oliveira em candidatar-se à presidência da República “e atrair, para a sua indicação, o apoio de Vargas, sob forma de reconciliação de São Paulo com o Governo Federal.” Entretanto, para tal, o interventor “precisava fortalecer suas bases políticas no próprio Estado que governava para dar impressão de um poderio eleitoral incontestado.” Assim, por ocasião de sua fundação, Armando de Salles procurou explicar que o Partido Constitucionalista não visava

substituir a legenda desgastada do Partido Democrático. Seu objetivo era mostrar que São Paulo necessitava de uma força política que fundisse o programa liberal de 30 com as reivindicações constitucionalistas de 32, “uma síntese das aspirações que as duas revoluções defenderam”, como ele mesmo afirmou. (RAMOS, 1980, p. 168)

Dessa forma, o Partido de Armando de Salles seria constituído principalmente de elementos provindos do P.D., da Federação dos Revolucionários (extintos naquela ocasião), e da Ação Nacional (ala dissidente do P.R.P.). Entre os fundadores do novo partido figuravam os ex-pedessistas Joaquim de Abreu, Paulo de Moraes Barros e Prudente de Moraes Netto.

Embora o P.R.P. tivesse sofrido um grande abalo com a transferência de vários de seus membros para o Partido Constitucionalista, a sua força continuaria bastante significativa.

Desde o final de janeiro, Luiz Miranda vinha se empenhando em reorganizar o Diretório perrepista local e os

demais da Noroeste, encarregado que fora de tal tarefa pela Comissão Diretora do Partido.

Os novos Diretório e Conselho Consultivo do P.R.P., em Marília, reconhecidos a 31 de março de 1934, possuíam em conjunto 37 membros. A presidência continuava sendo ocupada por Luiz Miranda. É interessante notar que, dentre os membros do Diretório, seis ostentavam o título de “coronel” que haviam trazido de suas localidades de origem para a *frente pioneira*. Eram eles: Cel. José da Silva Nogueira, vice-presidente; Cel. Joaquim Gomes da Siqueira Reis, secretário; Cel. Galdino Alfredo de Almeida, tesoureiro; Cel. Manoel Rodrigues da Siqueira, Cel. Azarias de Carvalho Leme (ex-socialista) e Cel. João Francisco do Val, membros. Na realidade, a sigla voltava a reunir os maiores proprietários rurais de Marília e vários elementos ligados ao comércio e às profissões liberais, em torno de Luiz Miranda.²¹

O Partido Constitucionalista, por sua vez, organizou-se em Marília em meados de março. O seu diretório provisório compunha-se de onze membros: Eurípedes Soares da Rocha, Professor Tertuliano Albergaria, César de Almeida, Dr. João Batista Marinho, Paulo de Abreu Sampaio Vidal, Carlos de Moraes Barros, Mário Berriel, Luiz de Souza Leão, José Aguiar Moraes, Teodoro Carvalho e Cid Pimentel.

Faziam parte do Conselho Consultivo do diretório local, 37 membros; entre eles Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, José Alfredo de Almeida, João Neves Camargo e José da Cunha Júnior. Desta forma, encontramos entre os seus membros elementos provindos dos extintos partidos Democrático e Socialista, do P.R.P. e, principalmente, do Centro Cívico dos Voluntários.²² Deste último, o Partido Constitucionalista herdou, inclusive, a ala feminina.

A vida político-partidária em Marília, nesse período, resumiu-se na organização desses dois partidos que aglutinaram

²¹ O Alto Cafezal, 04 mar. 1934, p. 4; e 15 abr. 1932, p. 3.

²² O Alto Cafezal, 25 mar. 1934, p. 4.

os militantes locais em torno de seus “antigos” líderes (os Sampaio Vidal e Luiz Miranda).

Os Sampaio Vidal, antes atuando em partidos rivais, se apresentavam unidos sob a sigla do Partido Constitucionalista, da situação. Do outro lado, Luiz Miranda, Cel. Galdino de Almeida e José da Silva Nogueira, fiéis ao velho P.R.P., lideravam a oposição. As presenças de José Alfredo de Almeida, César de Almeida e Cunha Júnior, no Partido Constitucionalista, entretanto, demonstra uma divisão na família Almeida.

Resolvido pela Constituinte a realização de eleição indireta para presidente da República no primeiro período presidencial de vigência da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito um dia após a sua promulgação, com 175 votos. O candidato da extinta Chapa Única, Borges de Medeiros, obteve apenas 59. Além disso, a Constituinte, tendo se transformado em Assembléia Ordinária (Câmara de Deputados e Senado) - ato que caracterizou um golpe, já que a legislação vigente determinava a sua dissolução após a promulgação da Constituição -, aprovou a realização de eleições para compor a Câmara Federal e as Assembléias Constituintes Estaduais. Uma vez instaladas, estas últimas deveriam eleger os governadores e os representantes dos Estados no Senado Federal, além de elaborar, no prazo máximo de quatro meses, as respectivas constituições, transformando-se então em Assembléias Ordinárias.

Marcadas as eleições para o dia 14 de outubro, acirrou-se em Marília a disputa entre os partidos pelo cadastramento de eleitores. Desta forma podiam eles estimar o número de votos que poderiam obter, uma vez que o cadastramento significava, pelo menos em tese, um compromisso do eleitor para com a legenda que o havia inscrito. Em julho, o Partido Constitucionalista anunciava que Marília em peso lhe aderira e que o número de seus eleitores já atingia a aproximadamente 2.500. Protestando contra tal número, o P.R.P. respondia que o total de eleitores do Município era de apenas 1.091 e que a metade dele era seu, pois “o P.R.P. local continua sendo [...] o

reduto formidável do glorioso partido, em cujas muralhas a arremetida peceista encontrará sempre a resistência necessária, até o seu esmagamento completo.”²³ Entretanto, encerrada no início de setembro a qualificação eleitoral, verificou-se que o Município possuía 3.866 eleitores.²⁴

Por outro lado, desde o episódio do Movimento Constitucionalista, Carlos de Moraes Barros ganhara notoriedade na política local e se firmava como líder. Com a posse de Armando de Salles Oliveira e a fundação do Partido Constitucionalista, de cuja cúpula faziam parte membros de sua família e homens como Joaquim e Bento de Abreu, abriu-se o caminho para a sua ascensão.

Desta forma, no dia 10 de setembro Carlos de Moraes Barros deixou seu posto no diretório local do Partido Constitucionalista para assumir a Secretaria de Governo de Armando Salles. Além disso, seu nome passou a integrar a chapa de candidatos a deputado à Constituinte Estadual.

Ao aproximar-se o dia das eleições, realizaram-se em Marília as concentrações de ambos os partidos. O P.R.P. compareceu com sua “Caravana Cívica” composta pelo Cel. Palimério Resende, Rafael Sampaio Correa, Cirilo Júnior e Luiz Miranda. Os caravanistas do Partido Constitucionalista, por sua vez, eram velhos conhecidos da população local: Carlos de Moraes Barros, Paulo e Bento de Abreu. Todos disputavam palmo a palmo, em cada estação, os votos da Alta Paulista.

Realizadas na data prevista, as eleições em Marília transcorreram sem incidentes graves. Os resultados em todo o Estado demonstraram o predomínio do Partido Armandista (219.471 votos), e a força considerável do P.R.P. (160.709 votos) (RAMOS, 1980, p. 171).

Para os líderes peceistas locais, os resultados não podiam ser melhores: entre os 34 deputados estaduais eleitos

²³ O Alto Cafezal, 15 jul. 1934, p. 3.

²⁴ O Alto Cafezal, 02 set. 1934, p. 2.

pelo Partido Constitucionalista, estavam Bento de Abreu e Carlos de Moraes Barros. Para a Câmara Federal, Joaquim de Abreu figurava entre os 22 eleitos pela mesma sigla.

Em suma, desde a instalação do Município e depois de atravessar um período profundamente conturbado visando romper com a estrutura política vigente, a política local, na sua essência, pouco se modificara. Apesar da emergência de um número maior de participantes do processo político com o crescimento do eleitorado local, graças, inclusive, à conquista do direito do voto feminino, a história parecia ter caminhado em círculo.

Ocupando a presidência dos diretórios políticos ou compondo seus conselhos consultivos, membros proeminentes da oligarquia paulista voltavam a comandar diretamente a política local, depois dos conturbados interregnos tenentistas. A rivalidade entre os Sampaio Vidal e os Miranda, antes significando a existência de facções no interior do Partido Dominante, agora passara a ter um caráter de disputa interpartidária.

A ascensão de um líder local, como Carlos de Moraes Barros, apenas confirma o crescimento da influência de um elemento pertencente à outra família tradicional na política paulista e também proprietária no Município (os Moraes de Barros), cujos membros compunham a cúpula do novo partido dominante.

Com a mesma disposição que esta parcela da oligarquia paulista se lançara na exploração econômica das terras virgens do Município, o fazia com relação ao controle da política local; condição fundamental para a sua permanência no poder ou para a ascensão da nova geração.

A ocupação do Executivo local, extremamente dependente do Departamento da Administração Municipal, permanecera refletindo principalmente os resultados momentâneos das lutas travadas na Capital entre tenentistas e grupos oligárquicos, aos quais pertenciam os líderes que

controlavam os diretórios políticos locais. Por isso, extremamente instável, tal cargo mudou de mãos constantemente, e por longos períodos seus ocupantes prescindiram da nomeação do Conselho Consultivo Municipal.²⁵

²⁵ Apesar de João Neves Camargo ter assumido o Executivo em 1933, o Conselho Consultivo foi nomeado somente a 24 de setembro do ano seguinte e instalado a 3 de outubro. Dele faziam parte Cunha Junior, Octaviano Gomide Júnior, Mecenas Bueno, Demétrio Fioravante e Theodoro Pereira de Carvalho. Conf. Ata da posse do Conselho Consultivo, em 03/10/1934 (Livro de Atas da Câmara Municipal de Marília).

DE 1935 AO ADVENTO DO ESTADO NOVO

O resultado das eleições de outubro havia sido francamente favorável à maioria situacionista dos Estados. De acordo com Carone,

a frente comum formada pelas forças situacionistas na Câmara Federal representa a maioria esmagadora e, contra ela, só se apresenta a Minoria Parlamentar. A oposição, ou as oposições, segundo as circunstâncias, existem e se organizam contra o governo, mas a sua ação é limitada pela pequena representatividade [...]. (1974b, p. 330)

Essa situação seria extremamente útil aos propósitos do Governo Federal, numa conjuntura em que se verificava um agravamento das tensões sociais.

A intranquilidade é fruto das condições do país, da alta do custo de vida e da inflação, das reivindicações das classes operária e média e de todo o movimento ligado à vida política do país, em que se enquadram as lutas das oligarquias até a nascente Aliança Nacional Libertadora. (CARONE, 1974b, p. 331)

Nesse contexto assistiu-se a reação do Governo Federal e a cumplicidade dos grupos dirigentes estaduais que, no intuito de reprimirem as inquietações, transformar-se-iam no instrumento que haveria de destroçar a recém-promulgada Constituição. Os expoentes do Partido Constitucionalista, seus parlamentares, o Ministro da Justiça Vicente Rao e Armando de Salles Oliveira, seriam autores e defensores de medidas que acabariam servindo ao propósito continuista de Vargas, levando

fatalmente ao Golpe de 1937, instaurador do regime discricionário conhecido como Estado Novo.

O primeiro passo nesse sentido foi a promulgação, a 14 de abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, definindo os crimes contra a ordem política e social. A razão alegada para a existência de tal Lei, era o combate ao extremismo; o alvo principal era o movimento operário, organizado sobretudo através do Partido Comunista Brasileiro - P.C.B. - e dos movimentos anarquista e trotskista, além “dos grupos mais liberais e oposicionistas da pequena burguesia e da própria burguesia” (CARONE, 1974b, p. 334).

Enquanto os grupos dirigentes procuravam assegurar-se desferindo, sob forte protesto dos atingidos, o primeiro golpe contra as franquias democráticas reconquistadas, surgia a Aliança Nacional Libertadora (março de 1935). Representando “uma frente única dos partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apartidário”, a A.N.L. se organizou e se expandiu nacionalmente com grande rapidez: são “mais de 1600 núcleos e inscrições diárias de 3 mil elementos pagantes, somente em maio.” O programa da A.N.L. defendia, entre outros pontos, o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras, a liberdade de manifestação, o fim dos latifúndios, a pequena e média propriedade, a criação de amplo mercado interno, a expansão de indústrias básicas, as garantias e liberdades constitucionais, jornada de trabalho de oito horas, aposentadoria, a garantia do salário mínimo; enfim, a constituição de “um governo popular revolucionário e antiimperialista” (CARONE, 1965, p. 140 -142).

A partir de então, recrudesceram-se os choques entre a A.N.L. e a Ação Integralista Brasileira - A.I.B. -, sua principal antagonista; também organizada nacionalmente desde outubro de 1932.

Impondo um uniforme, estruturando uma mística sentimental de superfície, um mundo a defender no lema “Deus, Pátria e Família”, criando um distintivo

com o sigma simbólico, imitando e capitalizando as vitórias do Nazi-fascismo, o integralismo [inaugura] a violência direitista, procurando em vão conquistar a burguesia com mostras servis de guardião da sociedade na luta anticomunista. (CARONE, 1965, p. 137)

Campos, Petrópolis e Bauru foram palcos de sangrentas lutas.

No dia 5 de julho, o presidente de honra da A.N.L., Luiz Carlos Prestes, proferiu um violento discurso concitando as massas a tomarem a direção do movimento revolucionário, o que resultou na lacração de sua sede, sob a acusação de atitude subversiva da ordem política e social. A apresentação de um dossiê denunciando o movimento como organizado e financiado pelo comunismo internacional, feita pelo chefe de polícia do Distrito Federal ao Ministro Vicente Rao, resultou no fechamento da A.N.L. Ao mesmo tempo intensificou-se a onda de repressão e prisões em todo o país.

Posta na clandestinidade, aos poucos os elementos de tendência moderada se afastam da agremiação, abrindo espaço para o domínio dos comunistas. Planejou-se então um levante armado, coordenado por Prestes e auxiliado por membros estrangeiros da Internacional Comunista.

Deflagrado nos dias 23, 25 e 27 de novembro, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente, o levante fracassou; pois havia sido planejado em cima de uma avaliação equivocada da situação, baseada em informações que superestimavam as suas possibilidades reais de sucesso.

Não obstante, toda essa situação se prestaria a semear o pânico entre parte dos grupos dirigentes, e Vargas dela se aproveitaria habilmente para fortalecer-se. O primeiro passo foi a aprovação, pelo Congresso, do Estado de Sítio, por 30 dias, em todo o território nacional.

A repressão e as prisões podem ser feitas agora, de maneira contínua e segundo os interesses mais escusos das oligarquias, o que a leva a prender indiscri-

minadamente comunistas, socialistas, liberais e outros. Os sindicatos são varejados, os operários são presos e somem, o número de mortos aumentam (sic), tudo é feito brutalmente, sob orientação de Felinto Muller, chefe de polícia, e com o consentimento de Getúlio Vargas, do Exército, das bancadas de São Paulo, etc. (CARONE, 1974b, p. 343)

Antes de expirar o prazo, porém, a pedido do governo o estado de sítio foi não apenas prorrogado por mais 90 dias, como também equiparado ao estado de guerra. A partir de então os pedidos de prorrogação tornaram-se constantes, sempre justificados pela necessidade de combate ao comunismo.¹

Conforme vimos, nessa época Marília já encontrara na cotonicultura uma nova fonte de riqueza, responsável, ao lado do café, pelo desencadeamento de um admirável surto de desenvolvimento econômico e de crescimento urbano.

Com a expansão da fronteira agrícola, surgiram dentro e fora dos limites do Município, diversos núcleos urbanos. À espera dos trilhos, encontravam-se ao longo do traçado da Companhia Paulista, os núcleos de Padre Nóbrega, Oriente, Pompéia, Paulópolis, Quintana, Santana, Tupã, Universo e São Luiz. Assim, Marília perdia rapidamente o *status* de ponta de trilhos que tanto havia contribuído para o seu crescimento. Os trilhos da Companhia Paulista avançavam: em fevereiro de 1935 era inaugurado o trecho Marília-Pompéia. Mesmo assim, devido à grande extensão territorial que o Município passara a ter desde 1933, com a anexação do distrito de Varpa, o escoamento de parte das safras agrícolas ainda era feito através da Estrada de Ferro Sorocabana, na estação de Rancharia.

No que se refere à política partidária, enquanto os Sampaio Vidal e Luiz Miranda disputavam o voto do eleitorado local, controlando os diretórios dos partidos Constitucionalista

¹ Além dos Comunistas, são vítimas da repressão elementos do exército, alguns liberais e a Minoria Parlamentar oposicionista que teve suspensa a sua imunidade parlamentar. Ver CARONE, E. *A República Nova*, p. 342 - 350.

e Republicano Paulista, respectivamente, novos partidos, que de resto já se digladiavam no cenário nacional, iam sendo organizados.

Em dezembro de 1934, a organização do núcleo da Ação Integralista Brasileira se concretizou em torno de um “antigo camisa verde do núcleo do Rio de Janeiro e ex-chefe regional da Alta Araraquarense”, Dr. Ribeiro Pereira. No dia 29 do referido mês, deu-se a inauguração da sede municipal da A.I.B, ocasião em que foram designados os secretários dos seus vários departamentos: Dr. Gabriel Seixas, Dr. Pio de Almeida, Dr. Castro Júnior, Dr. João Zaninoto e Horácio Ranieri. Segundo informava *O Alto Cafezal*, naquela data havia 114 integralistas inscritos. Entretanto, a chefia municipal contava com a possibilidade de triplicar aquele número dentro de um mês. Na verdade, a fundação de tal núcleo resultara de um esforço empreendido pela cúpula da A.I.B., visando à rápida expansão do integralismo em todo o país. A intenção, segundo o referido jornal, era fazer ultrapassar de meio milhão o número de integralistas ainda no primeiro semestre de 1935. Informava ainda o jornal que,

em São Paulo, no Rio e nas demais capitais estaduais, os fazendeiros, os industriais e proprietários em geral estão arregimentando com o fim objetivo de dotar o Integralismo de meios financeiros suficientes ao seu rápido desenvolvimento contra a malsinada onda comunista, regiamente custeada pelos cofres russos, em constante ameaça à integridade da Família, aos sentimentos religiosos e a garantia de propriedade dos brasileiros.²

O núcleo integralista de Marília, a exemplo do que ocorria a nível nacional, agia com ampla liberdade em suas atividades doutrinárias e na administração de instrução militar aos correligionários.

Em setembro de 1935, os integralistas de Marília realizaram um chá dançante no Líder Hotel, com a presença de

² O Alto Cafezal, 29 dez. 1934, p. 3.

representantes dos núcleos de Araraquara, Matão, Vera Cruz e Tupã. Segundo *O Alto Cafezal*, o objetivo era comemorar “o intenso trabalho desenvolvido pelo núcleo local no seu primeiro ano de vida e o seu grande desenvolvimento atual.” Entre os expoentes locais registrava-se as presenças de Elias Gadia, Armando Silva, João Batista Meiller e Alberto Guimarães. Segundo o referido Semanário, na ocasião compareceram mais de duzentos camisas verdes e elevado número de simpatizantes. “O salão do ‘Líder Hotel’ ficou completamente repleto, tudo correndo dentro da máxima ordem e entusiasmo.”³

A partir de maio de 1935, o núcleo integralista local passou a editar o semanário *O Despertar*. Infelizmente nenhum número do jornal foi conservado.

Quanto à ação de seus ferrenhos antagonistas, nesse ambiente aparentemente tão receptivo à doutrina fascista de Plínio Salgado, pouca coisa foi possível se obter a respeito. A preocupação com a organização operária e com os “tentáculos do comunismo” se manifestara bastante cedo em Marília. Em maio de 1929 fora fundada a *Liga Operária Alto Cafezal e Marília*. Seus fundadores eram: Júlio Victor dos Anjos, construtor; Êzio Banzato, construtor e proprietário de carpintaria; Luiz Franceschini, comerciante, ex-revoltoso de 1924 - tendo se exilado na Argentina até 1929- e fundador da União operária de Duartina; Umberto João Foschini, construtor; Rafael Serralvo, professor leigo; além de Antônio Rasmussem, Mário Spineli, Dimas Pinto Fonseca e Belarmino Alves (MOREIRA; MAGALHÃES, 1936, p. 78).

Em agosto de 1929 a Liga Operária resolvera aderir à Conferência Sindical Regional e à Confederação Geral do Trabalho. Criada em 1919, em meio ao calor da greve dos trabalhadores gráficos que ocorria na Capital, a C.G.T. consistia numa tentativa de se consolidar “o esqueleto de uma estrutura organizativa” que permitisse ao PCB obter o controle do movimento sindical, disputado aos anarquistas (MUNAKATA, 1981, p.60).

³ O Alto Cafezal, 29 set. 1935, p. 4.

Enquanto isso, os “melhores expoentes sociais” de Marília organizavam a União Laboriosa Santos Dumont, cuja proposta era a de promover a harmonia entre capital e trabalho.⁴ Entre seus organizadores estavam o Cel. Rodolpho Negreiros e o redator-gerente do *O Alto Cafezal*, Francisco Pereira de M. Junior.

Fracassada a organização da União Laboriosa, em abril de 1930 os partidários da harmonia entre capital e trabalho fundaram a Sociedade Beneficente União dos Pedreiros. A entidade, encabeçada pelo advogado e redator do *O Alto Cafezal*, Honório D’Ávila, e incentivada pelos perrepistas, objetivava promover “a união da classe para estabelecer a fixação de salários e criação de uma caixa beneficente”, além de concitar a categoria “a organizar-se e manter-se dentro da lei e da ordem.”⁵ Não obstante, somente a Liga Operária subsistiu; graças, talvez, às atividades recreativas, beneficentes e instrutivas que, aliás, com a mudança de diretoria se tornaram exclusivas em detrimento dos “Ciclos de Conferências Sociais” que visavam despertar entre seus filiados o interesse pelas questões políticas e sociais.⁶

Em 1930 a Liga Operária havia aberto uma escola subvencionada pela prefeitura, mantendo três classes: masculina, feminina e noturna para adultos. No mesmo ano, a 15 de novembro, a referida Liga transformou-se em Centro Operário e, a partir de então, a ele caberia, de certa forma, a tarefa de promover a “harmonia entre capital e trabalho”. Em janeiro de 1936 a diretoria do Centro Operário resolveu “que se oficiasse às autoridades locais congratulando-se com a ação contra o

⁴ *O Alto Cafezal*, 30 jun. 1929, p. 4, e 12 jan. 1930, p. 3. Sobre a U. L. Santos Dumont, ver *O Alto Cafezal* de 01 maio 1929, p. 1; e 16 jun. 1929, p. 4.

⁵ *O Alto Cafezal*, 13 abr. 1930, p. 4.

⁶ No início, além da parte instrutiva a Liga desenvolvia “ciclos de conferências sociais”, objetivando a discussão das leis trabalhistas e temas como “a limitação voluntária da natalidade entre os proletários, como meio de melhora das condições econômicas, físicas e moraes da classe e da raça, e como arma de combate pacífico a opressão e a intransigência da alta burguesia”. *O Alto Cafezal*, 18 ago. 1929, p. 3.

comunismo e pela ação decisiva como debelou o governo o surto extremista em nosso país.”⁷ Em maio daquele ano, assumia uma nova diretoria, tendo como presidente honorário Bento de Abreu. O presidente e o secretário eram os integralistas Pio de Almeida e Elias Gadia, respectivamente.⁸

No início de 1930, noticiando a prisão em Ribeirão Preto de Minervino de Oliveira, intendente carioca e candidato à presidência da República pelo BOC - Bloco Operário e Camponês -, o semanário *O Alto Cafezal* alertara a comunidade mariliense sobre os perigos da expansão dos tentáculos do comunismo pelo interior.⁹ Esse fato relacionava-se, certamente, com a preocupação manifestada pelos “melhores expoentes sociais” de Marília em organizar associações operárias que mantivessem os trabalhadores dentro da lei e da ordem. Em outras palavras, disciplinar a mão-de-obra livrando-a da influência anarquista ou comunista, já era uma seria preocupação na cidade pioneira.

Quanto aos comunistas, devido à clandestinidade a que foram submetidos, à repressão e à censura, quase nada foi possível saber sobre as suas atuações em Marília. Na edição de 31 de julho de 1932, *O Alto Cafezal* trouxe uma matéria carregada de pontos de exclamação, exortando os trabalhadores a repudiarem veementemente “uma turma de miseráveis” que, “aproveitando-se dessa grave situação em que a nossa querida pátria atravessa, percorre São Paulo e outros Estados da União, pregando as mais estúpidas e absurdas seitas.”

Referindo-se aos agitadores como “indivíduos das mais ínfimas classes, expulsos de suas terras por vagabundos de profissão, por indesejáveis perniciosos, por anarquistas perigosos” e que “por infelicidade do Brasil aqui aportaram continuando ousadamente a propaganda anárquica para a

⁷ O Alto Cafezal, 19 jan. 1936, p. 3.

⁸ Ibidem, 03 maio 1936, p. 3.

⁹ Ibidem, 19 jan. 1930, p.1.

dissolução da sociedade”, o jornal pedia aos marilienses que enxotassem de suas portas

essas víboras danosas, como a um cão leproso, [pois] são mais nocivos a nós, do que as feras bravias dos nossos sertões. [...]. Vejamos o triste exemplo que nos oferece a infeliz Rússia, dominada e escravizada por esta horda infame que arrancou dos proprietários o domínio de suas terras e de suas propriedades!!¹⁰

Dos comunistas marilienses encontramos alguma informação apenas sobre o médico João de Araújo Lopes. Segundo Moreira & Magalhães, Lopes

era um homem inteligente, defendia com calor e profusão de argumentos, as suas idéias políticas, pois tinha-as no coração. Não fugia. Certo ou errado tinha convicções pelas quais se sacrificava [...] Mais de uma vez, foi detido, obrigado a deixar o lar por longos períodos. Nada o demovia de seus ideais.¹¹

Sobre movimentos reivindicatórios de trabalhadores, existe o registro de uma greve ocorrida a 15 de agosto de 1933. Em telegrama enviado ao diretor do Departamento da Administração Municipal, o delegado de polícia comunicava que havia conseguido dispersar um grupo de 200 homens que percorria pacificamente as ruas reivindicando “*direito oito horas de trabalho com direito salários correntes.*”¹²

No início de junho de 1935 organizou-se em Marília um núcleo da Aliança Nacional Libertadora. Entretanto, a conjuntura passaria a ser extremamente adversa para os seus adeptos. Conforme abordamos, em julho a A.N.L. teve a sede lacrada, e a onda de repressão e de prisões foi intensificada em todo o país. Desta forma, a primeira tentativa de organização formal dos comunistas em Marília, teve curta duração.

¹⁰ O Alto Cafezal, 31 jul. 1932, p. 4.

¹¹ MOREIRA, B.de G. Minhas memórias sobre Marília. *Correio de Marília*, dez. 1977, p. s/n. Encarte especial.

¹² Documento sem catalogação.

Enquanto isso, no dia 08 de abril de 1935, o Partido Constitucionalista local festejava a instalação da Assembléia Estadual Constituinte, da qual faziam parte Bento de Abreu e Carlos de Moraes Barros. Dois dias depois, haveria para o Partido um novo motivo para comemoração: Armando de Salles Oliveira foi eleito governador do Estado pela Assembléia Constituinte, com 36 votos, contra 22 dados ao seu opositor perrepeista Altino Arantes (RAMOS, 1980, p.173).

Na Assembléia Constituinte, a participação de Bento de Abreu destacar-se-ia pela defesa da autonomia municipal, cercada pelo anteprojeto da Constituição. O Artigo 59, que tratava da organização municipal, estipulava que nenhum orçamento, abertura de crédito suplementar ou extraordinário, ou operação de crédito, se reputaria ultimado sem a aprovação do Órgão de Assistência e Fiscalização. Discursando contra a imposição de uma “tutela fiscalizadora dos atos da municipalidade por parte do Poder Executivo, exercida por essa monstruosidade em período constitucional que seria o Departamento da Administração Municipal”, Bento de Abreu propunha a ampla autonomia.¹³ Todavia, apesar da aprovação da Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 2.484 de 16/12/35) ter significado a recuperação da autonomia municipal, esta seria limitada pela ressurreição do Departamento da Administração Municipal com a nova denominação de Departamento das Municipalidades. A sua finalidade era fiscalizar as finanças dos municípios e prestar-lhes assistência técnica, quando solicitada (ABREU, 1972, p. 252).

Desde maio a preocupação dos políticos locais se voltara para as eleições municipais marcadas para 15 de março de 1936. Em Marília se daria a primeira disputa pelo poder entre as forças políticas organizadas em partidos distintos (P.R.P., P.C. e A.I.B.) e através do voto secreto.

¹³ Discurso pronunciado em sessão da Assembléia Constituinte de São Paulo, de 03 de junho de 1935. VIDAL, B. de A. *Discursos*. Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1947. v.1, p. 27 - 28.

De acordo com a nova Lei Orgânica dos Municípios, Marília deveria eleger treze vereadores. O prefeito, por sua vez, seria eleito de forma indireta pela Câmara, por maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio. Caso nenhum dos sufragados a obtivesse, o seria por maioria relativa em segundo escrutínio e considerar-se-ia eleito o mais velho em caso de empate.¹⁴

A escolha do prefeito poderia ser feita dentre o número de vereadores ou fora dele. Caso a escolha recaísse sobre um vereador, assumiria o seu lugar na Câmara o respectivo suplente. Os mandatos dos vereadores e do prefeito foram estipulados em quatro anos. Ficava vedada a reeleição do prefeito, e o cargo de vereador não seria remunerado.¹⁵

Com os olhos certamente voltados para a eleição presidencial que deveria realizar-se a 3 de janeiro de 1938, Armando de Salles procurou ampliar as bases do Partido Constitucionalista, empenhando-se pessoalmente nas eleições municipais. Segundo Ramos, “a máquina oficial entrou em ação com o mesmo vigor dos tempos do perreatismo” (1980, p. 173). Em consequência, a 13 de outubro, Marília recebia a visita do Governador do Estado, acompanhado de secretários e dos correligionários Bento e Joaquim de Abreu.

O jornal *O Alto Cafezal* – cujo proprietário era pré-candidato - lançara desde cedo uma campanha contra a imposição de nomes pelos diretórios. Passou a defender, entretanto, a idéia de que o critério ideal para compor as chapas seria o da “antiguidade”. Para o jornal,

quem sofreu a hostilidade do sertão, quando isso era sertão e soube afrontar os primeiros tempos de vila, pode muito bem governa-la. Hoje que a cidade está feita e oferece comodidades, não venham os

¹⁴ Título 2º, Secção I, art. 5º, ¶ 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Marília; adaptado do anteprojeto elaborado pelo Deptº. da Administração Municipal e promulgado a 13/07/1936.

¹⁵ *Ibidem*, título 2º, secção I, art. 4º, ¶ 6º; Secção VI, art. 29 ¶ único e cap. II, art. 145.

marilienses de última hora, que só se estabelecem em terras onde podem viver em confortáveis residências, cercados de conforto, arvorar-se em donos, em possuidores, em guias!..¹⁶

Além disso, na sua opinião as eleições municipais se revestiam de um caráter especial, pois nas

federais e estaduais, poucos conhecem os figurões cujos nomes alongam as listas. Nos municípios não. O doutor Fulano ou o Cel. Sicrano, são pessoas da terra, conhecidos em sua maneira de pensar, de agir, de trajar; em suas virtudes e seus vícios.¹⁷

Em outras palavras, se nas eleições estaduais e federais o eleitor, por desconhecer os candidatos, votava de acordo com as indicações dos chefes locais, nas eleições municipais, ao contrário, com a instituição do voto secreto a composição de chapas com nomes conhecidos e de prestígio tornara-se fundamental. De outra forma, afirmava o semanário, nada garantiria do eleitor a “disciplina partidária”.

Embora acreditasse haver maior liberdade de escolha, o semanário não menosprezava a capacidade de manipulação do voto por parte dos partidos, pois “..., a encenação é a mesma de sempre: programas, promessas de empregos, retumbâncias cívicas...” E boa parte do eleitorado deixaria se embair, pois “é composta de gente inculta que não mede as conseqüências de seu voto, quase sempre gente da roça. É gente que, mesmo com o voto secreto continua ainda na infância cívica. Vota na cédula que lhe dão.”¹⁸

O Município de Marília tornara-se um dos mais ricos do Estado. Ao divulgar através da imprensa local a lista de candidatos e o manifesto-programa, o P.R.P. demonstrava não ser gratuito o “ciúme” que a candidatura de “marilienses de última hora” despertava. Segundo o manifesto, os dirigentes do

¹⁶ O Alto Cafezal, 08 dez. 1935, p. 1.

¹⁷ O Alto Cafezal, 15 dez. 1935, p. 1.

¹⁸ O Alto Cafezal, 15 mar. 1936, p. 1.

“glorioso e tradicional partido” apresentavam nomes que representavam

uma verdadeira garantia para o povo de Marília, e guardas da fabulosa arrecadação orçada em mil e quatrocentos contos de réis, arrecadação que equiparou o município à mesma categoria dos municípios de Santos, Campinas, Ribeirão Preto e alguns outros, não obstante ser de criação recente.¹⁹

Na verdade, o P.R.P. abrigava a maioria dos candidatos “antigos”. Note-se, porém, que o rápido crescimento urbano trouxera dezenas de novos postulantes ao poder local, que lhe ameaçavam a reconquista da liderança, possibilitada pelo retorno do país ao regime constitucional. Além do mais, havia um grande número de eleitores recentemente provindos de diversas zonas, para os quais o critério “antiguidade” pouco poderia significar.

Refletindo sobretudo o crescimento demográfico da região, encerrada a qualificação eleitoral, o total de eleitores da Comarca atingira, em janeiro de 1936, a 7.618. Destes, 6.920 pertenciam ao Município de Marília.²⁰ Em relação à qualificação anterior (setembro de 1934), o número de eleitores de Marília havia aumentado em 79%, ou seja, de 3.054 novos qualificados.

Dos treze candidatos apresentados pelo P.R.P., sete eram proprietários rurais: Luiz Miranda, Cel. Azarias de Carvalho Leme, Francisco Pinheiro da Silveira, Major Aleixo da Silva Passos Junior, Manoel Rodrigues da Silva Siqueira, Prudêncio Walter Porto, Norberto Ferraz de Matos. Os demais eram o farmacêutico Lima e Costa, os comerciantes Aristides Pinto Bueno e Sotero de Camargo Barbosa, os médicos Otávio Pinto Ferraz e Aristóteles Ananias Garcia; além do proprietário do *O Alto Cafezal*, Alcides Lages Magalhães.²¹

¹⁹ O Alto Cafezal, 15 mar. 1936.

²⁰ Conf. O Alto Cafezal, 19 jan. 1936, p. 2.

²¹ O Alto Cafezal, 08 m mar. 1936, p.1.

A chapa do Partido Constitucionalista, por sua vez, reunia um número maior de elementos ligados às atividades urbanas. Eram eles: os médicos João Batista Marinho e José da Cunha Junior; os comerciantes Sílvio Marinho, Miguel Granito Neto e José Batista de Freitas; o advogado José Guimarães Toni; o farmacêutico e prefeito nomeado João Neves Camargo; os industriais Teodoro Pereira de Carvalho e Mário Berriel; o ex-prefeito Eurípedes Soares da Rocha e os proprietários rurais Lauro Spielmann e José Nogueira da Silva Júnior.²²

Embora não tenham sido publicados, os nomes que concorriam pela A.I.B. eram certamente bem menos expressivos, a julgar pelos seus expoentes (Dr. Ribeiro Pereira, Pio de Almeida, João Zaninoto, etc.). A campanha da A.I.B. culminou com a vinda da Caravana Integralista à Marília, composta pelos deputados João Carlos Fairbanks, Miguel Reale e Almeida Salles.²³

Expressas nos semanários locais, as expectativas em relação às eleições eram grandes; significavam a volta do Município a sua autonomia política, depois de mais de cinco anos de governos discricionários e tutela administrativa.

Realizadas na data prevista, as eleições municipais tiveram a apuração encerrada 15 dias depois.²⁴ Dos 4.445 votos apurados, 2.588 foram dados aos candidatos do Partido Constitucionalista (58,23%), 1.650 aos do P.R.P. (37,12%) e 207 ao da A.I.B. (4,65%).

Com isso, o Partido Constitucionalista passava a contar com oito vereadores: Dr. Cunha Júnior (503 votos), Eurípedes Soares da Rocha (355 votos), João Neves Camargo (351 votos), Miguel Granito Neto (328 votos), Teodoro Pereira de Carvalho

²² *Ibidem*, p. 2.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Para as eleições, o Município foi dividido em 26 seções eleitorais, sendo 17 na sede e 9 nos distritos de Avencas (1), Padre Nóbrega (1), Bastos (1), Oriente (1), Novos Cravinhos (1), Lácio (1) e Pompéia (3). Conf. O Alto Cafezal, 23 fev. 1936, p. 3.

(217 votos), Dr. João Batista Marinho (205 votos), Alonso de Carvalho Braga (153 votos) e Mário Berriel (126 votos).

O P.R.P., por sua vez, elegeu os cinco vereadores restantes: Luiz Miranda (564 votos), Francisco Pinheiro da Silveira (191 votos), Manoel R. da Silva Siqueira (157 votos), Aristóteles Garcia (154 votos) e Lima e Costa (123 votos).

A A.I.B. não conseguiu eleger nenhum vereador, apesar de os integralistas terem descarregado os votos no chefe Dr. Ribeiro Pereira. Este recebeu todos os 207 votos dados ao partido.²⁵

No dia 29 de julho foi instalada a Câmara eleita, ocasião em que se realizou a escolha do prefeito em escrutínio secreto. Constituindo a maioria, o Partido Constitucionalista reconduziu ao cargo o farmacêutico João Neves Camargo, eleito em segundo escrutínio por maioria relativa de votos. Cunha Júnior recebeu um voto e, Aristides Pinto Bueno, candidato a vereador derrotado nas urnas, recebeu os cinco votos da bancada perrepista.²⁶

Com a eleição do vereador João Neves Camargo para o cargo de prefeito, assumiria o seu lugar na Câmara o suplente José Batista de Freitas. Desta forma o Partido Constitucionalista conseguia ampliar ainda mais a vantagem; passava a possuir domínio absoluto com seus oito vereadores mais o prefeito, contra cinco vereadores perrepista.

Se por um lado a política local parecia entrar numa fase de estabilidade, por outro, a nível nacional a situação se agravava. Afinal, a vigência da Lei de Segurança Nacional e o estado de guerra anulavam os preceitos democráticos fundamentais da nova Carta. Não obstante, os preparativos para

²⁵ Os resultados eleitorais foram publicados no semanário O Alto Cafezal, de 05 maio 1936, p. 4.

²⁶ Ata da instalação da Câmara Municipal, eleição e posse do respectivo Prefeito Municipal, em 29/06/1936 (Livro de atas da Câmara Municipal).

a eleição presidencial seguiam curso normal. Em 1937, três nomes seriam lançados à sucessão presidencial:

José Américo de Almeida, apontado pelas forças situacionistas dos Estados, exceto São Paulo e Rio Grande do Sul, articulada pelo governador de Minas, Benedito Valadares; Armando de Salles Oliveira, apoiado pelos partidos que exerciam o poder em São Paulo e Rio Grande do Sul e por todas as correntes oposicionistas dos demais Estados, reunidos em torno da legenda da União Democrática Brasileira, e, finalmente, Plínio Salgado, da Ação Integralista, cuja plataforma era o extermínio de quem se opusesse à sua projetada nazificação política do país. (RAMOS, 1980, p. 185)

Na verdade, o nome de José Américo surgira das articulações de Vargas e em reação à candidatura Armando de Salles, “para contrabalançar o domínio absorvente de São Paulo” (CARONE, 1974b, p. 357). Entretanto, os verdadeiros propósitos de Vargas aos poucos iam se revelando, fazendo vislumbrar o golpe fatal que impediria a realização da eleição presidencial. “Na medida em que a força da candidatura de Salles de Oliveira crescia, cresciam também as tendências para a solução golpista dentro do corpo militar, ligado diretamente ao poder e aos planos do próprio Getúlio Vargas” (TOTA, 1987, p.114).

Em julho de 1937, o Congresso Nacional, temendo que Vargas utilizasse contra o Legislativo os poderes excepcionais que o estado de guerra lhe conferia, recusou-se a aprovar a sua renovação. Em contrapartida e como forma de pressão, Vargas libertou prisioneiros sem processo formado, suscitando novas agitações em prol da libertação de presos políticos. Seguiu-se então a condenação explícita de tais movimentos pelas autoridades, que os consideraram uma ameaça comunista ao regime, fazendo desencadear “uma nova onda dirigida de anticomunismo” (CARONE, 1974b, p. 368).

A 22 de setembro de 1937, a população tomou conhecimento, através da imprensa, da descoberta de um plano comunista visando à tomada do poder. Batizado de Plano

Cohem, tratava-se na verdade de um documento forjado pelo Capitão integralista Olímpio Mourão Filho, e que serviria de pretexto para o General Góes Monteiro pressionar o Congresso pela aprovação do projeto de Estado de Guerra. Apesar da oposição da bancada paulista, a partir de 2 de outubro começou a vigorar o estado de exceção que daria a Vargas condições para desfechar o golpe.

No dia 10 novembro, “as tropas do Exército Brasileiro entram em prontidão; os prédios do Senado e Câmara Federal são cercados; Getúlio Vargas reúne o Ministério e lê a nova Constituição do Brasil;[...]” (CARONE, 1974b, p. 378). Na verdade, esclarece Carone, depois de haver se consolidado no Estado, “a oligarquia do Partido Democrático” tentara o

retorno à política dos grandes Estados, com o lançamento da candidatura Armando de Salles Oliveira à presidência da República [...] O golpe de Estado dado por Vargas é que impede a sua vitória e permite o afastamento do poder dos grupos do Partido Democrático. (1974b, p. 166)

O novo regime, ditatorial, determinou entre outras coisas o fim da autonomia dos Estados e a dissolução do Congresso Nacional e dos partidos políticos. Com isso, desmoronava a organização política local que acabara de entrar em período de normalidade constitucional. A Câmara Municipal de Marília foi fechada; sua última sessão ocorreu a 26 de outubro. João Neves Camargo permaneceu no cargo de prefeito até 26 de abril de 1938. A partir de então, o Executivo municipal seria ocupado por vários elementos, de acordo com a conveniência dos líderes locais e do Interventor do Estado.

Bastante esclarecedor da situação da política local no período que se seguiu, é o trecho abaixo transcrito da correspondência emitida pelo delegado local ao delegado regional de polícia de Bauru, datada de 27 de novembro de 1942:

A ‘política’ existente é aquela, inextinguível, apenas de prestígio pessoal, girando em geral em torno de prefeitos. Como é sabido, predominam em Marília

dois nomes: Luiz Miranda e Bento de Abreu, cujas atuações são bem conhecidas no Estado. Comenta-se que o prefeito atual é mantido por Luiz Miranda que, devido a velhas ligações com o P.R.P., teria assegurado o direito de indicar os prefeitos de Marília e Vera Cruz.

Quer me parecer que isso é política, porém não exatamente a 'política' que se extinguiu.

Quanto a integralismos e comunismos nada há a mencionar.²⁷

²⁷ Documento sem catalogação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Diores Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista*. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

BALESTRIERO, Geraldo Elvino. *Capital da alta paulista: uma história do município de Marília*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMARA MUNICIPAL DE MARILIA. *Leis, resoluções e actos da Câmara Municipal de Marília, de 04 de abril de 1929 a 24 de outubro de 1930*. Marília: Seção de Estatística e Publicidade, 1938.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. v.1 (IPE/USP – Ensaio Econômico, 14).

CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tudo é História, 15).

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922 – 1938*. São Paulo: DESA, 1965 (Col. Buri, 11).

_____. *A república velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. *A segunda república*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974a.

_____. *A república nova (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974b.

CASALECCHI, José Enio. *O Partido Republicano Paulista (1889 – 1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Hennies Irmãos, 1923.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do Rio do Peixe*. 2. ed. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild & Cia, 1913.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1977.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: _____. (Org.). *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano – Estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. São Paulo: DIFEL, 1975, t. III, v. 1.

_____. *Revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: _____. (Org.) *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano – sociedade e instituições*. São Paulo: DIFEL, 1975.

FARIA, Antonio Augusto; BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global Editora, 1983.

FRANÇA, Antônio M. (Org.). *Álbum de Araraquara*. Araraquara: João Silveira Editor, 1915.

FRANÇA, Ary. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 13).

LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia cafeeira*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. (Tudo é História, 72).

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto: (O município brasileiro e o regime representativo no Brasil)*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LEME, Sebastião de Carvalho; SUDAHIA, Raja. *Marília – 1957*. Marília: Associação Paulista de Municípios, 1957.

LOVE, Joseph L. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LYRIO, Adorcino de Oliveira. Para a história de Marília. In: LEME, Sebastião de Carvalho; AUDALRIA, Raja. Marília: Associação Paulista de Municípios, 1957.

MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Bipa Editora, 1946.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

_____. Algumas observações sobre Marília, cidade pioneira (E. de São Paulo). *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, p. 218-229, 1941.

_____. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MOREIRA, Balthazar de Godoy; MAGALHÃES, Alcides Lages de. *Mariliacidade nova e bonita*. Marília: Oficinas do O Alto Cafezal, 1936.

MOTTA, Ilse Hidelgard Haupt da. *O uso da terra no Município de Marília*. 1990. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 32).

OLIVEIRA, Lucílio. *A cidade de Marília*. Marília: Monografia, 1960.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Izaura. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1975, t. 3, v. 1.

PEREIRA, Valdeir Agostinelli. *Sasazaki, família e indústria: aspectos da imigração japonesa e da industrialização em Marília*. Monografia inédita, 2002.

POVOAS, Glicério. *Marília*. Marília: Serviço de Estatística da Prefeitura Municipal de Marília, 1947.

PRADO JR. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926 - 1934*. São Paulo: Ática, 1986. (Ensaio, 1156).

RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos políticos e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes. 1980.

SCHIMIDT, Cornélio. Diário de uma viagem pelo sertão de São Paulo, realizada em 1904. Separata do v. XV dos *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: 1961.

SILVA, Hélio. 1932 *A guerra paulista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Rubens Galdino da. *Incorporação da Nova Alta Paulista ao setor produtivo do Estado de São Paulo*: Município de Adamantina (1937-1955). 1989. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1969.

STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOBIAS, Rosmar. *História de Marília: os primórdios da educação em Marília (1925 – 1938)*. Marília: UNOESTE, 1990.

TELAROLLI, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. 1981. 2v. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Tudo é História, 114).

VIDAL, Bento de Abreu Sampaio. *Discursos*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. 1947. 5 v.

VICENTE, Maximiliano Martins. *Os partidos políticos em Bauri de 1930 a 1937*. Assis: 1987. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 1987.

WORONIECK-KORYBUT, Jan (Org.). *Eles construíram a grandeza de São Paulo*. São Paulo: Soc. Bras. de Expansão Comercial. [19...?].

Sobre o Livro

Formato: 14 x 21 cm

Tipologia: garamond

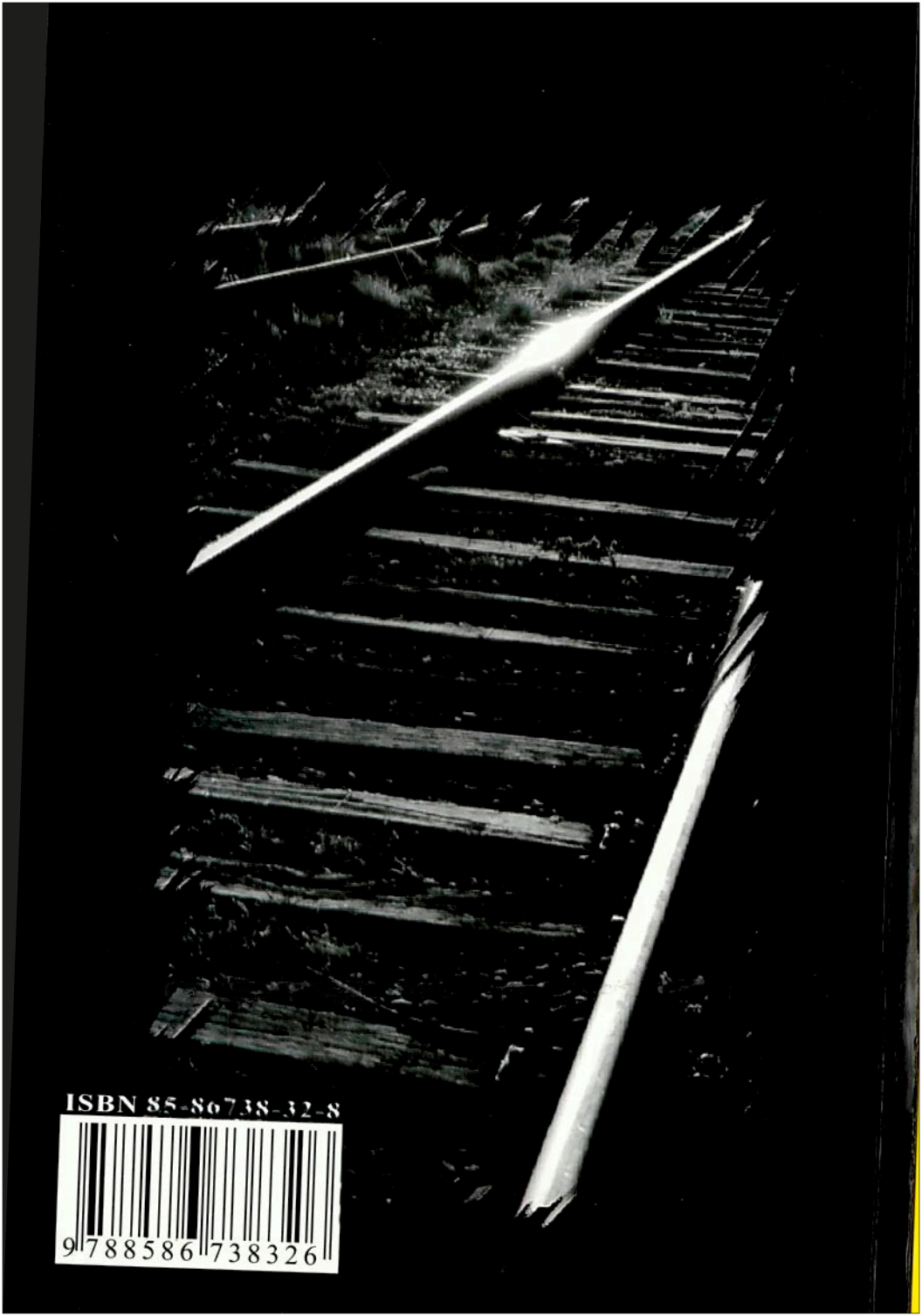
Papel: Polen soft 80g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250g/m² (capa)

Impressão e acabamento

GRÁFICA DA FFC/MARÍLIA

(14) 3402-1305



ISBN 85-86738-32-8



9 788586 738326